

Programa de Pós-Graduação em Educação e Inclusão Social

Faculdade de Educação

Universidade Federal de Minas Gerais

**Os limites e desafios da formação em Economia  
Popular Solidária – Educar para a prática da autogestão**

**ARIADNE CRISTINA COELHO**

Belo Horizonte – Minas Gerais

Agosto de 2013

**Ariadne Cristina Coelho**

**Os limites e desafios da formação em Economia  
Popular Solidária – Educar para a prática da autogestão**

Dissertação para aquisição do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Sob a orientação da Profa. Dra. Maria de Fátima Almeida Martins, na Linha de Pesquisa em Política, Trabalho e Formação Humana.

**Belo Horizonte – Minas Gerais**

**2013**

COELHO, Ariadne Cristina. Os limites e desafios da formação em Economia Popular Solidária – Educar para a prática da autogestão. Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais-FAE/UFMG para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em: 30 de agosto de 2013

Banca examinadora

Professora: Maria de Fátima Almeida Martins

UFMG - Orientadora

Professor: José Geraldo Pedrosa

CEFET/MG

Professor: Antonio Júlio de Meneses Neto

UFMG

Dedico esta dissertação a quatro pessoas muito especiais: Luizinho (Fórum Mineiro de EPS) por despertar em mim o desejo de dar continuidade à pesquisa acerca da EPS. Ao Vlad, meu amigo fiel, que me inscreveu no processo seletivo do mestrado e me fez acreditar que seria possível fazer parte do corpo de mestrandos da UFMG. Ao meu irmão do coração, Marco Antônio, pelo apoio e carinho incondicional. A Dona Fia, minha amiga e mãe, orgulho da minha vida.

## **Agradecimentos**

A minha orientadora, Prof. Dra. Maria de Fátima, que um dia abriu as portas e me guiou dentro desta universidade para que eu pudesse conquistar um dos meus maiores sonhos.

À todas as Cooperadas e cooperados da Coopersoli – Barreiro e da REDESOL que abraçou este trabalho. Em especial meu eterno agradecimento à Neli e à Silvana.

A minha amiga de muitas vidas, Alba Valéria por me encher de coragem sempre.

Ao meu esposo pelo companheirismo e ombro amigo.

A Mary e ao Juca, motivo pelo qual tento ser uma pessoa melhor a cada dia. Filhos nesta vida e amigos de caminhada. É por eles que sempre estarei de pé.

A linda Mi que cuidou dos meus filhos para que eu pudesse freqüentar as aulas.

A minha equipe do coração ESNOR, que me amparou e segurou a Escola quando não pude estar por perto.

Ao meu amigo Carlos que esteve comigo na busca por livros e na árdua tarefa de transcrever as minhas entrevistas.

Ao meu Deus, que colocou todos estes anjos sem asas (pessoas que fazem parte da minha vida) pra me guardar. Sua bondade e misericórdia para comigo é tão grandiosa que enviou as pessoas certas quando eu mais precisei. É Ele quem me acolhe, proporciona o respirar a cada amanhecer, aponta caminhos e me fortalece.

*“Solidários, somos gente;  
Solitários, somos peças.  
De mão dadas, somos força  
Desunidos, impotência.  
Isolados, somos ilha;  
Juntos, somos continente.  
Inconscientes, somos massa;  
Reflexivos, somos grupo.  
Organizados, somos pessoas;  
Sem organização, somos  
objetos de lucro.  
Em equipe, ganhamos, libertamo-nos;  
Individualmente, perdemos, continuamos  
presos.  
Participando, somos povo;  
Marginalizando-nos, somos rebanho.  
Unidos, somos soma;  
Na massa, somos número.  
Dispersos, somos vozes no deserto;  
Agrupados, fazemo-nos ouvir.  
Amontoando palavras, perdemos tempo;  
Com ações concretas, construímos  
sempre”.*

(autor não identificado)

## RESUMO

O projeto de pesquisa propõe analisar como se dá o processo de trabalho no que se refere à organicidade do empreendimento e o processo de ensino e aprendizado dos trabalhadores do seguimento de materiais recicláveis na RMBH-MG, que têm como diretriz de organização do trabalho a Economia Popular Solidária. O foco do trabalho está em verificar como a formação tem contribuído para a prática da autogestão dos trabalhadores e ainda, se há alguma relação da formação para a permanência destes trabalhadores no sistema econômico vigente. Além disso, a pesquisa procurou identificar na prática dos trabalhadores, membros de um empreendimento econômico solidário, o que os aproximam e o que os distanciam da prática capitalista. A pesquisa foi realizada na Coopersoli – Barreiro, que está localizada em Belo Horizonte – MG, em seus espaços de trabalho e formativos. Os métodos utilizados foram: observação participante, entrevista semi-estruturada e análise de documento. O resultado da pesquisa nos levou a perceber que a economia popular solidária está sendo gestada por empreendimentos econômicos solidários. Os desafios e limites encontrados pelos trabalhadores e formadores em Economia Popular Solidária são muitos, principalmente no que diz respeito à prática da autogestão, pois, não implica apenas técnicas, mas vivências as quais não se apreende inserido no sistema capitalista, que é em sua essência usurpador, coercitivo e individualista. No entanto, os trabalhadores da Coopersoli vêm apresentando um potencial de desenvolvimento organizacional e formativo que alia o desenvolvimento técnico e político dos trabalhadores, dentro dos princípios de uma organização do trabalho que prima pela autogestão.

**Palavras Chaves:** Trabalho. Economia Solidária. Autogestão. Trabalhadores. Formação

## **ABSTRACT**

The research project aims to analyze how is the work process in relation to the organic nature of the project and the process of teaching and learning for workers in the following recyclables in Greater Belo Horizonte-MG, whose guideline work organization Popular Economy Solidarity. The focus of the work is to verify how the training has contributed to the practice of workers self-management and, if there is any relationship of training for the permanence of these workers in the current economic system. In addition, the survey sought to identify in practice workers, members of an economic enterprise solidarity, what approach and the distancing of capitalist practice. The survey was conducted in Coopersoli - Barreiro, which is located in Belo Horizonte - MG, in their workspaces and training. The methods used were observation, semi-structured interviews and document analysis. The survey results led us to realize that popular solidarity economy is being gestated by solidary economic enterprises. The challenges and limitations encountered by workers and trainers in Popular Solidarity Economy are many, especially with regard to the practice of self-management, therefore, implies not only technical, but experiences which no one learns inserted into the capitalist system, which is in its essence usurper, coercive and individualistic. However, workers Coopersoli have shown a potential for organizational development and training that combines technical development and political workers, within the principles of an economy that excels in self-management.

**Key Words:** Work. Solidarity Economy. Self-management. Workers. Formation

## LISTA DE SIGLAS

Abrelpe - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais

ANTEAG - Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão

ASMARE- Associação Dos Catadores de Papel e Material Reaproveitável

CATAFORTE – Projetos do governo federal

EES - Empreendimento Econômico Solidário

EPS – Economia Popular Solidária

ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

INSEA – Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável

ITEIA - Rede Colaborativa de Cultura, Arte e Informação

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

UNISOL – União Solidária das Cooperativas e Empreendimentos Solidários –  
Central de Cooperativas

OIT - Organização Internacional do Trabalho

REDESOL – Rede Solidária de Empreendimentos Econômicos Solidários do  
seguimento de materiais recicláveis.

ONG – Organização não governamental

PAC – Projetos Alternativos Comunitários

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	11
<b>1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA .....</b>	<b>14</b>
1.1 ..... ORIGENS E FUNDAMENTOS DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA.....	18
1.1.1 A economia popular solidária no contexto europeu do século XIX .....	19
1.1.2 A origem da economia solidária no Brasil do século XX.....	25
1.1.3 As permanências da economia solidária da Europa no Brasil .....	32
1.1.4 A organização da economia solidária dentro da estrutura política governamental brasileira.....	38
1.2 ABORDAGENS CONCEITUAIS.....	42
<b>1.2.1 Compreendendo o conceito de trabalho .....</b>	<b>42</b>
1.2.2 A educação a serviço da consolidação da economia popular solidária .....	44
1.2.2 Educação/formação e economia popular solidária .....	46
<b>2- ANÁLISE CONCRETA DO EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO .....</b>	<b>51</b>
2.1 A CONSTITUIÇÃO DA COOPERSOLI - BARREIRO - EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO .....	51
2.2 O PROCESSO DE TRABALHO DOS COOPERADOS E A GESTÃO DA COOPERSOLI .....	60
2.3 COOPERATIVISMO: SUPERAÇÃO OU ADAPTAÇÃO AO CAPITALISMO ..	81
<b>3 A CONSTRUÇÃO DO SABER, TECENDO REDES DE CONSOLIDAÇÃO DAS PRÁTICAS AUTOGESTIONÁRIA.....</b>	<b>97</b>
3.1 O CONHECIMENTO COMO PRÁTICA SOCIAL.....	105
3.2.1 A organização de processos formativos na REDESOL.....	116
3.3 PROJETOS DE FORMAÇÃO EXTERNOS CONTRIBUIÇÕES E LIMITES .	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	124
REFERENCIAS.....	130

## INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado é resultado de uma pesquisa realizada na Coopersoli-Barreiro, cooperativa do segmento de materiais recicláveis que está localizada no Barreiro, no município de Belo Horizonte – MG. Trata-se de uma forma de organização social do trabalho, fundamentada nos princípios da economia popular solidária, regulada pela lei do cooperativismo brasileiro, lei nº 5764/71.

Criada pela prefeitura Municipal de Belo Horizonte – MG, com o objetivo de inserir catadoras de materiais recicláveis, chefes de família, moradoras dos conjuntos habitacionais construídos pela Prefeitura, no ano de 2003 em comunidades do município, no mercado de trabalho, a Coopersoli tem se consolidado enquanto empreendimento econômico solidário. Esta cooperativa foi escolhida por indicação de um dos integrantes do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, como sendo referência de desenvolvimento econômico, social e político no estado de Minas Gerais, ao longo de nove anos. Sua trajetória contraria a história da grande maioria dos empreendimentos econômicos solidários do segmento de reciclagem, que iniciam a partir de um projeto social implementado por gestores públicos ou entidade de fomento à Economia Popular Solidária, e quando os apoiadores os deixam caminhar sozinhos, os mesmos entram em processo de falência.

A essência da pesquisa está em buscar compreender como as cooperadas, possuindo pouca escolarização formal, têm conseguido êxito na gestão da cooperativa, se mantendo no mercado capitalista, praticando na sua base a economia popular solidária. Além disso, o objetivo foi verificar como se dá o processo de trabalho, aproximações e distanciamento com a reprodução da organização capitalista, bem como, compreender como se dá o ensino e a aprendizagem praticados pelas cooperadas, pois, partimos da hipótese de que este seja o seu diferencial.

O propósito, portanto, foi retomar como se dá o processo de trabalho dentro da cooperativa, discutir os princípios norteadores, a prática da autogestão e a construção do saber desses sujeitos.

Para atender os objetivos, nos propusemos a utilizar como instrumentos: entrevista semi-estruturada e revisão bibliográfica. Para complementação dos estudos foram realizadas: observação participante.

A pesquisa durou dois anos e cinco meses, sendo que a pesquisa de campo foi realizada em sete meses, e seus resultados são apresentados nos capítulos da pesquisa. A estruturação da pesquisa se dá em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa” trouxemos os pressupostos teóricos que nortearam as discussões propostas. Desenvolvemos os conceitos e categorias que permeiam a dissertação. Realizamos uma revisão bibliográfica acerca da Economia Popular Solidária, trazendo autores como Paul Singer, Luis Gaiger, Marcos Arruda.

Estes autores discutem a Economia Popular Solidária como uma forma de organização social do trabalho alternativa ao modelo capitalista. Nesse capítulo, foram discutidos os aspectos da economia solidária desde seus primórdios na Europa no século XIX como também a sua discussão no Brasil. Procuramos ainda enfatizar a economia popular solidária enquanto forma de organização social do trabalho e seus princípios, delineando um contraponto com o sistema capitalista. Neste capítulo apresentaremos ainda reflexões acerca das categorias: trabalho, cooperativismo, educação e autogestão.

Para discutir a categoria trabalho fundamentamos leituras marxistas, especificamente no Capital vol. 1 e no livro Salário, Preço e Lucro. Os demais conceitos foram refletidos a luz de estudiosos da economia popular solidária.

No segundo capítulo “Análise concreta do empreendimento econômico solidário”, adentramos no objeto da pesquisa, trazendo a descrição da Coopersoli - Barreiro, como está organizada e o seu processo de trabalho, geração e distribuição da renda. Neste capítulo, toda a discussão foi proposta a partir do resultado das entrevistas, cujas informações foram confrontadas com as leituras dos conceitos de meios de produção, força produtiva, mercadoria e mais-valia. As discussões foram realizadas na perspectiva marxista. Ao final do capítulo identificamos pontos de convergência e distanciamento na prática diária das (os) cooperados (as) com relação à reprodução da lógica do capital

no que tange a exploração, competição, produção de mercadoria e da mais valia em suas relações de trabalho. Além disso, também foram percebidos os desafios das cooperadas em romper com a lógica do sistema vigente, na consolidação da economia popular solidária dentro da prática diária da autogestão.

No terceiro capítulo, denominado “A construção do saber, tecendo redes de consolidação das práticas autogestionária”, nos dedicamos a descrever as experiências de ensino aprendizagem percebidas ao longo do trabalho de campo, analisando como é realizada a formação das cooperadas pelas cooperadas e em que ponto esta se aproxima e distancia das formações realizadas por técnicos de formação, também chamados de capacitadores ou educadores. Neste capítulo apresentamos os desafios, limites e avanços identificados ao longo da pesquisa no processo de capacitação das (os) cooperadas (os).

Por fim na “Conclusão”, fizemos um balanço acerca da experiência vivida no campo da pesquisa e das lições aprendidas com as (os) cooperadas (os) da Coopersoli Barreiro e da REDESOL<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup>A REDESOL é uma rede de cooperação organizada pelas cooperativas de catadores de materiais recicláveis, que têm como princípio a prática da Economia Popular Solidária e a Autogestão. Atualmente esta rede está formada por 12 cooperativas e tem sido referência de formação e de atuação política no estado de Minas Gerais, com representatividade nacional.

## 1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Segundo Hobsbawan (2011, p. 130) “é comum entre os intelectuais a ideia maluca que a mera acumulação de livros e artigos amplia o conhecimento. Isso pode apenas abarrotar estantes”. Isso nos mostra que, ter como base nossas bibliografias será imprescindível para compreensão do nosso objeto de pesquisa, no tocante a fundamentação histórica, sociológica e econômica. No entanto, o campo, a prática das (os) trabalhadoras (es) é que serão capazes de responder os questionamentos propostos pela pesquisa.

O nosso objeto de pesquisa foi a Coopersoli. Constituída em 2003, a cooperativa composta por ex-catadoras de materiais recicláveis são exemplo de superação social, política e econômica em Minas Gerais. Atualmente composta por trinta e sete mulheres e cinco homens, a cooperativa tem contribuído para a formação de diversos trabalhadores pertencentes a empreendimentos econômicos solidários e ainda proporciona inclusão de catadores de materiais recicláveis em atividades de geração de renda. Tais experiências estão fundamentadas nos princípios e nas práticas econômicas solidárias.

A inquietação que motivou a pesquisa foi saber como as pessoas com pouca escolarização formal (analfabetas e semi-analfabetas, alguns com ensino fundamental) que compõem este empreendimento, aprendem e ensinam a autogestão com êxitos traduzidos em altos índices de crescimento econômico e mobilização social, a ponto de se destacarem em todo o estado de Minas Gerais, sendo referência para muitas outras cooperativas e técnicos de formação em economia popular solidária e autogestão.

Comumente as cooperativas acompanhadas pelas formadoras da Coopersoli, apresentam como demanda a necessidade de melhorar a gestão e a geração de renda. Muitas já passaram pelo processo de incubação<sup>2</sup> e ao se

---

<sup>2</sup>Incubação dos empreendimentos econômicos solidários é o acompanhamento realizado por gestores públicos ou entidades de apoio e fomento à economia popular solidária, que se propõem a realizar a formação dos empreendimentos para a prática da autogestão. O processo formativo engloba desde a qualificação técnica, prática até a inserção destes empreendimentos em movimentos políticos e sociais. Comumente o processo de incubação tem um prazo médio de dois anos. Temos como referência dentro das Universidades Federais em MG, as ITCP'S .

desligarem das entidades de apoio e fomento à economia popular solidária, entraram em processo de falência. Outras cooperativas não conseguem apresentar projetos para captação de recursos, seja por falta de conhecimento para elaboração do projeto ou por estarem irregulares frente aos órgãos fiscalizadores.

Diante do exposto fizemos inicialmente algumas perguntas para o objeto de pesquisa: Como é a construção do saber dentro do empreendimento econômico solidário? Quais os desafios e limites encontrados pelos formadores em economia popular solidária, no processo de construção da autogestão?

Para compreender o que seja empreendimento econômico solidário, com maior foco nas experiências cooperativistas, buscamos fundamentação teórica em autores que possuem acúmulo acerca da economia popular solidária, formação e autogestão. Já no tocante à compreensão de como as (os) trabalhadoras(es) desenvolvem suas atividades, como praticam a autogestão e ainda como capacitam outros catadores foram utilizadas para além das referências bibliográficas, os seguintes instrumentos metodológicos: observação, aplicação de questionário de entrevista semi-estruturada, análise de conteúdo e análise de material utilizado pelo técnico de formação externo<sup>3</sup>. As entrevistas foram transcritas para a dissertação, a sistematização da observação e da história contada foi transferida para relatórios e posteriormente incorporadas ao texto.

A observação foi realizada por três meses dentro da cooperativa, em diversos momentos: na chegada dos trabalhadores, no período do trabalho, durante as refeições, ao término do expediente, em dias alternados, nas capacitações técnicas e formação de catadores novos. Além do espaço da cooperativa, acompanhamos as trabalhadoras em espaços de mobilização política e articulação dentro da REDESOL – Rede Solidária, por três meses. A REDESOL é um espaço formativo e informativo das cooperativas de catadores de materiais recicláveis do estado de Minas Gerais. Nesta Rede as

---

<sup>3</sup> Durante a pesquisa foi possível perceber que recebe o nome de Técnico de formação externo, o profissional que detém conhecimento em alguma área específica no processo de produção, que leciona para os cooperados, no entanto, ele não é membro da cooperativa. Comumente este técnico faz parte do quadro de profissionais de alguma entidade de apoio e fomento à economia popular solidária ou de órgãos públicos. No caso específico desta pesquisa o pesquisador pertencia ao Programa do Governo Federal CATAFORTE desenvolvido em parceria pelo INSEA(entidade de apoio e fomento à EPS) em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego.

cooperativas articulam ações de cooperação mútua, análise de convênios e propostas financeiras, busca parceiros, organizam estratégias educacionais<sup>4</sup>, sociais, políticas e econômicas.

Durante a estadia na cooperativa e nas visitas à Rede foi possível conversar com as cooperadas e cooperados informalmente. Nestas conversas, elas (es) narravam suas histórias de vida. As (os) trabalhadoras (es) foram muito acolhedoras (es) o que tornou o trabalho de campo mais fácil.

A entrevista foi realizada com doze pessoas, sendo dez mulheres e dois homens, embora inicialmente a mostra pensada fosse de quinze trabalhadoras (es). É relevante dizer que não mantivemos o número de pessoas, pois, entrevistamos apenas quem realmente estava a vontade para responder as perguntas e as repostas já não traziam elementos novos para a pesquisa. Durante as entrevistas muitas vezes as perguntas foram reformuladas, mantendo a sua essência para facilitar a compreensão da (o) entrevistada (o).

Para compreendermos como atuam os técnicos formadores acompanhamos duas formações e analisamos o material didático utilizado pelo técnico do INSEA<sup>5</sup> formação das (os) cooperadas (os) dentro do programa CATAFORTE<sup>6</sup>. Outro documento analisado para coleta de dados foi o de registro das (os) cooperadas (as) da Coopersoli. O acesso ao livro de registros limitou-se apenas na coleta de informações pessoais dos entrevistados.

No decorrer da pesquisa, principalmente a partir do trabalho de campo encontramos dados, os quais aguçaram outros questionamentos para a pesquisa. Algumas com certeza conseguiremos responder aqui, porém, sabemos que este trabalho não esgotará a discussão acerca da educação como forma de fortalecimento e permanência do trabalho cooperativo e sua contribuição para a construção de uma organização do trabalho emancipadora. De todas as questões que apareceram durante a pesquisa fizemos a seleção de três: 1) É possível identificar na prática dos trabalhadores sinais de superação do capitalismo, mesmo que a prática da autogestão, dentro das

---

<sup>4</sup> Entende-se na rede como educação, as ações de capacitação e formação dos empreendimentos econômicos. Aqui não se trata de uma educação formal nos moldes da LDB.

<sup>5</sup> INSEA – É um instituto que realiza formações para empreendimentos econômicos solidários em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego.

<sup>6</sup> É um programa do Ministério do Trabalho e Emprego que busca a qualificação de empreendimentos econômicos solidários, do segmento de materiais recicláveis, compostos por catadores.

formas previstas pela Economia Popular Solidária aconteça no seio do capitalismo? 2) Como se dá o processo de trabalho na Coopersoli? 2) Quais os desafios encontrados por esses trabalhadores, cooperados, que praticam essa forma de gestão e também realizam a formação de outros trabalhadores? Como estas pessoas constroem o saber?

Relevante dizer que a pesquisa buscou analisar dentro das condições obtidas e no curto espaço de tempo os dados coletados. E diante disso, tornou-se necessário trazer para os estudos conceitos como: trabalho, mercadoria, autogestão, educação e formação e Economia Popular Solidária.

Para discutirmos sobre trabalho e mercadoria optamos buscar a fundamentação nos escritos de Marx, em *O Capital*, cuja primeira edição foi em 1867, mas a edição que usamos aqui é datada de 2012. Já para abordarmos a educação, formação e autogestão, utilizamos discussões atuais realizadas por militantes e estudiosos da EPS como: João Cláudio Arroyo (2012), Valmor Schiochet (2012) Vera Barreto (2012), Marcelo Machado Feres (2012). Escolhemos estes autores porque são pessoas que estão em debate constante em nível nacional acerca da educação e EPS, apresentando trabalhos científicos que têm contribuído para os estudos e formulação de diretrizes para a elaboração de propostas contemple a inserção de temas sobre EPS no Brasil. Além dos autores citados, fundamentamos nossa discussão em documentos produzidos pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, na legislação que regulamenta o cooperativismo no Brasil e nos cadernos formativos da Associação Nacional dos Trabalhadores em Autogestão.

Com objetivo de elucidar acerca do princípio que norteia os empreendimentos econômicos solidários, a saber, o princípio da cooperação, convidamos para fazer parte desta pesquisa o autor Maurício Abdalla, com a obra, *O princípio da cooperação em busca de uma nova racionalidade* e ainda a cooperação como categoria em Marx, na obra *O Capital*. Em seguida, transcorremos acerca dos resultados concretos alcançados pelas cooperadas da Coopersoli nos campos: econômico e social.

Durante a pesquisa buscamos analisar a aplicação das categorias na contextualização da Coopersoli - Barreiro, enquanto empreendimento vinculado à Economia Popular Solidária.

Para iniciarmos a reflexão acerca do trabalho de campo realizado faremos menção à citação de Larrosa (2005. p.4),

Depois de assistir uma aula ou a uma conferência, depois de ter lido um livro ou uma informação, depois de ter feito uma viagem ou de ter visitado uma escola, podemos dizer que sabemos coisas que antes não sabíamos, que temos mais informação sobre alguma coisa; mas, ao mesmo tempo, podemos dizer também que nada nos aconteceu, que nada nos tocou, que com tudo o que aprendemos nada nos sucedeu ou nos aconteceu.

Larossa aponta os diversos espaços educativos pelos quais o ser humano constrói o saber. Uma vez construído e tendo participado deste processo, não há como dizer que nada mudou. A transformação se dá também pela experimentação do ser social. A formação tem cumprido papel relevante para a consolidação da economia popular solidária no Brasil. Tem se apresentado como um instrumento fundamental para aprofundamento e construção do processo democrático, no qual os empreendimentos econômicos solidários se fundamentam.

Dentro da hipótese que as análises das entrevistas desvelariam o que estava implícito nas informações transmitidas pelas cooperadas e pelo cooperado, fizemos a contagem dos termos recorrentes e encontramos em 99% das entrevistas as palavras: trabalho (comumente associado à falta de emprego ou trabalho coletivo), participação (sempre atribuída a questão da gestão), cooperação (sempre enfatizando a diferença entre trabalhar na cooperativa), grata (são agradecidas por terem sido acolhidas na cooperativa), casa (quando falam da cooperativa), família (quando remetem ao fato de solidariedade e convivência) e educação/formação (atrelada a prática de ensinar e aprender algo, seja na cooperativa ou nos espaços de mobilização dos quais fazem parte).

## 1.1 ORIGENS E FUNDAMENTOS DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

### 1.1.1 A economia popular solidária no contexto europeu do século XIX

No século XIX, não havia sido cunhado ainda o termo economia solidária, pois se tratava ainda da constituição de princípios e valores baseados na cooperação, que posteriormente, tornaram-se os princípios do cooperativismo. Singer (2002) relata que a economia solidária se origina com a Primeira Revolução Industrial, na passagem do século XVIII ao XIX, como reação dos artesãos expulsos dos mercados pelo advento da máquina a vapor. Seu surgimento aconteceu primeiramente na Grã-Bretanha com o aparecimento das primeiras Uniões de Ofícios (*Trade Unions*), que procuravam defender os artesãos da exploração da mão-de-obra e da falta de condições dignas de trabalho.

[...] as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar, industriais mais esclarecidos começaram a propor leis de proteção aos trabalhadores (SINGER, 2002, p. 24).

A economia popular solidária na Europa surgiu também com pensadores e empresários, chamados por Singer (2002) de “industriais mais esclarecidos”, que vendo a crise econômica instaurada na Grã-Bretanha, após o ciclo de guerras em 1815, idealizaram a organização social do trabalho de forma coletiva, que contemplasse tanto os trabalhadores quanto os empresários. Com esta ação fariam restabelecer a economia.

A Revolução Francesa provocou um longo ciclo de guerras na Europa, e se encerrou apenas em 1815, após a vitória Britânica sobre Napoleão em Waterloo. Logo em seguida a economia da Grã-Bretanha caiu em profunda depressão. Owen apresentou uma proposta para auxiliar as vítimas da pobreza e do desemprego e restabelecer o crescimento da atividade econômica. Ele diagnosticou corretamente que a depressão era causada pelo desaparecimento da demanda por armamentos, navios, provisões e demais produtos necessários a condição da guerra. Com a perda do trabalho e da renda dos que estavam ocupados na produção bélica, o mercado para indústria civil também se contraiu. Para reverter essa situação era necessário reinserir os trabalhadores ociosos na produção, permitindo-lhes ganhar e gastar no consumo, o que aliviaria o mercado para outros produtores.

Em 1817, Owen apresentou um plano ao governo Britânico para que os fundos de sustento aos pobres, cujo número estava multiplicando,

em vez de serem meramente distribuídos, fossem invertidos na compra de terras e construções de aldeias cooperativas, em cada uma das quais viveriam cerca de 1.200 pessoas, trabalhando na terra e em indústrias, produzindo assim a sua própria subsistência. Os excedentes de produção poderiam ser trocados entre aldeias. Com os cálculos cuidadosos de quanto teria de ser investido em cada aldeia, Owen tentava mostrar que haveria imensa economia de recursos, pois, os pobres seriam reinseridos na produção em vez de permanecerem desocupados. Em pouco tempo, a desnecessidade de continuar subsidiando os ex-pobres permitiria devolver aos cofres públicos os fundo desembolsados (SINGER, 2002, p. 25).

Torna-se necessário dizer que, *a priori*, a ideia de Owen foi descartada pelos ingleses. Aos olhos dos capitalistas da época, a construção de aldeias cooperativas não era simplesmente um novo modo de se fazer economia com o objetivo de resgatar a economia capitalista, mas o início da construção de outro tipo de economia e, conseqüentemente, de sociedade. Posteriormente, Owen foi para os Estados Unidos acreditando que poderia aplicar sua ideia de construção de aldeias cooperativas, apostando que seria mais fácil porque o país era mais novo que a Inglaterra e, portanto, menos contaminado com as idéias de exploração e acumulação de capital. Owen não estava totalmente errado, conseguiu criar a Aldeia em 1825, em *New Harmony*, porém, em 1829, após ter sofrido várias cisões, Owen retornou a Inglaterra (SINGER, 2002).

Segundo Singer (2002) o modelo de construção econômica e social idealizado por Owen foi apreciado por várias pessoas. Georgy Mudie, foi uma destas pessoas, sendo que fundou a primeira cooperativa Owenista, formada em Londres, por jornalistas e gráficos. E isso, conseqüentemente, incomodou os empresários capitalistas da época e ao governo britânico. Na tentativa de conter a organização dos trabalhadores, paralelamente ao surgimento de sociedades cooperativas, criou-se uma lei que vetava a organização de trabalhadores:

Esse movimento coincide com o surto do sindicalismo, desencadeado pela revogação dos Combinations Acts. Essa legislação proibia qualquer organização dos trabalhadores como atentado a livre concorrência e foi usada para perseguir com grande empenho os sindicatos existentes, dos quais muitos desapareceram e os demais foram para a clandestinidade. Com a sua revogação, em 1824, novos sindicatos foram formados e, juntamente com eles, cooperativas (SINGER, 2002, p. 27).

Durante o século XIX, a Inglaterra e os Estados Unidos tiveram

comunidades e aldeias cooperativas que não conseguiram permanecer pela ação da classe patronal e do governo. Dentre estas cooperativas, Singer (2002) destaca a Cooperativa dos Pioneiros de Rochadale, que contribuiu com a carta de princípios para o cooperativismo, que serve de base até os dias atuais, em nível mundial.

O Cooperativismo de consumo, que desempenhou importante papel na difusão do cooperativismo pela Europa a partir de meados do século XIX, teve começo claro: a famosa cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochadale, considerada a mãe de todas as cooperativas. Ela surgiu em Rochadale, um importante centro têxtil no norte da Inglaterra, em 1844. Fundada por 28 operários qualificados de diversos ofícios, metade deles Owenistas, entre os seus objetivos estava a criação de uma colônia auto-suficiente e o apoio a outras sociedades com este propósito. O impulso da criação da cooperativa pode ser a derrota da greve de tecelões em 1844 (SINGER, 2002, p. 39).

Observa-se, portanto, que o proletariado europeu não aceitou a imposição da lei de proibição da organização dos trabalhadores e também sua condição de assalariado. Desse modo, percebe-se que uma característica marcante da economia solidária na Europa foi a mobilização do proletariado, que segundo Singer (2002) fazia greves e procurava substituir o assalariamento pela forma da autogestão. Os confrontos entre patrões e empregados não eram somente por melhoria salarial.

Muitas das sociedades cooperativas que foram fundadas no fim dos anos 20 e começo dos 30 [século XIX] eram da espécie, originadas ou de greves ou diretamente de grupos locais e sindicalistas, que haviam sofrido rebaixa de salários ou falta de emprego. Algumas destas cooperativas foram criadas de Sociedades Beneficentes cujos membros provinham do mesmo ofício (COLE, 1944, p. 24 apud SINGER, 2002, p. 29).

Um importante aspecto observado é que na Europa a organização de associações e cooperativas logo no início das práticas solidárias, resultou inclusive na consolidação da Grande Guilda Nacional dos Construtores, com o apoio de Robert Owen, em 1833 e, posteriormente, a Grande União Nacional Moral das Classes Produtivas do Reino Unido.

Era para ser constituída por delegados de todos os ramos organizados de atividade à base de sindicatos paroquiais, distritais e

provinciais e parece que tinha por objetivo tomar toda a indústria do país do mesmo modo que os construtores se propunham a tomar a indústria de construção. Os delegados partiram comprometidos com o estabelecimento deste instrumento espantosamente ambicioso e a realização de um novo congresso em Barnsley na páscoa seguinte (COLE, 1944, p. 27-28 apud SINGER, 2002, p. 33).

O que se observa é que a quantidade de cooperativas e o número de membros que congregaram as cooperativas na Europa eram grandes. Singer (2002) argumenta que a economia solidária na Europa foi fruto do crescimento da competitividade, que significou a elevação da produtividade da energia, do trabalho e do capital, buscando sempre formas de redução do custo de produção. Assim, a busca de ganhos de produtividade gerou sistemas produtivos cada vez mais especializados, maiores e mais onerosos. Em meio a tanta inovação dos métodos de produção, a Inglaterra também se deparou com um obstáculo: a baixa oferta de salários aos empregados. Então, não houve possibilidade de inovação de produtos em termos de consumo popular e, por outro lado, a escala mínima da mecânica não facilitava muito as coisas.

Segundo Laville (1999), na Europa por volta de 1873 e 1895, a produção agrícola e os recursos naturais são modernizados e as cooperativas agrícolas representavam a sobrevivência dos pequenos produtores. Pouco tempo depois, em 1901, os franceses criaram leis de regulamentação das associações, porém, essas associações somente poderiam realizar trocas, só poderiam gerar capital se fossem ligadas ao poder público. Posteriormente, o surgimento do pensamento solidário foi retomado no início do século XX, no período da crise de superprodução ocorrida em 1929-32. A crise de 1929 teve como consequência a decadência econômica mundial, que proporcionou de uma maneira geral o aumento generalizado do desemprego. Este fator aponta para um ponto de fragilidade do sistema capitalista, que é regulado pela lei da oferta e da procura.

Segundo Laville (1999), na depressão econômica de 1929-1932, o Estado teve de intervir para solucioná-la adotando políticas sociais e econômicas. Após a Segunda Guerra Mundial o modelo econômico vigente preconizava a necessidade da intervenção do Estado na economia, sendo que

essa intervenção do estado estava baseada na teoria Keneysiana<sup>7</sup>. A expectativa era que os problemas decorrentes do sistema capitalista, o desemprego e a queda econômica, fossem minimizados pela ação governamental. Apesar de num primeiro momento esta teoria econômica ter alcançado com êxito o seu objetivo, na segunda metade da década de 1970 o mundo assistiu novamente o surgimento de uma nova crise do sistema capitalista. Como consequência o mundo assistiu novamente o aumento do desemprego, o fechamento de empresas e o ressurgimento do ideal liberal na sua forma de neoliberalismo.

A partir da segunda metade da década de setenta e início de oitenta iniciou-se o processo cooperativista/associativista na Europa. Tendo por objetivo lutar contra a exclusão social, bem como diminuir o desemprego entre trabalhadores de empresas, deu-se novamente o processo de aplicar à autogestão nas empresas. Paralelamente a criação de inúmeras empresas autogestionárias, o cenário europeu vislumbrava o início de inúmeros movimentos sociais e étnicos. Estes movimentos tiveram grande importância na construção de outra organização do trabalho e geração de renda, que por muitos estudiosos da área foi denominado economia popular. Esta forma de organização se fortaleceu a partir dos movimentos sociais com a adesão destes como opção para muitos trabalhadores (SOUZA, 2003).

A construção destes movimentos sociais de economia popular solidária, na década de setenta do século XX foi um marco na história, pois possibilitou uma nova visão do social a partir de sua relação com o econômico, com o político e com a relação do homem com a natureza.

Cabe ressaltar que houveram diversos modos encontrados para a aplicação do modelo econômico baseado na solidariedade e na cooperação mútua em outros países, sendo que a França foi um desses. Outros pensadores idealizaram formas de organização da sociedade, assim como Robert Owen. Segundo Singer (2002), outro que se destacou foi Charles Fourier. Ele se diferenciava de Owen porque nunca foi homem de ação, apesar de ter idealizado o falanstério com a expectativa de que fosse adotado por

---

<sup>7</sup>A doutrina keynesiana é uma teoria econômica que se destacou no início da década de 1930, período em que o capitalismo estava em crise. É, portanto, uma doutrina econômica onde se defendia a idéia de que o desenvolvimento econômico de uma nação estaria atrelado a um princípio de não-intervenção do Estado na economia.

algum capitalista. Sua idéia era que:

A sociedade se organizasse de uma forma que todas as paixões humanas pudessem ter livre curso para produzir uma harmonia universal. O principal objetivo desta organização social seria dispor o trabalho de tal forma que se tornasse atraente para todos, do que deveria resultar enorme aumento da produtividade e de produção. Daí surge a idéia do falanstério, uma comunidade suficientemente grande (1.800 pessoas trabalhando) para oferecer a cada uma ampla escolha entre trabalhos diversos. Fourier acreditava que cada pessoa poderia encontrar um ou mais trabalhos que estivessem de acordo com as suas paixões e aos quais ela poderia se entregar quase sem se importar com a remuneração (SINGER, 2002, p. 36).

Charles Fourier idealizava uma sociedade constituída por fazendas coletivas agroindustriais, denominadas falanstérios, em que todos desempenhariam papéis importantes com o objetivo do bem-estar comum da comunidade. A divisão da riqueza se daria de acordo com a quantidade e qualidade do trabalho de cada indivíduo.

Os meios de produção seriam de todos os membros. Mas sob a forma de propriedade acionária. O resultado do trabalho de todos seria repartido de acordo com proporções fixas: 5/12 pelo trabalho, 4/12 pelo capital investido e 3/12 pelo talento (SINGER, 2002, p. 36).

O modelo de organização de Fourier se diferenciava da organização das aldeias de Owen pelo caráter de preservação da propriedade privada e a liberdade individual de mudar da área de trabalho. Tal característica se explica pelo modo de se organizar a divisão dos meios de produção de forma acionária e não coletivista. Outro fator que caracterizou ambas as organizações foi a adesão voluntária dos membros. Outra característica verificada no falanstério foi a preocupação de Fourier em “dispolarizar” a sociedade, ou seja, diminuir a distância na sociedade entre ricos e pobres. Para tanto, Fourier propôs mecanismos de redistribuição da renda:

que as ações devem dar rendimento tanto maior quanto for o número delas possuídos pela pessoa, de modo que os pequenos acionistas teriam um rendimento proporcionalmente muito maior do que os grandes; 2) todos teriam uma renda mínima, ‘modesta mas muito decente’, mesmo que não trabalhem. Esta proposta faz sentido, pois todos trabalharão por paixão e não por necessidade, embora as pessoas continuem competindo por riquezas que o sistema manteria a propriedade, herança, juros sobre o capital e alguma desigualdade entre ricos e pobres

(SINGER, 2002, p. 36).

O que se observa no modelo de Fourier é a tentativa de criar uma paixão humana pelo trabalho, utilizando para esta criação a liberdade humana. Mas, para tanto torna-se necessário dar condição ao homem de não depender do trabalho para a sua sobrevivência. Neste sentido, com as pessoas vivendo em comunidades, o Estado ficaria fora do controle da sociedade e isso fez com que Fourier fosse visto como um anarquista.

Como a nova ordem social deve se basear apenas sobre a atração, nem é preciso dizer que Fourier não pensa em empregar a força. Nunca, de fato, ele apela a legisladores, a governo, a uma autoridade, a um poder coercitivo de qualquer espécie; eu nem sei se a palavra Estado, que hoje serve para caracterizar todas as escolas mais ou menos socialistas, aparece uma única vez em seus livros. Nisso ele pertence a escolha liberal mais pura – e desde que ele não reconhece nem mesmo a necessidade do Estado policial, pode-se ao ponto dizer que ele pertence à escola anarquista, se este termo não se chocasse estranhamente com o seu amor à ordem e simetria (GIDE, 1971, p. 37).

O modelo do falanstério foi aplicado nos Estados Unidos em 1832, com êxito. Após a morte de Fourier, em 1837, as suas doutrinas continuaram sendo aplicadas, tendo em 1848, aproximadamente três mil e setecentos adeptos.

O que se observa é que a origem de modelos de organização da sociedade no século XIX se deram paralelamente ao exercício do sistema capitalista. As variações de pensamentos e seguidores foram grandes, as contribuições destes modelos de pensamentos e sociedades ficaram entre o surgimento de movimentos sociais, em busca do bem comum dos trabalhadores na Grã Bretanha do século XIX e a construção de uma economia solidária baseada no cooperativismo.

### **1.1.2 A origem da economia solidária no Brasil do século XX**

Segundo Singer (2000) a economia popular solidária surge no Brasil na década de oitenta. Originada dentro de um contexto de crise no mundo do trabalho, a economia solidária surgiu como prática coletiva de trabalho e como movimento social criado para fortalecer as práticas solidárias.

O crescente desemprego, as transformações no mercado de trabalho e na própria organização econômica no Brasil e no mundo estão desencadeando um forte processo de expansão de novas formas de organização do trabalho e da produção. Um grande número de experiências coletivas de trabalho e de produção estão se disseminando em todos os países. São diversas formas de cooperativas de produção, de serviços, de créditos e de consumo, associações de produtores, empresas em regime de autogestão, bancos comunitários e organizações populares, no campo e na cidade, que conformam em seu conjunto a chamada economia solidária.

No meio rural, em virtude da exclusão da maior parcela dos pequenos produtores do acesso às políticas agrícolas, pela falta de infraestrutura, de políticas de comercialização, da burocratização do crédito e da centralização de recursos pelo sistema financeiro, afastamento de produtores das grandes cooperativas e agroindústrias, estão surgindo novas formas de cooperação, baseadas em estruturas descentralizadas de produção, comercialização, industrialização e crédito (MAGALHAES; TODESCHINI, 2003, p.135).

Para se compreender esse processo torna-se necessário discutir os conceitos atribuídos a esta organização do trabalho e geração de renda ao longo do processo de surgimento e adaptação no Brasil. Embora os significados sejam variados, pode-se citar Gaiger (1999, p.101) que considera a: “*Economia Popular Solidária (EPS)* como as iniciativas populares de geração de trabalho e renda baseadas na livre associação de trabalhadores e nos princípios da autogestão e cooperação” (grifos do autor).

Segundo Gaiger (1999), as formas de organização do trabalho, segundo os princípios da economia solidária, também denominadas por Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), vão desde organizações de trabalho e renda (grupos informais de trabalho ou de prestação de serviços) a empresas autogestionárias. Nestas formas de organização do trabalho se destaca a democracia, a participação coletiva, o igualitarismo, a cooperação no trabalho, a auto-sustentação, tendo como objetivo o desenvolvimento humano com responsabilidade.

Singer (2000) ressalta que o que caracteriza a economia solidária é a união da posse e do uso de produção e distribuição com a socialização desses meios, pois esta economia, no cerne de sua existência, não está baseada na *competitividade*. O que traz ao trabalhador certa autonomia sobre o trabalho que desempenha, deixando de ser meramente um assalariado, passando a ser dono da sua força e ferramenta de trabalho. É importante salientar que quando

o autor se refere à competitividade, está tratando da disputa entre setores da mesma empresa, visto que é uma estratégia adotada pelo modo de produção capitalista para impulsionar a produção e o escoamento de produtos.

Paul Singer usa o termo **Economia Solidária** referindo-se a um 'modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem) ficar marginalizados do mercado de trabalho' (apud BERTUCCI, 2003, p. 67, grifos do autor).

Bertucci (2003, p. 67) ao citar Singer, completa o seu pensamento afirmando que a economia solidária é

[...] uma nova forma de organizar a produção, a distribuição e o consumo dos bens socialmente produzidos, o que significa redesenhar e exercitar, na prática das experiências alternativas, um outro projeto de sociedade que rompa com a lógica da competição monopolizadora excludente.

Observa-se que Bertucci (2003) corrobora com a idéia de que a economia solidária não é simplesmente um outro modo de gerar renda, mas um modelo alternativo de sociedade. Este modelo de sociedade foi transcrito pelo autor como sendo formas emancipatórias de organização do trabalho. Nestas formas, destaca-se o protagonismo dos setores populares, como percussores das organizações coletivas de trabalho.

Experiências coletivas de trabalho e da produção vêm disseminando-se em todo o mundo, nos espaços rurais e urbanos, através das cooperativas de produção e consumo, das associações de produtores e de empresas de autogestão. Nascem de uma atitude crítica frente ao sistema hegemônico e orientam-se por valores não mercantis como a solidariedade, a democracia e a autonomia (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 66).

Arruda (1995) enfatiza que a prática desta outra economia implica em mudanças vivenciais, pois não basta pensar uma economia capaz de gerar renda, que teoricamente apresenta-se mais solidária. É preciso que o homem viva esta economia, colocando em prática todos os seus princípios, implicando numa mudança de conceitos.

Marcos Arruda (Coordenador do Instituto de Políticas Alternativas

para o Cone Sul) fala em **Socioeconomia solidária** como um movimento que transcende as iniciativas restritas ao econômico. Além das transformações institucionais na esfera sócio-econômica, implica em mudanças profundas no nível das relações sociais e culturais: envolve mudanças na visão de mundo e paradigmas, valores, atitudes, comportamentos, modos de relação, aspirações, paixões e desejos (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 68, grifos do autor).

Dentro de uma ótica mais macro, a discussão dos autores é permeada pela visão de que a economia solidária, traduz o que:

[...] José Luiz Corragio (1997) afirma que a Economia popular solidária se diferencia da economia empresarial capitalista exatamente pela sua lógica, que se caracteriza pela 'reprodução ampliada da vida' e não pelo acúmulo de riquezas (apud BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 68).

A diferença existente entre a economia solidária e a economia capitalista no Brasil, segundo análise de Gaiger (1999), Singer (2000) e Corragio (2003), está prioritariamente na forma de gestão – heterogestão e na estratégica de manutenção do sistema capitalista – a competição. As permanências com relação à economia solidária estão em ser uma economia alternativa, movida pela autogestão, constituída para atender a massa desempregada, diminuindo a miserabilidade social brasileira.

Corragio (1997) enfatiza ainda que a falta de organicidade e a fragilidade da economia solidária acabaram sendo conseqüências de um aspecto comum de uma economia que se constituiu nos países em desenvolvimento, nos períodos de fortes crises no trabalho com dificuldades de se contrapor ao sistema capitalista. Mas, mesmo diante das dificuldades e fragilidades é uma alternativa ao capitalismo. O fato é que esta economia esteve muito mais preocupada, nesses seus 26 anos de existência, em preservar todo e qualquer tipo de vida e não tão simplesmente com a acumulação de riquezas. Dessa forma, suas características marcantes – a autogestão com liberdade individual, propriedade coletiva dos meios de produção, distribuição de riquezas, fundamentando-se em valores como resgate das relações sociais, cooperação, colaboração – vem reafirmar o que Corragio (1997) afirmou acerca da mesma.

Quanto à discussão de Arruda (2000) a respeito da economia solidária no Brasil, observa-se outro discurso, visto que salienta a necessidade de uma mudança estrutural, política, filosófica, cultural e espiritual. Para definir a

economia solidária ressalta a construção de um movimento cooperativista autogestionário, solidário e popular, possuindo como estratégia ir tecendo relações cooperativas e solidárias nas esferas do consumo, produção, comércio e financeiro. Tendo como objetivo “transubstanciar” a economia do capital em uma economia cooperativa e solidária.

O que se percebe nas diversas formas encontradas de se definir a economia solidária no Brasil é que mesmo tendo visões diferenciadas, segundo Bertucci e Silva (2003) existem dois pontos comuns: o primeiro é que a economia popular solidária representa um conjunto de iniciativas econômicas populares, que expressam valores e práticas diferentes do sistema capitalista hegemônico. O segundo é a constatação da fragilidade e da pouca organicidade desta economia em sua atuação isolada. Dessa forma, os autores relatam alguns desafios para a constituição desta economia:

[...] o necessário fortalecimento das relações internas de solidariedade combinadas com a eficiência da cooperação, a articulação das diversas iniciativas em redes e fóruns para investir em políticas públicas. Para tanto é necessário que os movimentos políticos transformem a EPS em um elemento político indispensável na construção de um novo projeto de desenvolvimento (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 68).

No Brasil, as experiências da economia solidária, segundo Singer (2002), têm início a partir dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), na década de oitenta do século XX, implementados pela Cáritas brasileira, uma instituição ligada diretamente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Tais projetos comunitários tiveram como objetivo gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das áreas periféricas nas metrópoles e nas zonas rurais do país. Além disso, nos assentamentos de reforma agrária liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) detectou-se desde os anos oitenta a confluência entre os PACs e o cooperativismo agrícola. Ainda segundo o autor, outra modalidade de experiência da economia solidária no país foi à tomada pelos trabalhadores de empresas falidas ou em via de falir, ressuscitando-as com a prática da autogestão baseada nos princípios do cooperativismo.

Na década de noventa do século XX, segundo Manetti (2005) o país presenciou a falência de diversas empresas, posteriormente a execução do

Plano Collor. Dentre estas empresas esteve a Makerly, uma fábrica de calçados, localizada na zona Franca de São Paulo. Esta empresa representou uma experiência de autogestão no Brasil, pois foi assumida pelos trabalhadores que buscaram créditos e se articularam entre si politicamente, criando um novo sistema organizacional nas relações de trabalho.

Como resultado do trabalho, em 1994 surgiu juridicamente a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG), que despontou como modelo brasileiro de gestão democrática, muito próxima aos princípios do cooperativismo do século XIX. Mais tarde, a ANTEAG congregou e representou diversas empresas econômicas solidárias, resultantes de massas falidas, sob as formas de cooperativas, associações e empresas limitadas, fundamentadas nos princípios da economia solidária.

[...] os EES são organizações coletivas de geração de renda, regidas por princípios de: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, sustentabilidade, desenvolvimento integral e compromisso social (GAIGER, 2004, p. 26).

Segundo Manetti (2005) um dos aspectos relevantes da economia solidária refere-se à economia informal, termo que foi criado na década de sessenta no âmbito do Programa Mundial de Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Muitos empreendimentos econômicos solidários formados a partir de 1990 são resultantes de setores qualitativamente distintos. Entre estes setores estão o setor da economia familiar ou o setor dos micronegócios. Nestas associações de trabalhadores para a produção ou prestação de serviços, aplica-se a autogestão, realizada com pouquíssimo ou até sem capital e com a qualidade de haver solidariedade entre seus membros.

[...] Trabalhadores e trabalhadoras desempregados(as) que decidem montar seu próprio negócio; comunidades que se reúnem para organizar grupos de produção; grupos de produção familiar; e tantos outros que surgem diariamente como forma de enfrentar as mazelas produzidas pela desigualdade social em nosso país (MANETTI, 2005, p. 8).

É relevante salientar que na historiografia estudada não se constatou uma atuação governamental ou empresarial de apoio às iniciativas econômicas

solidárias no período de 1980 a 2002, no Brasil. Foi comum encontrar a articulação entre ONGs, ITCPs<sup>8</sup>, instituições religiosas como a Cáritas Brasileira e organizações oriundas da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Agência de Desenvolvimento Solidário. E segundo Manetti (2005, p. 8): “Estes empreendimentos foram se constituindo e funcionando durante toda a última década, de forma heróica, sem contar com o apoio do Estado”.

Manetti (2005) observa que somente no ano de 2003 é que esta economia passa a ser foco de políticas públicas, a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Compreendendo a importância econômica e social desses empreendimentos, o Governo do Presidente Lula decidiu criar no âmbito do Programa Nacional de Economia Solidária em Desenvolvimento, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, a Ação de Apoio à Recuperação de Empresas pelos Trabalhadores em Autogestão, que visa contribuir para a consolidação da Economia Solidária no Brasil (MANETTI, 2005, p. 9).

O que se observa é que a economia solidária no Brasil enquanto prática alternativa a crise do mundo do trabalho tem uma trajetória em processo de construção, que foi se adequando às necessidades e demandas da população. O fato é que ao verificar as definições de economia solidária enquanto movimento social se confunde como as formas de organização e estruturação. Por meio dos autores citados, torna-se relevante perceber que esta mesclagem entre prática de geração de renda e modelo de sociedade se confunde porque ambos vêm a economia solidária através dos princípios em que esta economia está fundamentada, exceto Singer (2003). Verifica-se ainda que a percepção de Singer (2003) com referência à economia solidária está mais próxima de uma forma de inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica no mundo do trabalho. Porém, constatou-se que o autor não descarta os valores e princípios da economia solidária como um aspecto que fortalece a diferença com relação à economia capitalista.

---

<sup>8</sup> Incubadoras Tecnológicas de cooperativas populares. Elas são multidisciplinares, integradas por professores, alunos de graduação e pós-graduação e funcionários pertencentes as mais diferentes áreas do saber. Elas atendem grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária e apoio técnico logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários (SINGER, 2002, p. 123).

### 1.1.3 As permanências da economia solidária da Europa no Brasil

É possível perceber que a economia solidária vem se adaptando as especificidades de cada local e do tempo em que se desenvolve. Neste contexto, observa-se que restaram muitos aspectos da economia solidária no Brasil a partir da década de oitenta do século XX, com relação à Europa do século XIX.

A primeira semelhança é que uma das formas de atuação da economia solidária no Brasil é a cooperativa, com base nos princípios cooperativistas europeus criados no século XIX. Isso poderá ser verificado nos princípios do cooperativismo em Rochadalle e, posteriormente, nos princípios do cooperativismo no Brasil a partir de 1971.

Europa:

1º) que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independente de quanto investiu na cooperativa; 2º) o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir. Por isso este princípio é conhecido como o da 'porta aberta'; 3º) sobre o capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4º) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5º) as vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista; 6º) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulterados); 7º) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas (SINGER, 2002, p. 39-40).

Brasil:

[...] 1º Princípio - Adesão voluntária e livre; As cooperativas são organizações voluntárias e abertas a todas as pessoas aptas a utilizarem os seus serviços e a assumirem as responsabilidades como cooperados, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas; 2º Princípio - Gestão democrática pelos cooperados; 3º Princípio - Gestão democrática pelos cooperados; 4º Princípio - Autonomia e independência, 5º Princípio - Educação, formação e informação; 6º Princípio – Cooperação entre as cooperativas; 7º Princípio - Interesse pela Comunidade; As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos cooperados (OCEMG, p.1)<sup>9</sup>.

Singer (2002) destaca a importância de se pensar uma organização do trabalho baseada em princípios como a democracia e a “primazia do trabalho sobre o capital”. Observa-se que tais princípios tiveram como base

<sup>9</sup>

<[www.ocemg.org.br](http://www.ocemg.org.br) . Acesso em 25 de maio de 2012.

experiências diversas, dentre elas o direito ao voto por cabeça independente do capital investido, o que possibilita a prática da autogestão. Esta característica remete ao pensamento da criação de uma sociedade de trabalhadores e não de capital. Dentre os princípios criados que marcou a história do cooperativismo e que permanece até os dias atuais, está o princípio da adesão voluntária, ou chamado anteriormente como princípio de “portas abertas”. Este princípio possibilitou a adesão de mais trabalhadores às cooperativas. Isso significou a inclusão de maior número de trabalhadores, permitindo às cooperativas ampliar a quantidade de sócios e filiais, o que conseqüentemente aumentava o seu ganho.

Em uma análise mais precisa sobre os princípios do cooperativismo, observa-se que a estrutura das regras apresentadas propicia uma durabilidade maior, das sociedades cooperativas, caso os seus sócios apliquem de fato os princípios estão sendo propostos, porém não garante a sua existência. O princípio de vender somente à vista, dentro de uma cooperativa de consumo, protegia a cooperativa da inadimplência dos sócios, que foi comum em épocas de crise. No entanto, era um princípio excludente dentro de um modelo de sociedade que propunha incluir e defender os operários da época. Singer (2002) destaca que a manutenção deste princípio se deu com a preocupação dos Pioneiros de Rochdale em manter a saúde financeira da cooperativa e ainda de distinguir negócios de caridade, procurando educar os sócios para poupar e evitar o endividamento.

O princípio da educação nas sociedades cooperativas permaneceu na lei do cooperativismo, foi herdada de Owen. Ele relata a importância da educação para a construção de uma sociedade mais igualitária, baseada nos princípios cooperativistas, visto que se tornava necessário estender a educação num âmbito maior, não simplesmente aos sócios, mas para o público em geral. Singer (2002, p. 42) relata que para Owen:

[...] os vícios e o egoísmo são frutos de uma educação errada. Portanto, para que o cooperativismo seja entendido e apoiado em seus propósitos, é necessário que não só os cooperadores mas o público em geral seja educado em seus princípios ou, mais amplamente, em sua visão de mundo. Desde o início da economia solidária, a publicação de periódicos e livros e a organização de cursos sempre merecem toda prioridade (SINGER, 2002, p. 42).

Outro princípio em destaque, que contribuiu para a permanência das cooperativas, foi o oitavo princípio europeu – neutralidade religiosa e política dos cooperados. Este princípio permanece dentro da legislação brasileira de regulamentação do cooperativismo:

[...] o oitavo princípio exige neutralidade da cooperativa perante controvérsias políticas e religiosas que podem dividir sócios. Este princípio pretende impedir que cooperativas sejam exclusivas de partidos ou seitas. Ele complementa o primeiro ao abrir as portas a todos que desejam se associar, não importando as suas posições políticas e crenças religiosas (SINGER, 2002, p. 42).

Embora o modo predominante de organização do trabalho na Europa seja o cooperativismo, segundo Singer (2002) existiram também no século XIX grupos “informais” de trabalho: “Em outros casos, pequenos grupos de trabalhadores simplesmente se uniam sem qualquer patrocínio formal e iniciavam sociedades por conta própria” (COLE, 1944, p. 24 apud SINGER, 2002, p. 29).

No Brasil, segundo Manetti (2005), as iniciativas econômicas têm como principal modelo de organização os grupos solidários de trabalho e prestação de serviços, como alternativa de geração de renda, oriundos de trabalhadores que se encontram a margem do mercado de trabalho, em situação de informalidade.

A Economia Solidária é bastante diversa seja em setores e ramos de produção ou mesmo no que tange a dimensão econômica de seus empreendimentos. É muito forte na economia solidária a presença dos pequenos grupos de produção, muitos dos quais funcionam na informalidade em função dos modestos resultados econômicos, o que logicamente dificulta a sua constituição legal (MANETTI, 2005, p. 8).

Outra permanência que se observa da origem da economia solidária na sua prática nas décadas de oitenta são seus objetivos com relação à geração de trabalho e renda. Independente do século XIX ou XX, ou da forma de organização social do trabalho, o fato é que a economia solidária, apesar da passagem do tempo, o que impulsionou o seu surgimento foram momentos de crise no trabalho. Neste contexto, observa-se que a sociedade civil organizada e os trabalhadores que se encontraram desempregados impulsionaram a

criação de projetos alternativos de geração de renda dentro do sistema vigente.

Cabe aqui ressaltar os Programas Alternativos Comunitários; suas diferenças e permanências com relação às empresas capitalistas e a economia solidária. Torna-se relevante apontar para a economia solidária como um conjunto de iniciativas econômicas populares, que expressam valores e práticas diferentes do sistema capitalista:

**Tabela 1: Comparação entre a economia capitalista, PACs e EPS**

Aspectos	Economia Capitalista	PACs	EPS
Lógica	Acumulação/Lucro	Auto-Sustentação Comunitária	Ampliação da Qualidade de vida
Relações Internas	Patrão X Empregado	Distribuição Comunitária das tarefas	Auto-Gestão Cooperativa
Protagonismo	Representações Empresariais	Representações Comunitárias	Organizações do Movimento de EPS
Educação	Para a Competitividade / Individualista	Para a Solidariedade Comunitária	Para a Solidariedade em Rede
Projeto de Desenvolvimento	Monopolista predatório do Meio-Ambiente e das pessoas	Promoção Humana Local	Desenvolvimento Sustentável
Políticas	Excludente e compensatórias	Relações Comunitárias	Fortalecimento de Redes e de suas Representações
Cadeia Produtiva	Rede de competição e Exploração Monopolística	Subsistência sem Articulação	Rede de Complementaridade Solidária

Fonte: CÁRITAS BRASILEIRA. Seminário Economia Popular. Belém/PA, 30/05 a 01/06/2000. (relatório mineiro) apud BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 71.

A partir da tabela 1, observa-se que a prática de projetos de fomento ao desenvolvimento econômico local, como os PAC's, ampliaram os horizontes de comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica, constituindo assim os empreendimentos econômicos solidários. Diante dos aspectos apresentados alguns merecem ser discutidos. Percebe-se que a lógica da Economia Solidária assemelha-se à lógica dos Programas Alternativos Comunitários que por sua vez é muito diferente da lógica capitalista que se baseia em acumulação de riqueza por meio da mais valia. Observa-se a relevância deste fato porque permanece desde o século XIX, podendo ser verificado nos princípios do cooperativismo, onde a cooperativa existia para

subsidiar os trabalhadores e, portanto, não poderia haver acumulação de capital.

Outro aspecto que distancia a economia solidária do sistema capitalista e a aproxima do PACs é a relação interna estabelecida entre os trabalhadores e os modelos de gestão empresarial. Este aspecto também representa uma permanência do século XIX, uma vez que esta característica poderá ser vista na forma de gestão das cooperativas de crédito do século XIX. A divisão de tarefas e dos resultados do trabalho era fundamental para a organização das cooperativas. Além disso, o direito ao voto denota a democracia dos empreendimentos solidários. A relação estabelecida era de igualdade, não existia hierarquização, mas representações eleitas pelos cooperados. O poder de decisão destas representatividades é confirmado por meio de assembleias, os meios de produção são de posse de todos. Esse aspecto pode ser visto atualmente com base no estudo de caso realizado neste trabalho. Durante a conversa com o Grupo Florescendo Vidas, foi relatado por um de seus membros, o Donizete, que as tarefas são distribuídas, porém toda decisão é realizada em grupo. Somente fazem opção pelo voto quando não conseguem um consenso entre os membros do grupo.

A educação para o cooperativismo também é um fator de permanência da economia solidária na Europa e no Brasil. Verifica-se a partir da Lei 5764/71 – Lei do Cooperativismo, que a educação é um aspecto fundamental para as cooperativas:

Lei 5764/71 - CAPÍTULO VII - DOS FUNDOS,

**Art. 28** As cooperativas são obrigadas a constituir:

**I** Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído com 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas do exercício;

**II** Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelos menos, das sobras líquidas apuradas no exercício.

**§ 1º** Além dos previstos neste artigo, a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

**§ 2º** Os serviços a serem atendidos pelo Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social poderão ser executados mediante convênio com entidades públicas e privadas<sup>10</sup>.

<sup>10</sup>

[www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L5764.htm) Acesso em 25 de maio de 2012

A participação do Sindicato dos Trabalhadores para o fomento à economia solidária é outra permanência na história da economia solidária desenvolvida no Brasil, com relação aos europeus:

A Central Única dos Trabalhadores – CUT, a maior central sindical brasileira, criou em 1999, em parceria com a Unitrabalho e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). A ADS vem difundindo conhecimentos sobre a economia solidária entre as lideranças sindicais e militantes de entidades de fomento da economia solidária, por meio de cursos pós-graduados em várias universidades, em parceria com a Unitrabalho (SINGER, 2002, p. 124).

Diante do exposto, observa-se que os princípios do cooperativismo influenciaram nas formas de organização social do trabalho da Economia Solidária. Percebe-se que muitas são as permanências na economia solidária praticada no Brasil, tendo como referência a economia solidária desenvolvida na Europa. Estas permanências vão desde as causas de seu surgimento, os princípios que norteiam a organização da economia solidária, a lógica em que ela é desenvolvida até seus objetivos, formas de articulação e gestão.

Souza (2003) considera que a economia solidária foi capaz de produzir efeitos diversos entre homens e mulheres de países diferentes, confirmando na prática o que os pensadores socialistas vêm teorizando em inúmeros países há dois séculos:

Os resultados históricos deste projeto em construção podem ser sintetizados do seguinte modo:

1. homens e mulheres vitimados pelo capital organizam-se como produtores associados tendo em vista não só ganhar a vida, mas reintegrar-se à divisão social do trabalho em condições de competir com as empresas capitalistas;
2. pequenos produtores de mercadorias, do campo e da cidade, se associam para comprar e vender em conjunto, visando economias de escala, e passam eventualmente a criar empresas de produção socializada, de propriedade deles;
3. assalariados se associam para adquirir em conjunto bens e serviços de consumo, visando ganhos de escala e melhor qualidade de vida;
4. pequenos produtores e assalariados se associam para reunir suas poupanças em fundos rotativos que lhes permitem obter empréstimos a juros baixos e eventualmente financiar empreendimentos solidários;
5. os mesmos criam também associações mútuas de seguros, cooperativas de habitação etc. (SOUZA, 2003, p. 124).

A discussão procurou evidenciar o que a economia solidária apresenta a partir de sua constituição, o que permaneceu em seu processo de desenvolvimento no Brasil, no século XXI. A contribuição desta discussão está em evidenciar a existência de uma possível formação de outra economia, paralela ao capitalismo, que se distancia deste modelo econômico. A coexistência de duas economias não complementares aponta para direcionamentos dentro de uma perspectiva de construção de autonomia da população, que se encontra marginalizada no sistema capitalista. Mas, que procura outros meios de sobrevivência sem reproduzir o que o meio lhe ofereceu ao longo dos anos. Além disso, denota a capacidade de emancipação dos trabalhadores, dentro de um contexto histórico marcado por problemas econômicos, sociais e políticos.

#### **1.1.4 A organização da economia solidária dentro da estrutura política governamental brasileira**

A economia solidária no Brasil se organiza a partir de três segmentos, denominados pelo *Fórum Brasileiro de Economia Solidária* (FBES, 2004), sendo: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e gestores públicos.

Os empreendimentos solidários são as diversas formas concretas de manifestação da economia solidária, entre elas estão as cooperativas e associações, os grupos populares que apresentam as características abaixo:

- os grupos informais de produções constituídos minimamente com três pessoas, podendo ser: de produção, de prestação de serviços, de comercialização, de crédito solidário, nos âmbitos rural e urbano e também enquadra empresas recuperadas de autogestão (antigas empresas capitalistas falidas, recuperadas pelos trabalhadores e trabalhadoras);
- os agricultores familiares e supra-familiares, fundos solidários e rotativos de crédito (organizados sob diversas formas jurídicas e também informalmente);
- os clubes de trocas solidárias (com ou sem o uso de moeda social, ou moeda comunitária);

- as redes e articulações de cadeias produtivas solidárias; lojas de comércio justo; agência de turismo solidário.

Além disso, para se caracterizar empreendimento solidário eles devem se fundamentar na carta de princípios da economia solidária, em que os valores e princípios que recebem ênfase são: o exercício da autogestão interna e o fato de serem supra-familiares com caráter de atividade econômica. Estes princípios estão fundamentados na lógica de iniciação do cooperativismo europeu e foi adaptado a demanda brasileira. Com relação a forma de gestão adotada, a autogestão, possibilita aos grupos a conquista da autonomia e a emancipação dos trabalhadores. A característica supra-familiar possibilita a inclusão de trabalhadores de forma transparente e democrática.

As entidades de assessoria e fomento constituem o segundo segmento do movimento da economia solidária,

[...] que normalmente se organizam na forma de associações sem fins lucrativos (ONG's) ou universidades (incubadoras tecnológicas e grupos de extensão) e prestam serviços de apoio e fomento aos empreendimentos solidários, seja na forma de ações de formação (tanto técnica quanto econômica e política), seja na forma de apoio direto (em estrutura, assessoria, consultoria, elaboração de projetos e/ou oferecimento de crédito) para a incubação e promoção de empreendimentos (FBES, 2006, p. 4).

O terceiro segmento, de acordo com o FBES (2006), é formado pelos gestores públicos envolvidos com políticas públicas voltadas para o fomento da economia solidária no Brasil, no âmbito nacional, estadual e regional.

De 2000 a 2005 ocorreu uma maior adesão ao movimento de fomento à economia solidária, que foi discutida no Fórum Mundial de 2001, realizado em Porto Alegre. Singer (2002) relata que a partir da realização do Fórum Mundial como tentativa de fortalecimento da economia solidária foi debatida a constituição das redes solidárias e foi lançada a Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária. Esta rede tem a função de integrar as organizações e empreendimentos da Economia Solidária e disponibilizar em tempo real as informações sobre esta economia em todo o país.

Outro fator de fortalecimento da economia solidária no país foi à criação de Fóruns regionais, estaduais e nacional. Segundo a FBES (2006), os fóruns constituem um espaço de informação, discussão e debates políticos. Além

disso, eles sempre desempenharam a porta de entrada para os atores da economia solidária. Como marco de fortalecimento da economia solidária destaca-se a criação do Fórum Nacional de Economia Solidária, realizado em junho de 2003, conforme a FBES (2006). Este fórum representa o movimento da economia solidária com relação ao poder público (municipal, estadual e federal, através de sua coordenação nacional) e com referência as entidades, redes de articulações nacionais e internacionais.

O Conselho Nacional de Economia Solidária, instituído em novembro de 2005, também é um órgão de alta representatividade deste movimento, visto que representa o elo político entre o movimento e o poder público, na definição de políticas públicas voltadas para a economia solidária. Outro espaço conquistado pelos empreendimentos solidários e que contribuem para a consolidação da economia solidária no país são as feiras solidárias. Segundo a FBES (2006), foi desde a sua criação um espaço de divulgação, formação e comercialização dos produtos confeccionados pelos empreendimentos solidários.

Considera-se, portanto, que os principais atores da economia solidária no Brasil são os empreendimentos econômicos solidários, pois foi a partir da necessidade ou opção de prática da autogestão que se tornou possível realizar a organização dos grupos solidários de trabalho e até mesmo das cooperativas. Segundo Souza (2003), a economia solidária não é uma criação de intelectuais, embora não se possa negar a contribuição dos autores socialistas para a constituição desta outra economia.

*A economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda sua evolução (SOUZA, 2003, p. 13, grifos do autor).*

As entidades de apoio e fomento a economia solidária, sejam elas universidades ou ONG's participam do debate sobre a economia solidária, contribuem para a discussão sobre políticas públicas de economia solidária e contribuem para a formação e informação de trabalhadores da economia solidária dentro de uma perspectiva de articulação para o seu apoio e o fomento. As entidades de apoio, como a Cáritas Brasileira, desempenharam

um papel fundamental para o desenvolvimento da economia solidária na década de 1980 no Brasil. Dentro da perspectiva de organização dos trabalhadores que se encontravam fora do mercado de trabalho e que, portanto, precisavam desenvolver atividades de geração de renda alternativa, teve o papel de organizar os grupos populares de trabalho. Outras ações são desenvolvidas pelas entidades de apoio, no sentido de formar e organizar trabalhadores para a autogestão. A exemplo destas entidades, que também são denominadas entidades de assessoria, destaca-se as Incubadoras Tecnológicas Populares (ITCPs):

Desde 1999, as ITCPs constituíram uma rede, que reúne periodicamente para trocar experiências, aprimorar a metodologia de incubação e se posicionar dentro do movimento nacional de economia solidária. No mesmo ano, a rede se filiou à Fundação Unitrabalho, que reúne mais de 80 universidades e presta serviços, nas mais diferentes áreas, ao movimento operário. A Unitrabalho desenvolve desde 1997 um programa de estudos e pesquisas sobre economia solidária. Um crescente número de núcleos da Unitrabalho em universidades acompanha e assiste às cooperativas, numa atividade que, sob muitos aspectos, se assemelha às ITCPs (SINGER, 2002, p. 123).

Os gestores públicos possuem um papel relevante para o movimento da economia, consolidando ações de apoio e fomento a economia solidária. Juntamente com os demais atores, os gestores públicos articulam políticas públicas de desenvolvimento da economia solidária, propõem leis de economia solidária para a regulamentação das práticas econômicas e financiam projetos de apoio e fomento a economia solidária. Um dos grandes feitos dos gestores públicos foi a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária, que articula com os demais órgãos públicos para a efetivação da economia solidária no país. Desde o ano de 2003, observa-se a preocupação dos gestores em encontrar os empreendimentos da economia solidária. Para tanto os três atores da economia solidária articularam o mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários. Verificou-se ao término da primeira fase do mapeamento, dezembro de 2005, que as práticas da economia solidária são diversas no país. Ao todo foram identificados quinze mil empreendimentos econômicos solidários dentro do território brasileiro. Os dados poderão ser conferidos no quadro a seguir, retirado do Sistema de

Informação da Economia Solidária. É importante ressaltar que estes dados constam no Atlas da Economia Solidária.

Conclui-se, portanto, que a economia solidária no Brasil está se constituindo por meio da articulação entre os empreendimentos econômicos solidários, ONG's, ITCP's, Central Única dos Trabalhadores e Gestores Públicos. As ações se concretizam a partir de práticas solidárias, entendendo o significado de solidariedade como sendo responsabilidades mútuas assumidas por estes atores e pela sociedade civil.

## 1.2 ABORDAGENS CONCEITUAIS

### 1.2.1 Compreendendo o conceito de trabalho

Diante do exposto tornou-se necessário analisar e compreender os termos. O primeiro deles, o trabalho, tem sido alvo de reflexões desde a filosofia clássica com Marx e Engels. Engels (1876), o trabalho é “a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”. Em Marx o trabalho é afirmado como sendo o pressuposto onto-histórico do ser social. Portanto, é considerado como uma atividade vital do homem. Atividade esta capaz de distanciar o homem dos animais.

Em “*O Capital, v.1*” Marx demonstra que a diferença entre o homem e o animal (sendo a abelha utilizada como exemplo), é sua capacidade de transformar a natureza por meio de atividade pensada, planejada, ele consegue vislumbrar o resultado da atividade antes mesmo de executá-la. Já a abelha, por melhor que seja a atividade por ela desenvolvida, não passa de instinto, estando condicionada a produzir sua colméia de forma inconsciente sem ter capacidade para planejar muito menos para vislumbrar qualquer resultado final.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 2012, p. 211).

Assim, a atividade praticada pela abelha é simplesmente cumprir sua função. Não há intenção de transformar ou modificar sua realidade.

Analisando o trabalho, pode-se afirmar que este é uma categoria fundamental que expressa a exclusividade dos homens em responder ativamente e conscientemente à determinada demanda, tendo superado o determinismo genético, deixando de realizar atividades puramente de cunho biológico, provocando transformações, agindo na busca do domínio e transformação da natureza: “Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais”(MARX,2012, p.215). É por meio dele que o homem realiza a humanização dos indivíduos e se constitui como ser social.

Segundo Marx, o homem assumiu papel ativo frente produção das condições materiais necessárias a sua existência. Desta forma, tornou-se capaz de controlar os meios de produção e o processo de trabalho de outros homens, agregando ao trabalho a função de atividade que gera valor. Basta atribuir ao homem um direcionamento, orientação, que este será capaz de produzir valores de uso.

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 1983;p.153)

No entanto, o mesmo trabalho que liberta, a serviço do capitalismo aprisiona. O mesmo homem que busca sua autonomia, submete outros da sua espécie à sua vontade. Os trabalhadores dentro do sistema vigente, por meio

do processo de trabalho, geram riquezas, mas não usufruem delas, produzem bens que jamais terão condições de consumi-los, criam novas tecnologias que contribuem para a exclusão do próprio homem.

[...] Cabe salientar, primeiramente, que a única mercadoria capaz de gerar valor é o trabalho, enquanto força de trabalho e, ainda, que o processo capitalista de produção não é meramente produção de mercadorias, ou seja, é um processo que absorve trabalho não pago, que transforma os meios de produção em meios para sugar trabalho não pago.

[...] “Uma cantora que canta como um pássaro é uma trabalhadora improdutiva. Na medida em que vende o seu canto é uma assalariada ou uma comerciante. Porém, a mesma cantora contratada por um empresário que a põe a cantar para ganhar dinheiro, é uma trabalhadora produtiva, pois produz diretamente capital”. (MARX, 2012, p.299).

Tanto o homem quanto a sua força de trabalho são transformados dentro do sistema capitalista em mercadoria, pois, ao adquirirem valor-de-uso e valor-de-troca, são usados para gerar mais capital para aquele que detém os meios de produção: “Quem com seu produto, satisfaz a própria necessidade gera valor-de-uso,mas não mercadoria. Para criar mercadoria, é necessário não só produzir valor-de-uso, masproduzi-lo para outros, dar origem a valor-de-uso social” (MARX, 2012, p. 269). O trabalho ainda é apresentado como forma de produção e aquisição do conhecimento, pois, ao transformar a natureza o homem de forma intencional constrói e adquire conhecimento.

Neste sentido, o grande desafio dos trabalhadores cooperados, tem sido: organizar, sistematizar e repassar o conhecimento produzido e acumulado ao longo da história. Além disso, adquirir o conhecimento técnico necessário à sua prática, uma vez que muitos não possuem escolaridade. Assim, a educação tem sido discutida como instrumento fundamental para a sobrevivência dos empreendimentos econômicos solidários.

### **1.2.2 A educação a serviço da consolidação da economia popular solidária**

A educação tem ocupado o espaço central para discussão acerca das

experiências de trabalho associado, porque dela depende a sobrevivência dos empreendimentos, considerando que as decisões são tomadas pelo coletivo e não mais por um grupo de gestores, como nas organizações capitalistas. Deste modo, torna-se necessário compreender qual o alcance e o limite da educação para a prática da Economia Popular Solidária.

O princípio da educação nas sociedades cooperativas foram herdados de Owen. Ele reconhece que a educação tem fundamental importância para a construção de uma sociedade mais igualitária, baseada nos princípios cooperativistas. Deste modo, faz-se necessário estender a educação num âmbito maior, não simplesmente aos sócios, mas para o público em geral.

De acordo com o estudo realizado identificou-se que a educação tem grande influência na permanência de práticas de trabalho associado no Brasil. Estas experiências tornaram-se expressivas no país a partir de meados da década de 1980, em um contexto de crise do capital o que ocasionou a precarização das relações de trabalho, acentuação da pobreza e fortes contestações dos trabalhadores.

Utilizamos este período histórico, mas, não podemos ignorar que já no século XIX, em Minas Gerais, existiu uma Associação no distrito de Ouro Preto, denominado Passagem de Mariana, cujo objetivo era “prestar assistência aos sócios, a seus órfãos e viúvas, em situações de emergências, manter uma escola noturna e abrir uma biblioteca pública”.

Em 1980 as estratégias de sobrevivência dos trabalhadores não inseridos nas relações formais de trabalho culminaram na emergência de diferentes formas de trabalho associado, e a partir da iniciativa da Cáritas Brasileira, por meio dos Programas Alternativos Comunitários na vertente da Economia Popular Solidária, por meio de ações de promoção a implementação de formas alternativas e autônomas de organização da vida social, tendo como instrumento importante a educação e o trabalho. Seus princípios, segundo a Economia Popular Solidária, devem orientar-se para processos de internalização opostos à lógica do sistema capitalista. Tal necessidade se explica pela diferença na estruturação dos empreendimentos econômicos solidários e das empresas hierarquizadas e geridas pelos sistema econômico vigente.

No desenvolvimento da pesquisa encontramos a terminologia educação

e formação identificando a mesma prática. As terminologias por vezes são utilizadas pelo histórico da construção dos processos formativos que se dão desde a articulação com outras políticas educacionais formais como: alfabetização, EJA, ensino fundamental, médio e superior, pós-graduação, ensino profissionalizante, qualificação profissional até a incubação de empreendimentos econômicos solidários. Portanto, observa-se que quando se fala em educação junto ao movimento de economia popular solidária e às (aos) cooperadas (os) a abordagem é ampla. A mesma palavra conceitua desde o sistema educativo institucionalizado cronologicamente e hierarquizado segundo as normas do Ministério de Educação, passando pela educação informal, desenvolvida a partir de encontros, contatos com grupos sociais, leituras e acontecimentos, até a educação não formal, modelo que abrange técnicas que se desenvolve sem adotar as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura. Nesse modo de se fazer educação é que aparece o educador social, protagonista da educação em economia popular solidária, sendo este popularmente denominado de técnico ou formador.

Cabe relatar que em todos os modelos de educação citados, observamos que há intencionalidade em distinguir o que se pretende proporcionar em cada um e reconhecer a legitimidade e preponderância da educação formal sobre outros modos de se fazer educação. O primeiro modelo, o que está institucionalizado é reconhecido na sociedade por estarem ancorados nas instituições de ensino e o poder estatal. O segundo modelo, conhecido como informal é realizado a partir do meio em que o sujeito está inserido e as informações acessadas e apreendidas por ele. O terceiro é desenvolvido pelas instituições de apoio e fomento às causas sociais, sendo praticadas por pessoas pertencentes a movimentos e grupos da população. Suas atividades são executadas fora do sistema formal.

A educação encontrada na prática da cooperativa remonta os modelos dois e três, portanto, é legítimo abordarmos nesta pesquisa os termos: educação, educadores, formação, formadores para designar o profissional que facilita o processo de ensino-aprendizado junto às (aos) catadoras (es).

### **1.1.2 Educação/formação e economia popular solidária**

Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária, as práticas de Economia Popular Solidária (EPS) têm apresentado estratégias fundamentais para a superação e transição do modelo de desenvolvimento capitalista. Dentro deste cenário a formação é imprescindível para o fortalecimento destas práticas e ainda, contribui para a articulação do movimento de Economia Solidária no país.

A formação em economia popular solidária tem sido estruturada em parceria com os fóruns de Economia Solidária, conselhos, órgãos públicos federais, entidades de fomento à EPS e empreendimentos econômicos solidários. O caminhar desta parceria tem resultado em implementação de Centros de Formação em Economia Solidária, que estão distribuídos pelo país, somando até o momento sete CEFS, sendo: um nacional e seis regionais, estando distribuídos por regiões: nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul, Sudeste, Amazonas I e Amazonas II.

O objetivo do Centro de Formação em Economia Solidária tem sido a implementação da política nacional de formação em Economia Solidária com foco na formação de educadores, educadoras e gestores públicos que atuam com Economia Solidária. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, as principais atividades do Centro de Formação são:

- Formação avançada e continuada de formadores/as e educadores/as que atuam na economia solidária, por meio da organização e realização de cursos e eventos;
- Sistematização e disseminação de metodologias de formação, incluindo a manutenção de um sistema de informações atualizado sobre as experiências de formação/educação em economia solidária;
- Organização, publicação e disseminação de material pedagógico e subsídios para a formação em economia solidária;
- Formação sistemática de gestores públicos que atuam com economia solidária nas três esferas de governo, de modo articulado às estratégias de implementação, ampliação e institucionalização de políticas públicas de economia solidária.
- Apoio a eventos (seminários, encontros, reuniões etc.) de articulação e organização de uma rede nacional de formadores/as em economia solidária.<sup>11</sup>

Garantir que a formação seja política pública de governo, tem sido a bandeira de luta das pessoas que acreditam na economia popular solidária

---

<sup>11</sup> Centros de Formação em Economia Solidária. Disponível em: [http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog\\_formacao\\_centro.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_formacao_centro.asp) . Acesso em: 10 de maio de 2013.

como forma de desenvolvimento econômico e social. Neste sentido os Centros de Formação em Economia Solidária são projetos da Secretaria Nacional de Economia Solidária/Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE), que teve início em 2009 com a participação de empreendimentos e entidades de apoio que acumulam experiências formativas para a autogestão e princípios da Economia Popular Solidária.

A fala de uma das integrantes do comitê de articulação nacional do CEFS, Rosana Kirsh, no Seminário de articulação do CEFS, realizado em maio de 2013 em Brasília, no Distrito Federal, demonstra a preocupação em fortalecer as bases da economia popular solidária, tendo como canal direto com a população a educação:

“Os debates sobre educação vieram desde o primeiro momento. O que poderia ser a prática de autogestão dentro da educação, pensando juntos e exercitando a concepção de educação. O exercício nos mostrou que na prática isso já era feito criando um percurso formativo que foi registrado em cartilhas e textos durante a realização das ações. Dentro da caminhada dissemos que a principal estratégia de educação para nós é fortalecer a educação popular que ajuda na construção do movimento social de Economia Solidária firmando as ações como políticas públicas.”

A exposição realizada por Kirsh (2013) demonstra que a prática formativa em economia solidária e autogestão já era praticada na perspectiva de uma educação informal, encontrando como meios de efetivação a educação popular, daí a estratégia de fortalecimento desta, para a consolidação do movimento social de EPS, transformando suas ações em políticas públicas. O objetivo é alcançar a perenidade das ações independente de partido e interesse do governo.

Atualmente, os CEFS têm buscado estreitar os laços entre os parceiros, provocando discussões e propostas para se articularem em redes por uma educação/formação emancipatória. A luta por uma educação emancipatória faz-se necessária uma vez que os trabalhadores necessitam de uma formação política e pedagógica voltada para a liberdade e a autonomia, que são bases

da Economia Solidária. Este modelo de educação deverá ser implantado também nas escolas, pois, conforme exposto por Arroyo<sup>12</sup> :

“A escola deve ter o compromisso desde a constituição das estruturas mentais para uma capacidade cognitiva desenvolvida, até a formação de sujeitos capazes de articular formalmente para que se criem as condições necessárias à tomada de consciência em sociedade, de forma articulada, coletiva e através de competências operativas e práticas, que promovam a ruptura com o caráter ideológico do capitalismo, mistificador de uma racionalidade que desumaniza”.

O maior desafio daqueles que lutam pela Economia Solidária no país, sobretudo para que ela se consolide enquanto política pública de educação é o diálogo com os órgãos responsáveis pela educação no Brasil, o que tem sido um esforço constante da SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária com o MEC-Ministério de Educação e Cultura.<sup>13</sup>

A Economia popular solidária tem sido “uma metodologia pedagógica que recupera a capacidade criativa do ser humano com a proposta de desencadear ações de educação popular para dentro do governo”.<sup>14</sup>

Segundo Feres (2013)<sup>15</sup>, em uma exposição durante o lançamento dos CEFS, o MEC tem realizado ações que buscam implementar a EPS enquanto política de educação, sendo a principal delas a Educação de Jovens e Adultos e programas de alfabetização. No entanto, os números de demandantes e atendidos demonstram os limites destas ações. Em seu discurso aos participantes do evento, Feres traz as seguintes informações:

Representante do Ministério da Educação (MEC), Marcelo Feres, comentou que dentro do governo federal existem diversas ações em educação espalhadas e que é preciso juntá-las. “O desafio é enorme. Os números são de causar incômodo, pois é atendido apenas 4% da demanda apresentada para garantir o acesso e a permanência na Educação de Jovens e Adultos (EJA), um total de 87 milhões de pessoas e o déficit de ofertas é maior no campo. Já o acesso ao programa de alfabetização tem capacidade de atender um número

<sup>12</sup> ARROYO, João Cláudio Arroyo. Seminário de articulação dos CEFS em Rede. 16 de maio de 2013. Disponível em: <http://caritas.org.br/novo/2012/05/18/debates-sobre-educacao-politicas-publicas-em-economia-solidaria-ocorrem-em-seminario-nacional/>

<sup>13</sup> Valmor Schiochet. Diretor do Departamento de Estudos e Divulgação -Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE).

<sup>14</sup> Vera Barreto, da Secretaria Geral da Presidência da República.

<sup>15</sup> Marcelo Machado Feres. Diretor de Integração das Redes de Educação Profissional e Tecnológica . Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=195&Itemid=86](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=195&Itemid=86) Acesso em: 10 de jun. 2013

enorme em qualquer lugar e atende um número muito maior do que no EJA, o que ocasiona uma maior demanda por educação continuada que ainda não é oferecida.”

Dentro desta perspectiva observa-se que os empreendimentos e entidades de apoio não estão estagnados, propõem e executam formações enquanto as políticas de governo são estruturadas para atender uma demanda que vem da ineficácia de governos pautados nas diretrizes capitalistas. Diante disso, os CEFS somam esforços para ofertar aos formadores em economia solidária e conseqüentemente aos trabalhadores que estão na base conhecimentos necessários para aperfeiçoamento da prática da autogestão. Para tanto, delinearão temáticas pautadas conforme as demandas dos empreendimentos econômicos solidários: finanças Solidárias; comercialização e comércio justo e solidário; redes de cooperação solidárias. Elas norteiam todo o processo formativo proposto pela Rede Nacional do CEF, com vistas a fomentar o acúmulo teórico, metodológico e político dos empreendimentos e formadores em EPS no Brasil.

## **2- ANÁLISE CONCRETA DO EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO**

### **2.1 A CONSTITUIÇÃO DA COOPERSOLI - BARREIRO - EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO**

A história da Coopersoli - Barreiro tem início no ano de 2001 quando as cooperadas ainda eram catadoras de materiais recicláveis e por meio do projeto de moradia foram beneficiadas com apartamentos nos conjuntos habitacionais, construídos através do orçamento participativo nas comunidades dos bairros: Columbiara, Independência, Conquista da União, Jatobá, pela prefeitura municipal de Belo Horizonte – MG.

As chefes de famílias já no conjunto habitacional participavam de reuniões quanto a utilização dos apartamentos e formas de gerar renda, pois, não bastava ter a moradia era preciso terem recursos financeiros para sustentar suas famílias. E então em uma das reuniões surgiu a informação de que em outras comunidades, as pessoas estavam praticando a coleta seletiva e vendendo esses materiais recicláveis como forma de geração de renda.

Diante disso, as mulheres decidiram reunir um grupo de trabalho para coleta e venda de garrafas plásticas, vendo aí a possibilidade de lucro nesta atividade. Durante um mês coletaram, desfiaram e venderam as garrafas pets. Toda atividade era realizada no espaço do conjunto habitacional. O trabalho era difícil e, além disso, as mulheres vendiam o produto para atravessadores que pagavam menos do que o material valia. Não obstante os atravessadores, ainda tinham que pagar carretos, custos estes que não eram incorporados no valor pago pelo atravessador na compra do produto. Ao final com a venda do pet desfiado, cada trabalhadora teve um ganho de R\$5,00 (cinco reais)/mês. Fato este que pode ser comprovado durante a entrevista, gravada no dia 03 de janeiro de 2013, na cooperativa.

Então a cooperativa iniciou lá em 2003 mais ou menos, agente vem da história da moradia né, e aí agente mora no conjunto habitacional que foi construído pelo orçamento participativo, nesse conjunto, são 287 famílias e lá agente participando de várias reuniões, e também mudando pro conjunto sentiu a necessidade de fazer alguma coisa, e numa das reuniões que a gente tava participando alguém falou que já

estava desenvolvendo o trabalho de reciclagem em um dos conjuntos habitacionais e que tava dando certo, eu levei a ideia, pro conjunto e a gente discutiu e eu mais a Neli começou a tar buscando, né...como é que seria isso, como é que faria isso pra levar a ideia pro conjunto, primeiro momento foram varias pessoas que se interessou e agente , agente começou com o pet, desfiando o pet no próprio conjunto, e aí, nosso primeiro momento foi assim, agente teve muito trabalho e na nossa divisão, e ai agente viu, quando nós dividiu o nosso primeiro dinheiro, deu cinco reais pra cada um, isso fora as dificuldades que agente teve, agente teve que pagar é carreto, agente teve que pagar a manutenção do espaço mesmo, se agente tivesse feito essa divisão , agente viu que tinha que buscar ajuda, e foi nessa andanças, nessas buscas de ajuda, que agente viu que estava sendo construído este galpão no Jatobá Quatro.(Silvana – Cooperada - Coopersoli)

O dinheiro distribuído era pouco diante do árduo processo de trabalho e não era suficiente para sustentar suas famílias. Diante disso buscaram informação e descobriram que o gestor público municipal havia construído galpões de reciclagem, os quais estavam sendo cedidos aos catadores em contrato de comodato, inclusive no bairro Jatobá 4.

Em uma das reuniões que participaram, junto a prefeitura, as catadoras Neli e Silvana souberam que a equipe da prefeitura estava selecionando catadoras que moravam nos conjuntos habitacionais da região do bairro Jatobá para empreender uma cooperativa, no entanto deveriam preencher os seguintes critérios: serem mulheres, chefes de famílias, catadoras e beneficiárias do Programa Social do Governo Federal “Bolsa Família”. Desta forma, as catadoras se propuseram a passar pelo processo seletivo e foram aprovadas. Em seguida receberam em contrato de comodato, o galpão localizado no bairro Jatobá 4, para que pudessem realizar atividades de separação de materiais reutilizáveis. Este galpão possuía aproximadamente 1700 metros de área construída, sendo 60% de área coberta.

A prefeitura inicialmente realizou capacitações junto às catadoras para dar-lhes as primeiras instruções quanto ao desenvolvimento do trabalho cooperativo, participar das capacitações era critério de permanência na cooperativa. Concluído esse processo inicial com apoio da prefeitura, constituiu-se a Coopersoli no ano de 2003, tendo como atividade econômica a separação e venda de materiais recicláveis.

Todo o apoio da prefeitura à cooperativa fazia parte da política de assistência social de inclusão e geração de trabalho e renda no município de Belo Horizonte-MG. O que para prefeitura significava gestão pública, para as

catadoras era a esperança de ter um emprego fixo para garantir a sobrevivência de sua família. Surgia aí a possibilidade de ressurgir dos lixos produzidos pela população belorizontina, a sobrevivência de dezenas de mulheres e suas famílias. E assim, eis que do luxo que gera o lixo, nascia a cooperativa.

[...] a esperança de ter um emprego pra nós era um coisa muito assim maior, né..e no dia que agente preencheu lá, e passou por uma pré entrevista e tudo, no dia que agente teve a resposta da prefeitura e que agente tinha passado, né..e que nós seria as pessoas que ia tomar conta dessa casa né,.. e que ia fazer a gestão dessa casa, agente ficou muito feliz. (Silvana, cooperada – Coopersoli)

Após o período de implementação da Cooperativa, as trabalhadoras perceberam que as formações realizadas pela equipe da prefeitura não foram suficientes para que elas aprendessem às técnicas necessárias para gestão, nem mesmo para a efetivação do processo de trabalho que consistia na atividade primeira da cooperativa, a saber, a triagem dos materiais. Desta forma ficava inviável a realização da gestão e operacionalização do empreendimento. O que poderá ser percebido no relato de uma das cooperadas:

Agente entendia que, aqui dentro do galpão, agente tinha que chegar aqui dentro do galpão e todo mundo tinha que fazer a mesma coisa, agente não tinha organização das coisas. Aí, no primeiro momento no galpão, quando agente entrou no galpão, lá em 2003, no primeiro momento que agente entrou aqui na da Coopersoli, o galpão tava todo o material que a prefeitura já tinha ideia, de fazer desse galpão, um galpão de reciclagem, e ai todo o material que era reciclado eles despejavam aqui dentro do galpão. Então assim vinha, agente entrou com o galpão de todos os espaço cheio, então agente ia fazer isso, é triar isso, mas agente não tinha uma capacitação de triagem, né..., e agente começou a fazer o trabalho, mas para agente era assim se desse conta de triar dois quilos seria o suficiente, três quilos seria suficiente, agente não tinha meta, agente não pensava que tinha que vender, agente não pensava que tinha que ser dividido entre nós, no primeiro momento era só pra fazer a triagem disso né? .(Silvana, cooperada – Coopersoli)

Diante disso, seis mulheres se dispuseram aprender o trabalho de triagem junto aos trabalhadores da ASMARE<sup>16</sup>. Após realizarem a formação, retornaram à cooperativa para ensinar de forma prática, como fazer a triagem

---

<sup>16</sup>ASMARE- Associação Dos Catadores de Papel e Material Reaproveitável.

dos materiais recicláveis para todas as outras cooperadas. Todo o processo de aprendizagem será discutido no item “A Construção do Saber” a seguir.

A organização da Coopersoli, desde a sua criação cumpre o que estabelece a Lei 5764/71. Esta lei institui o regime jurídico das sociedades cooperativas brasileiras e estabelece regras para sua administração. Quanto à administração das cooperativas, esta lei preconiza que deverá se constituir com no mínimo 20 pessoas as quais comporão em assembleia uma diretoria que deverá ser eleita.

Atualmente a cooperativa está constituída por 42 membros, sendo trinta e sete cooperadas e cinco cooperados. Possui uma diretoria, onde estão presentes as cooperadas (como já foi dito, em sua grande maioria iniciaram na atividade como catadoras) com os cargos: presidente, vice-presidente, diretora financeira e conselheiras fiscais. Segundo entrevista da cooperada Silvana, essa diretoria é eleita em assembleia geral e são as cooperadas (os) que se apresentam e dão os nomes para participar da eleição, enquanto candidatas (os) aos cargos. Todas (os) participam da eleição realizada em assembleias geral. O processo eleitoral é acontece a cada três anos.

O problema identificado nesse processo eleitoral, que poderá ser evidenciado no relato da cooperada Silvana é a falta de desejo das pessoas em se candidatar a um cargo na diretoria:

A cooperativa tem a diretoria, tem a presidente, vice presidente, diretor financeiro, e o conselho, né, e aí, é...essa diretoria, ela é eleita, né na assembléia geral, né, agente os nomes das pessoas que quer fazer parte dessa diretoria, agente mesmo que se apresente quem quer ser, né..presidente e tudo, agora agente tem um problema sério na presidência da Coopersoli, ninguém quer assumir, todo ano agente fala assim é a pessoa que vai ser, praticamente agente indicou, porque ninguém quer assumir a presidência, porque eu acho que ninguém quer ter também, porque presidente tem uma responsabilidade maior, né mas a diretoria são pessoas que tem sempre, né vinculo mesmo, que tem historia, mesmo e essa diretoria é eleita por todos nos, é passada por todos nós, todo mundo para, é feita uma assembléia grande onde todo mundo tira essa diretoria, ela é me parece que ela é ... de três em três anos, eleita.

Durante a observação realizada no trabalho de campo foi perceptível que o não querer candidatar muitas vezes é aguçada pela inexperiência na área administrativa e na falta de escolaridade dos membros. Nas conversas

informais com as cooperadas ficou evidenciado que tanto elas quanto os demais cooperados sabem da responsabilidade de fazer parte desta diretoria e ainda, de ser presidente da cooperativa. O fator preponderante neste processo é que muitas (os) cooperadas (os) são analfabetas (os) e semianalfabetas (os). Esta condição inibe muitas pessoas a candidatarem, fazendo com que não queiram assumir um cargo onde acreditam ser preciso saber ler e escrever com fluência para não ter problemas administrativos futuros. Diante do exposto, não há grandes voluntárias (os) dispostas (os) a candidatar-se ao cargo de presidente e assim, acabam elegendo as mesmas pessoas para presidência, inviabilizando o processo de alternância na diretoria da cooperativa.

Ainda com relação à gestão, as entrevistadas responderam que praticam os princípios da economia popular solidária, dentre eles a autogestão. Para compreender esse processo é preciso revisitar alguns autores estudiosos do que venha ser esta economia popular solidária e como ela acontece no Brasil.

Um dos autores consultados foi Singer (2000). Ele ressalta que o que caracteriza a economia solidária é a união da posse e do uso de produção e distribuição com a socialização desses meios, pois esta economia, no cerne de sua existência, não está baseada na *competitividade*. O que traz ao trabalhador certa autonomia sobre o trabalho que desempenha, deixando de ser meramente um assalariado, passando a ser dono da sua força e ferramenta de trabalho. É importante salientar que quando o autor se refere à competitividade, está tratando da disputa entre setores da mesma empresa, visto que é uma estratégia adotada pelo modo de produção capitalista para impulsionar a produção e o escoamento de produtos.

Paul Singer usa o termo **Economia Solidária** referindo-se a um 'modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem) ficar marginalizados do mercado de trabalho' (apud BERTUCCI, 2003, p. 67, grifos do autor).

Outro estudioso desta economia é Bertucci (2003, p. 67). Ao citar Singer, completa o seu pensamento afirmando que a economia solidária é

[...] uma nova forma de organizar a produção, a distribuição e o consumo dos bens socialmente produzidos, o que significa redesenhar e exercitar, na prática das experiências alternativas, um

outro projeto de sociedade que rompa com a lógica da competição monopolizadora excludente.

Observa-se que Bertucci (2003) corrobora com a idéia de que a economia solidária não é simplesmente um outro modo de gerar renda, mas um modelo alternativo de sociedade. Este modelo de sociedade foi transcrito pelo autor como sendo formas emancipatórias de organização do trabalho. Nestas formas, destaca-se o protagonismo dos setores populares, como percussores das organizações coletivas de trabalho.

Experiências coletivas de trabalho e da produção vêm disseminando-se em todo o mundo, nos espaços rurais e urbanos, através das cooperativas de produção e consumo, das associações de produtores e de empresas de autogestão. Nasceram de uma atitude crítica frente ao sistema hegemônico e orientam-se por valores não mercantis como a solidariedade, a democracia e a autonomia (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 66).

Arruda (1995) enfatiza que a prática da economia popular solidária implica em mudanças vivenciais, pois não basta pensar uma economia capaz de gerar renda, que teoricamente apresenta-se mais solidária. É preciso que o homem viva esta economia, colocando em prática todos os seus princípios, implicando numa mudança de conceitos.

Marcos Arruda (Coordenador do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul) fala em **Socioeconomia solidária** como um movimento que transcende as iniciativas restritas ao econômico. Além das transformações institucionais na esfera sócio-econômica, implica em mudanças profundas no nível das relações sociais e culturais: envolve mudanças na visão de mundo e paradigmas, valores, atitudes, comportamentos, modos de relação, aspirações, paixões e desejos (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 68, grifos do autor).

Dentro de uma ótica mais macro, falar de uma outra economia implica em confrontar dados e significados que não são excludentes, pois aparentemente se complementam. A discussão dos autores enfocada pela visão da economia solidária, traduz o que:

[...] José Luiz Corragio (1997) afirma que a Economia popular solidária se diferencia da economia empresarial capitalista exatamente pela sua lógica, que se caracteriza pela 'reprodução ampliada da vida' e não pelo acúmulo de riquezas (apud BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 68).

A diferença existente entre a economia solidária e a economia capitalista no Brasil, segundo análise de Gaiger (1999), Singer (2000) e Corragio (2003), está prioritariamente na forma de gestão – heterogestão e na estratégica de manutenção do sistema capitalista – a competição. As permanências com relação à economia solidária estão em ser uma economia alternativa, movida pela autogestão, constituída para atender a massa desempregada, diminuindo a miserabilidade social brasileira.

No Brasil, as experiências da economia solidária, segundo Singer (2002), têm início a partir dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), na década de oitenta do século XX, implementados pela Cáritas brasileira, uma instituição ligada diretamente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Tais projetos comunitários tiveram como objetivo gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das áreas periféricas nas metrópoles e nas zonas rurais do país. Além disso, nos assentamentos de reforma agrária liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) detectou-se desde os anos oitenta a confluência entre os PACs e o cooperativismo agrícola. Ainda segundo o autor, outra modalidade de experiência da economia solidária no país foi à tomada pelos trabalhadores de empresas falidas ou em via de falir, ressuscitando-as com a prática da autogestão baseada nos princípios do cooperativismo.

Na década de noventa do século XX, segundo Manetti (2005) o país presenciou a falência de diversas empresas, posteriormente a execução do Plano Collor. Dentre estas empresas esteve a Makerly, uma fábrica de calçados, localizada na zona Franca de São Paulo. Esta empresa representou uma experiência de autogestão no Brasil, pois foi assumida pelos trabalhadores que buscaram créditos e se articularam entre si politicamente, criando um novo sistema organizacional nas relações de trabalho. Como resultado do trabalho, em 1994 surgiu juridicamente a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG), que despontou como modelo brasileiro de gestão democrática, muito próxima aos princípios do cooperativismo do século XIX. Mais tarde, a ANTEAG congregou e representou diversas empresas econômicas solidárias, resultantes de massas falidas, sob as formas de cooperativas, associações e empresas limitadas, fundamentadas

nos princípios da economia solidária.

[...] os EES são organizações coletivas de geração de renda, regidas por princípios de: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, sustentabilidade, desenvolvimento integral e compromisso social (GAIGER, 2004, p. 26).

Diante do exposto, podemos afirmar que a Coopersoli, se caracteriza enquanto empreendimento econômico solidário, se enquadrando na forma coletiva de geração de renda, prática da autogestão e busca constante de sustentabilidade. Além disso, possui o compromisso social tendo como objetivo a inclusão de outros catadores, a capacitação das cooperadas (os), estabelecendo ações que efetivam a participação e o desenvolvimento das (os) cooperadas (os).

No relato de uma das cooperadas, ao ser questionada qual a importância da economia popular solidária ela responde:

Então desde o início que agente começou agente já...começou assim né, trabalhando dentro dos princípios da economia solidária, e uma das coisa, assim que agenteve , que é um outro jeito de trabalhar, né um ajudando outro, né, é um sendo companheiro do outro, e um sendo solidário do outro, com o outro, né e cada um fazendo o melhor daquilo que sabe fazer porque aqui agente não tem um patrão que fala que você vai fazer isso aqui, eu participo de todo o processo, né eu posso falar naquilo que eu acho que não vai dar certo, eu posso participar de todos , né eu posso tá contribuindo com o que eu sei fazer , então eu acho que é diferente, então eu acho que tá dentro dos princípios , né aqui não tem patrão, não tem ninguém mandando, eu decido dentro do coletivo, né eu é eu sei que essa casa é a minha casa, é como se eu tivesse trabalhando na minha casa, eu entro aqui eu sinto que aqui eu tenho uma família, né que é uma família que eu posso contar com ela, das vezes, teve um época, eu tou falando isso por mim....(emoção).....uma época quando eu comecei a trabalhar na Coopersoli, eu não podia trabalhar o dia todo, e ai minha filha tava com... ia fazer dois anos eu tinha que acompanhar ela, e eu só sei que .....(emoção).....que eu tive....condições de trabalhar na Coopersoli porque o grupo aceitou as minhas condições né, dai eu trabalhava só meio horário e o meu grupo me aceitou. mas porque o grupo me aceitou, será que numa empresa ia me aceitar? Então, é assim.....hoje.....hoje...agradeço muito a essa casa, .....(emoção).....agradeço pelos meus companheiro de trabalho,..... pela minha vida,.....porque foi o único jeito de trabalhar.....que me viu como gente, sabe,....porque é muito difícil trabalhar numa empresa quando as pessoas,que .....trata agente como se não fosse nada, você não sabe de nada, eu que sei e aqui não quando você fala todo mundo te respeita...então aqui é como se sentisse gente, sabe...eu tenho muito que agradecer a Coopersoli, porque foi aqui que resgatei a minha vida, que eu tenho condições, hoje, sabe de dar um qualidade para minhas filha né e todo dia

agradeço muito, eu sou uma pessoa que entro na cooperativa e assim, é uma vida pra mim, eu acho que esse jeito de trabalho é o jeito de reconhecer as pessoas de saber o valor de cada um, sabe, de respeito mesmo, e... eu queria dizer se sabe quando você sente que você faz alguma coisa que você é valorizado, não sei se consigo te explicar não, eu acho que foi só dentro dessa economia solidária que eu consegui sentir isso, ser reconhecido por cada um pelo seu jeitinho de trabalho, com seu valor, mas é um valor que eu não sei explicar, mas é um valor... muito de cada um... eu não sei explicar. (Entrevista, realizada em 20 de jan. de 2013)

A cooperada ficou muito emocionada, ao falar do seu trabalho, da sua vida, da cooperativa e das suas conquistas. Ela chorou ao dizer que dentro da cooperativa sente-se respeitada, valorizada e realizada. Atribuindo à economia solidária tudo o que ela consegue sentir em relação à vida atual, por acreditar que o resgate de sua vida se deu por meio do trabalho desenvolvido dentro dos seus princípios. Observa-se, portanto, que por meio das relações de trabalho estabelecidas nesta forma de organização de trabalho e geração de renda, há impacto na reconstrução do sujeito.

Infelizmente, na transcrição da pesquisa não existe palavras para demonstrar o quanto o trabalho fez diferença na vida desta pessoa. Em todos os lugares em que utilizamos reticências "...", tentamos transcrever como a cooperada ficou engasgada, com olhos cheios de lágrimas, ao falar da importância da economia solidária em sua vida. No momento de transcrever para a pesquisa a entrevista percebemos que há fatos que as palavras não são capazes de traduzir, principalmente quando eles denotam os sofrimentos impregnados na alma.

Quanto à autogestão, as entrevistadas disseram que praticam atribuindo à sua prática nos aspectos que se seguem: 1) não possuem patrão e não são empregados; 2) todas as grandes decisões são realizadas em assembleias e as decisões do dia-a-dia são definidas por um conselho fiscal juntamente com a diretoria executiva, com intuito de dinamizar o processo de trabalho; 3) a forma de distribuição dos resultados do trabalho, sendo realizada por meio de rateio; 4) a posse coletiva dos meios de produção (foram todos conseguidos por meio de projetos de captação de recursos); 5) inclusão de outros catadores; 6) participação de todos os sujeitos na decisão quanto a organização do processo de trabalho, nisso incluindo a melhor organização da escala de trabalho, considerando a especificidade da atividade praticada e o

tamanho do galpão; 7) a preocupação quanto a capacitação de todas (os) cooperadas (os); 8) a inexistência de acumulação de riqueza e extração da mais valia dentre os trabalhadores. Diante da relevância da gestão e do processo de trabalho praticado por este empreendimento econômico solidário, desenvolveremos a seguir uma análise específica.

Atualmente a Coopersoli recebe apoio de entidades de fomento à Economia Popular Solidária e fazem parte do movimento da Economia Popular Solidária e do Movimento Nacional dos Catadores. Além disso, compõem entidades representativas da área, como, por exemplo, a UNISOL.

## 2.2 O PROCESSO DE TRABALHO DOS COOPERADOS E A GESTÃO DA COOPERSOLI

Com técnicas mais modernas que as utilizadas pelos catadores de rua, as cooperadas (os) substituíram a carrocinha pelo caminhão de coleta de lixo, o lixão por condomínios e empresas públicas e privadas e o velho depósito de ferros velhos (sucatas) por galpão estruturado para a realização das etapas de separação, triagem, armazenamento, compactação, comercialização dos materiais reutilizáveis, popularmente denominados “lixo”.

A cooperativa funciona de segunda a sábado de 08:00 às 20:00 horas. As normas de funcionamento com a especificação dos deveres e direitos das (os) cooperadas, diretrizes gerais e gestão foram elaboradas a partir de discussões realizadas em assembleias. Todas (os) as (os) cooperadas (os) têm a oportunidade de discuti-las durante a realização dos cursos de capacitação e reuniões quinzenais realizadas pelas (os) cooperadas (os).

A jornada de trabalho das (os) cooperadas (os) é de 12 horas por 36 horas. Embora haja casos de cooperadas que por não terem com quem deixar os filhos enquanto trabalham, façam uma jornada de meio período. A fala da cooperada Silvana comprova isso:

[...] é como se eu tivesse trabalhando na minha casa, eu entro aqui eu sinto que aqui eu tenho uma família, néque é uma família que eu posso contar com ela, das vezes, teve um época, eu tou falando isso por mim....(emoção).....uma época quando eu comecei a trabalhar na Coopersoli, eu não podia trabalhar o dia todo, e ai minha filha tava com... ia fazer dois anos eu tinha que acompanhar ela, e eu só sei que .....(emoção).....que eu tive....condições de trabalhar na

Coopersoli porque o grupo aceitou as minhas condições né, daí eu trabalhava só meio horário[...].

Toda a produção tem como fundamento a divisão natural do trabalho<sup>17</sup>, sendo possível identificar neste processo de trabalho a distribuição das tarefas de acordo com a força física, o gênero e a idade das (os) cooperadas (os).

O trabalho é realizado por equipes, cujos trabalhadores alternam os dias de trabalho. Dentro destas duas equipes são organizadas outras equipes de acordo com o processo produtivo. Uma equipe fica na “rampa” para recepção e primeira etapa de separação do lixo, que somente depois de separado será visto como materiais recicláveis. Outra equipe de trabalhadoras ficam nas mesas de triagem, uma terceira equipe é responsável pela pesagem do material triado e também o material compactado (fardos) e elaboração de um relatório que subsidiará a distribuição do resultado do trabalho (retiradas), a quarta equipe, composta por cooperados, recebe o material nas prensas e realiza a compactação e enfardamento, a quinta equipe controla a parte administrativa (com relação a organização administrativa e contábil da Coopersoli), as vendas e retirada do material do galpão.

Torna-se relevante enfatizar que o trabalho da cooperativa não é a reciclagem, embora seus membros utilizem este termo. O significado palavra reciclagem é a transformação de objetos, materiais usados em novos produtos para consumo, conforme estabelece a Lei 12035/2010, art. 3º, inciso XIV:

reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa.<sup>18</sup>

Retomando o processo de trabalho torna-se essencial descrever as em que condições as (os) trabalhadoras (es) estão expostas (os) para o desenvolvimento de suas atribuições. O galpão da cooperativa possui

---

<sup>17</sup> Para Marx, as sociedades tradicionais apresentam uma forma de divisão natural do trabalho, mesmo que baseadas na idade, gênero ou força física. (QUINTANEIRO, 2002. p.39)

<sup>18</sup> Lei 12035/2010. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm). Acesso em: 31 de março de 2013).

aproximadamente 1700 metros de área construída. De toda a área 60% é coberta, sendo o restante é descoberta. A área descoberta, chamada pelas (os) trabalhadoras (as) de “rampa” é o local em que todo o lixo coletado é despejado para início da produção do lixo em mercadoria. Buscando em Marx (2012) o conceito de mercadoria, este material é a mercadoria produzida pelas cooperadas, pois, são produtos do trabalho humano, dispêndio de cérebro, nervos, mãos e sentidos do homem. Além disso, os materiais recicláveis possuem valor de uso e valor de troca.

[...] antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção. (MARX, 2012. p. 57)

Na parte coberta do galpão está o escritório da cooperativa, os banheiros (sendo um na parte de cima do galpão) e dois (masculino e feminino) na parte de baixo. Cozinha ampla com mesas, cadeiras, geladeira, fogão e utensílios para preparo dos alimentos. É neste espaço que as (es) trabalhadoras (es) fazem todas as refeições diárias. Durante as refeições têm o hábito de socializarem, mas, não permitem interrupção alguma. Enfatizam que é importante ter horário para as refeições, pois, isso ajuda na preservação da saúde. Constituem ainda como área coberta: os silos (grandes gaiolas) de armazenamento dos fardos e *bag's*, as mesas de triagem de materiais, também chamadas de bancas de triagem e o local de pesagem e compactação do material.

Com relação à área interna do galpão, os problemas apontados pelas (os) trabalhadoras (es) são: a falta de espaço para o desenvolvimento da atividade e também a estrutura física pensada que não contribui para dinâmica operacional do trabalho. Já na parte externa, as condições a que as (es) trabalhadoras (es) estão expostas (os) são de extrema preocupação, pois, ficam expostas (os) aos raios solares e chuvas, chegando a ficar doente. Suas peles ficam queimadas pelo sol que castiga e torna mais árduo o trabalho que é desenvolvido com afinco.

O local tem um cheiro forte, característico do lixo misturado que vem dos condomínios sem o mínimo de separação. É comum ver plásticos, vidros, orgânicos, papéis e fezes de animais todos juntos, em um mesmo saco. Isso dificulta o trabalho das (os) cooperadas (os) e expõe a todas (os) a riscos eminentes.

Um fato observado é que mesmo diante das orientações das coordenadoras 90% das (os) cooperadas (os) se recusam usar equipamento de segurança. A cooperativa disponibiliza luvas e máscaras, no entanto, elas (es) argumentam que não utilizam porque as luvas inviabilizam o trabalho, tornando-as mais lentas, o que atrasaria toda a produção.

O clima possui grande influência na produção da cooperativa. As chuvas têm sido grandes “vilãs” do processo produtivo, pois, ela provoca a diminuição do aproveitamento de materiais como papéis e papelões que ao molhar (em virtude de estar na parte aberta do galpão) perdem as propriedades necessárias para reciclagem; dificultam o enchimento das *bag's*, tendo em vista que as (os) trabalhadoras (es) que ficam na rampa, se molham tornando mais lento o enchimento das *bag's* e ainda o lixo expostos, ao ficar molhados exalam odores e contribuem com a poças d'água.

Mesmo sendo exaustivo o trabalho realizado é visível a satisfação das (os) trabalhadoras (es) em executá-lo. Trabalham sorrindo, dialogando, contando piadas. Nas entrevistas realizadas todas (os) entrevistadas (os) apresentaram gratidão e satisfação por ter sido incluído na cooperativa. Uma das entrevistadas, ao ser responder se ela gosta de estar na cooperativa ela diz: “Eu gosto, gosto de saber tá no meio, gosto de me relacionar com as pessoas que ficam a minha volta”.

No trecho da entrevista com a cooperada Eva, quando a mesma responde a pergunta: A senhora gosta do que faz? A resposta é: “eu gosto muito. Assim...eu gosto do que trabalho, eu trabalho aqui tudo né, mas é lógico que se agente arrumasse uma jeito que pudesse trabalhar limpinho agente mudava né”. De acordo com a transcrição o que faria a senhora Eva mudar de trabalho, seria o fato de trabalhar mais limpa, no entanto ela gostaria de continuar na atividade. Conviver com o lixo não é tarefa fácil. Durante as entrevistas apenas dois cooperados responderam que se tivessem oportunidade de mudar de trabalho o fariam. Disseram que estão gostando do

que fazem mas, almejam ter um ganho maior do que as retiradas mensais, a saber, as retiradas variam em um salário e uma salário e meio.

Em momento algum as (os) cooperadas (os) reclamam do sol ou da chuva que maltrata. As reivindicações existentes são para a ampliação do espaço, com objetivo de melhorar as condições de trabalho e possibilitar que as duas equipes trabalhem juntas.

Eu acho que a falta de espaço aqui né, ...tem que buscar espaço, porque igual agente tem duas equipe trabalhando , fica assim muito deslocado, porque agente as vezes tem que tirar o material do lugar pra outro ta passando com material, então eu acho que isso é um perca de tempo. Tem que ir lá encima também encher bag, voltar com os bag de novo pra poder jogar encima da bancada . Encher bag, quando agente tem uma pessoa pra poder tá enchendo os bag pra gente, o trabalho rende mais né, quando agente tem que fazer todo esse procedimento, tá lá encima enchendo bag prá puxar pra tá jogando na bancada eu acho assim, é a única coisa que tinha que melhorar. (Eva, cooperada Coopersoli)

Trabalharem juntas diariamente faz-se necessário, em virtude da padronização dos procedimentos de produção, diminuição dos conflitos internos e também aumenta a possibilidade melhorar o aproveitamento do material, impactando diretamente na produção mensal e no rateio das equipes.

Isso poderá ser percebido no trecho da entrevista realizada com a Sra. Silvana, cooperada e coordenadora operacional:

[...] essa questão da gente dividir a equipe isso é muito ruim, que a gestão agente não faz separado, isso traz muito problemas talvez um dos problema mais sério da Coopersoli seja esse, né que agente fala que é para melhorar o trabalho mas aí na cabeça das pessoas isso passa, né mas porque ai é pra melhorar o trabalho, mas ai cada um ve na cabeça da pessoa, ai passa....você entendeu, como o seu espaço mesmo, e se forma sua equipe mesmo e se divide isso é muito ruim pro grupo,...coletivo, então tem momentos que agente tem atritos por causa disso, né mas na hora que agente precisa dividir, mesmo com os atritos, ai é muito complicado, porque um não combina com o outro, esse negócio todo mas aí acaba passando por cima de muita coisa, mas o ideal seria que todo mundo trabalha todos os dias juntos porque isso é a melhor coisa.entendeu? (Silvana, cooperada Coopersoli)

Os atritos e dificuldades foram demonstrados na prática durante a observação de campo, no que diz respeito ao processo de produção, pois, uma equipe ao encher as *bag's* coletam os materiais mais fáceis de separar, ou seja, ao invés de encher as *bag's* com o intuito de levá-las para as mesas de

triagem e lá dar seqüência ao processo produtivo, a equipe da rampa faz uma separação prévia do lixo, tornando mais lento o processo de esvaziamento da rampa. Como conseqüência disso, há o acúmulo de materiais, obrigando por vezes a realização de mutirões para conseguir limpar este espaço.

Além de prejudicar a segunda equipe (que trabalhará no dia seguinte) com relação ao processo de trabalho, pois, a rampa cheia dificulta o desenvolvimento das atividades, ainda torna mais difícil a divisão do resultado de trabalho (retiradas mensais), pois, a mesma é realizada por equipe, existindo um bônus para a equipe que consegue produzir mais mercadorias. Cabe aqui ressaltar que o tempo para produção é o mesmo, mas, os conflitos acontecem por uma equipe acreditar que a outra acaba tendo privilégio por escolher os materiais mais fáceis para triagem, o que impacta na quantidade de mercadoria produzida. O trabalho tem que ser desenvolvido no coletivo e por isso, segundo as cooperadas “é difícil”.

Conforme já explicitado, a constituição da Coopersoli, foi e tem sido por muitas cooperadas que eram catadoras. Na rua, trabalhavam individualmente e se encontravam raramente, já na cooperativa, é inevitável que convivam, dividam espaços coletivos, façam a gestão coletiva da cooperativa. Quando apontam as dificuldades, falam principalmente das relações interpessoais, têm que aprender a conviver e se relacionar com os outros. Mesmo estando fundamentados nos princípios da economia popular solidária, os conflitos surgiram já no início da atividade cooperativa, causados pelo modo de agir a partir da concepção de que dentro da cooperativa não existe patrão e empregado. Sendo todos donos não precisavam escutar um ao outro. Ao mesmo tempo em que a solidariedade despontou em meio às empreendedoras, surgem juntamente a ela os conflitos.

Lidar com os conflitos tem sido um aprendizado constante segundo a cooperada Silvana. A princípio os conflitos desanimaram algumas cooperadas, causando a desistência de quatro. No entanto, motivaram muitas outras a buscarem conhecimento com alguém que tivesse experiência nesse modelo de organização. Procuraram então a ASMARE. Esta associação já estava com sua organicidade sedimentada no município, sendo referência para aquelas, que como a Coopersoli, surgia.

No primeiro momento agente sentia a gestão, todo mundo vai trabalhar numa cooperativa, então todos nós somos donos, porque antes quando entrávamos aqui por antes de entrar aqui e foi chegando e todo nos íamos fazer parte desse galpão, agente teve que fazer uma capacitação pra tar entrando, pra entender o que que era uma cooperativa, o que era isso né..trabalhar no coletivo? Decidir no coletivo. Como era issotinha que entender mesmo isso e lá agente entendeu que todo mundo era dono, então quando entramos aqui dentro um queria falar mais alto que o outro, porque nós achávamos que éramos o dono, porque se você é dono eu também sou dono, porque você vai falar mais alto que eu, porque você vai mandar em mim, entendeu...(silêncio). Então no primeiro momento era muita briga, né chegava a ponto de tirar a faca do outro era sério, os primeiros anos de trabalho da Coopersoli era sério.

[...] Né a gente tinha o problema de estranhar o outro né, essa questão pessoal mesmo, né agente se dava então foi e a gente , e agente sentiu a necessidade, e aí agente tinha um problema também, as vezes agente ia para as capacitações, chegava lá a gente colocava o tumulto que agente no coletivo nas capacitações aquilo virava uma confusão danada, começa a nossa briga,[...].  
(Silvana, cooperada Coopersoli)

A cooperada reconhece que os conflitos apareceram a partir do momento em que compreenderam que eram donas. Portanto, uns começaram reproduzir as relações as quais estavam acostumadas: um manda, vários obedecem e todos pensam que participam. No entanto, diante do fato de serem donas, não estavam dispostos a dialogar e acatar ordens ou sugestões. Resolviam os problemas a partir da força física. Não havia diálogo e então se instaurou o caos. Em primeiro momento a cooperada relata que diante dos conflitos, todas perceberam que somente teriam condição de resolvê-los no coletivo. Como forma de organizar a cooperativa e resolver os conflitos elegeu em assembleia “cargos” além do corpo diretivo que compõe o empreendimento econômico solidário: coordenadora, operacionais e administrativos e a utilização de um conselho executivo para tomar decisões.

[...] com o tempo agente entendeu que o problema nosso, no coletivo era nosso, que nós tínhamos que separar isso, mas só que isso demorou um tempo pra gente entender isso, né eque lá fora a gente tava lá pra aprender, pra melhorar esse grupo aqui, o que tava aqui era nos, e que nós que tinha que entender, um dia nós decidimos falar assim, precisamos de um interpessoal pra entender nosso colega, porque as vezes, eu vou falar um negócio, com a Marli ou Andresa, aí ela começa chorar porque do jeito que eu falo, ela acha que estou agredindo ela, mas as vezes eu falo porque eu estou ajudando ela , então o jeito que as vezes eu to falando com ela não to sabendo falar, então eu tenho que melhorar, o meu jeito de falar...e ai agente foi mostrando, hoje agente tem a coordenação, hoje o

conselho ele tá deliberado por esse grupo, por esse coletivo, pra tá no primeiro momento, as decisões, ele pode tá tomando decisão e quando ele acha que ele não tem a autonomia suficiente para tomar as decisões, aí ele reúne todo mundo. Esse coletivo deliberou que esse conselho pode tomar as decisões, porque muita das vezes não precisa tá parando pra tá encaminhando as coisas.

As relações interpessoais foram apreendidas por meio daquelas que possuíam maior condição de conduzir os problemas entre as (os) cooperadas (os). Além disso, uma das cooperadas apontou as assessorias e capacitações realizadas por técnicos da área de psicologia e assistência social, como sendo relevante para que as (os) cooperadas (os) melhorassem a relação profissional. O fato das atividades diárias a princípio serem distribuídas por cooperadas que dispunha de conhecimento geral acerca da atividade diária proposta e posteriormente ter sido eleita coordenação pra isso, contribuiu para a melhoria da relação, pois, agora todas (os) precisam respeitá-las mediante à condição de direcionamento que lhe foi legitimada por um conselho e uma assembléia, onde a participação é coletiva. Atualmente as atividades diárias são coordenadas pelas coordenadoras operacionais.

A observação no campo da pesquisa, possibilitou perceber que a existência de conflitos se dá também pelo fato de que o processo cultural ao qual todas (os) estão acostumadas (os) tem em sua estrutura a competição como princípio. Aprenderam a competir com tudo e todos. A garantia da sobrevivência em meio ao desemprego, a escassez de alimentos, moradia e recursos financeiros faz com que aflore entre homens e mulheres o instinto de sobrevivência e desta forma, vencerá sempre o mais forte. Reaprender a conviver e enxergar no outro a possibilidade de se fortalecer nunca fez parte da cultura capitalista de ser. No entanto, dentro da proposta de trabalho que assumiram foi preciso vencer tais dificuldades e iniciar o processo de desaprender para aprender estabelecer relações sem competição. Sentir o outro como aliado, tem sido aprendido no coletivo. Esta aproximação do outro enquanto elemento fortalecedor das relações de trabalho foi absorvido como forma de sobrevivência. Porém, esse aprendizado tem sido construído pela equipe, motivo pelo qual as cooperadas percebem a necessidade de trabalharem juntas (os) diariamente, motivando assim a busca de alternativas para que todas (os) concretização deste objetivo coletivo.

O aprendizado tem sido constante, as cooperadas sabem que para se manterem no mercado e provocarem uma mudança estrutural na forma de organização do trabalho e produção de renda é preciso que a cooperação e solidariedade façam parte de suas relações. A solidariedade aqui descrita é traduzida por Singer (2008) como sendo responsabilidade mútua. Já cooperar é operar, trabalhar juntas. O trabalho de campo possibilitou observar a atuação das cooperadas e cooperados dentro da cooperativa, desenvolvendo ali seu trabalho “braçal” e também fora dela, atuando enquanto multiplicador (formador, capacitando outros cooperados, inclusive de cooperativas por todo o Estado), orientador, figura política de mobilização social. Ficou nítida a compreensão de que a cooperação é uma característica humana que está sendo aprendida novamente e que ela está fundamentada na equidade para cada indivíduo. As (os) cooperadas (os) sabem que para trabalhar verdadeiramente unidas (os) é necessário reconhecer a singularidade dos demais colegas e uma apreciação daquilo que têm para contribuir com o outro, que o esforço terá que ser coletivo. Isso tem contribuído para que todas (os) evoluam nas relações sociais do trabalho e também enquanto seres individuais e coletivos.

Diante desse cenário e ao conversar com as (os) trabalhadoras (es), percebe-se que elas (es) atribuem significados à cooperativa e aos cooperados como sendo a primeira sua casa e o segundo sua família. Não há limites estabelecidos entre esses dois espaços, uma vez que o sentimento de pertencimento à cooperativa se dá pela forma como foram acolhidas (os) e também pelo fato de não submissão a outrem. O profissional e o familiar se confundem, talvez isso tenha contribuído por um lado para a permanência das cooperadas, por outro lado, tem tornado a gestão do empreendimento econômico solidário mais difícil.

Os laços familiares fazem com que estejam juntos “na alegria e na tristeza”, porém, torna tudo muito pessoal. O chamar a atenção, discutir, respeitar regras, isso tudo fica mais complicado, pois, os sentimentos atribuídos às situações que são estritamente profissionais, faz com que muitas vezes as (os) trabalhadoras (es) se desentendam.

Diante do que foi apresentado é possível perceber que este coletivo é composto por sujeitos que são vistos pelas cooperadas como agentes. Por

meio do depoimento da Sra. Neli, cooperada fundadora da Coopersoli, foi possível identificar os agentes envolvidos no processo da “reciclagem” do lixo, transformado em mercadoria.

O primeiro agente a ter destaque são as catadoras, embora atualmente dentro da cooperativa não exista mais esta função, todas (os) trabalham no galpão, existindo também os coletores<sup>19</sup> que fazem o apanho nos condomínios e nas empresas doadoras.

Aqui não denominaremos como catadoras, pois, esta denominação se dá ao sujeito popularmente chamado como andarilho, rampeiro, lixeiro e carroceiro, cuja denominação segundo Legaspe (1996) recebe variações de acordo com a região onde moram. Dentro da configuração produtiva do trabalho ele estaria na base desta atividade. Muitas vezes confundido com o morador de rua, o catador regular de material reciclável, utiliza os recicláveis retirados da massa do lixo a sua principal fonte de sobrevivência. Comumente podem tanto trabalhar nos lixões, quanto nas ruas, retirando os recicláveis diretamente dos sacos plásticos disponibilizados por moradores, prestadores de serviços e comerciantes para a coleta da prefeitura.

O trabalho realizado por essas trabalhadoras anteriormente a constituição da cooperativa, foi superado. Enquanto parte do processo produtivo, em meio aos catadores regulares havia uma hierarquia entre esses sujeitos. Segundo Magera (2002) , existem os carroceiros, que dentro dessa configuração produtiva do trabalho compra de outros catadores parte dos materiais recicláveis e estocam em um volume maior, vendem para os intermediários e atravessadores por um preço maior do que pagaram para aqueles que estão na base produtiva do trabalho.

De acordo com a pesquisa realizada por Magera (2004), a maioria dos catadores no Brasil são analfabetos, pobres, moradores de rua. Mas nem sempre foi assim, comumente foram trabalhadores de empresas capitalistas e ficaram desempregados, em sua grande maioria perderam o vínculo familiar. Sua condição não permitiu que rompessem com seu *status quo*.

---

<sup>19</sup> Os coletores se diferenciam da condição de catadores principalmente pelo meio de produção utilizado. Os coletores, dentro da cooperativa são chamados de operacional, vão de caminhão até as empresas e condomínio e fazem o chamado “apanho”. Recolhem todo o material reciclável e levam para a cooperativa.

A superação deste processo pode ser identificada, tendo em vista que 99% das cooperadas foram catadoras, e que elas atualmente trabalham na inclusão de catadores, abolindo esta função dentro da cooperativa. A cooperadas hoje relatam que além da precarização a que estiveram expostas, pois, ficavam nas ruas, eram menosprezadas pela população, discriminadas pelos moradores por acharem que seu trabalho não era digno, algumas sofreram violência até mesmo física, o pagamento recebido era muito menor do que o necessário para sua subsistência. Ao repassar o material reciclável ao atravessador este nem era visto como mercadoria e sim como lixo. Desta forma, toda a força de trabalho utilizada na sua produção era ignorada. O valor de troca era ínfimo diante da atividade desempenhada. Isso não surpreende dentro do sistema vigente, pois, “a vontade do capitalista é certamente de ficar com o mais possível.” (MARX 1985. p. 11)

Contrariando o que foi dito por Magera (2004), as cooperadas da Copersoli, fizeram parte desse grupo possuindo as características a ele atribuídas. No entanto, romperam com a condição degradante a que estiveram expostas por muito tempo. Em sua grande maioria, foram miseráveis, são analfabetas e semianalfabetas, porém possuem acúmulo de experiência suficiente que lhes propiciam tomadas de decisões fundamentadas na sua compreensão de mundo e avaliação de suas necessidades. Elas são capazes de gerar trabalho, renda e novas condições de vida material. Enfrentam a exclusão social e reinventam formas de tornar o trabalho mais rentável para o coletivo e aperfeiçoam a organização das forças produtivas, a partir das relações sociais estabelecidas e conhecimentos adquiridos.

Na organização existe os coletores e separadores operacionais. Grupo de trabalho composto por homens e mulheres. Eles são responsáveis pelo “apanho” e também pela separação grossa do material reciclável. Retiram dos sacos plásticos recebidos, tudo o que poderá ser reciclável e desprezam o lixo. Enchem as *bags* e levam para a parte coberta do galpão.

Outro agente que aparece na organização do processo de trabalho da cooperativa é a triadora. Ela é uma especialista na triagem fina do material reciclável. Reconhecem o tipo particular de cada reciclável. Trabalham nas mesas de triagem dentro do galpão da cooperativa. Essas trabalhadoras fazem parte do operacional da cooperativa.

A coordenadora de equipe é também uma agente dentro do processo produtivo. Na Coopersoli existem duas coordenadoras de equipe. Também denominadas como coordenadoras operacionais, são responsáveis por traçar e fazer cumprir um planejamento de trabalho, que resultará em êxito na atividade diária das cooperadas (os). Não existe pré-requisito para ocupar o cargo e sua investidura se dá também por meio de eleição em assembleia.

Relevante enfatizar que todos os cargos (diretoria ou coordenação) não desobriga as (os) trabalhadoras (es) de cumprirem com todas as atribuições dentro da cooperativa e não gera privilégios. Vejamos por exemplo a presidente, ela desempenha na prática, o papel de articulação com instituições governamentais, não governamentais, empresas privadas e rede para melhoria do escoamento da produção, aquisição de recursos necessários para ampliação dos negócios, capacitação dos cooperados, representa a cooperativa em reuniões e eventos diversos, realiza revisão das contas e controla juntamente com a diretora financeira a venda, recebimento e organização da divisão do resultado do trabalho. Esta divisão é realizada por meio de retirada mensal, seguindo critérios definidos em assembleia.

Além das atividades citadas, a mesma, se necessário for fará atividades gerais na área de operacionalização e principalmente capacitação de novas (os) cooperadas (os). A preocupação da presidente inclusive tem sido em preparar mais pessoas dentro da cooperativa para promover a articulação institucional e desenvolver as atividades que atualmente ela tem sido responsável.

As coordenadoras (da parte operacional) e diretora financeira, também não ficam distante dessa realidade. Ao mesmo tempo em que direcionam as atividades, trabalham juntamente com as (os) outras (os) cooperadas (os) na separação, triagem e pesagem do material, controle do estoque nos silos, ajudam na prensa e controlam as chegadas dos caminhões. Elas também participam de reuniões de articulação e mobilizam trabalhadores para a participação e atuação política.

O que foi percebido durante o trabalho de campo realizado, foi a utilização de mão-de-obra masculina em atividades que exigem maior esforço físico. Os cooperados atuam rotineiramente no “apanho” e na compactação realizada na prensa. Apanho é o processo de coleta de lixo, realizado pelos

cooperados em condomínios e empresas que fazem a doação do material para a cooperativa. Nessa etapa da atividade os cooperados vão por meio de um caminhão baú, até o local da coleta e carregam os sacos de lixo, colocando-os no caminhão. Após a realização da rota (estabelecida pela coordenadora operacional e pelo motorista) eles descarregam o caminhão, colocando os materiais coletados no galpão da cooperativa, no local chamado “rampa”, onde iniciará o processo de separação e enchimento das *bag's*.

Nas rampas os cooperados atuam na separação do material, pois, quando se trata principalmente de vidros, o peso das *bag's* é bem maior em comparação aos outros materiais. Os homens, portanto, ficam responsáveis por juntar e armazenar os vidros em locais adequados.

Além das “rampas” e do “apanho”, os trabalhadores atuam na “prensa”. A prensa é a etapa em que todo o material reutilizável, após a triagem, são juntados e colocados em uma máquina “prensa” e os cooperados farão o enfardamento desse material. É a etapa em que exige muita força física, onde os homens despejam o material constante na *bag*, que comporta em média cinquenta quilos e existe uma alavanca na prensa, que ao ser manuseada fará descer uma barra de ferro que compactará o material e em seguida este será amarrado em forma de fardo.

Durante as observações do trabalho de campo, foi possível ver algumas mulheres realizando esses trabalhos, no entanto, quando o fizeram não tinha homens suficiente para executá-lo. Há que se dizer que a cooperativa possui apenas 05 (cinco) homens no universo de 42 (quarentas e dois) membros, sendo, portanto, predominantemente composta pela figura feminina.

Um fato visível é que não existem homens compondo os quadros de diretoria, controle de material e estoque, representação com fornecedores, articulação, etc. Suas atividades são predominantemente braçais. Da mesma forma que também não foi observado uma das cooperadas dirigindo os caminhões (o período de desenvolvimento da pesquisa não foi suficiente para perceber os motivos pelos quais não exista homens na diretoria ou até mesmo nas negociações).

Todo o processo de trabalho é vivenciado pelas (os) trabalhadoras (os) com a certeza de que seus esforços contribuem para mudança da sociedade e também para transformar a sua condição social, política e econômica. As

entrevistadas se mostraram satisfeitas com a profissão e buscam enfatizar que seu trabalho é muito importante, pois, são agentes ambientais e têm papel fundamental na preservação do meio ambiente. Além disso, se reconhecem como empreendedores do “seu próprio negócio”. Nesta pesquisa de campo, não foi percebido nenhum privilégio ou diferenciação seja na distribuição dos resultados de trabalho, seja na “facilitação” das atividades diárias para as pessoas que ocupam um cargo executivo ou operacional dentro da cooperativa.

Esse sistema de produção e organização do trabalho provoca nesses sujeitos a ideia de que eles conduzem o seu destino profissional, financeiro e pessoal. Ao banir a figura do patrão e do empregado de suas vidas, a economia solidária, que apresenta aqui como cooperativismo, fundamenta suas ações no princípio da cooperação e da solidariedade, entendendo esta última como sendo “responsabilidade mútua”.

Nesse sentido é possível vislumbrar que “na produção da vida” mulheres e homens produzem as suas representações. E que elas (as representações) estão atreladas à forma de organização da produção, à distribuição dos resultados de trabalho e a posse dos meios de produção. Diante do exposto conclui-se que “não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência”(MARX; ENGELS, p. 25) de todas as pessoas que se inseriram na cooperativa.

[...] eu faço o que eu gosto, gosto de trabalhar nisso aqui, moro perto da minha casa e como se diz eu também sou patrão aqui né, aqui não tem dono , todo mundo é dono do empreendimento , eu tô gostando daqui. (Joanice, cooperada Coopersoli)

A vida de cada cooperada, a marginalização e precariedade extrema a qual estiveram inseridas no sistema capitalista, fez com que de dentro deste mesmo sistema, o nascimento de pessoas capazes de vislumbrar uma sociedade a partir da equidade no que tange o acesso aos bens materiais, a evolução de processos de trabalho, a conscientização política, a melhoria da qualidade de vida bem como a saúde, lazer e educação e a mobilização social.

Fato marcante nesta forma de organização e geração de renda é a inexistência de acumulação, a produção da mais valia e rompe com a prática

capitalista da divisão entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores.

[...] na produção social de sua existência os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento de forças produtivas materiais. [...] O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. (MARX, Karl. Prefácio. P. 28)

Em meio à transformação do lixo em materiais recicláveis e conseqüentemente em mercadoria, as (os) cooperadas (os) buscam mudar vidas, a do coletivo que compõe a cooperativa e também da população que usufrui dos espaços limpos e da possibilidade de continuar consumindo produtos que requer a extração de recursos não renováveis da natureza, minimizando o impacto no meio ambiente e gerando resultados econômicos. Segundo a revista INFO Exame, da editora Abril “o Brasil recicla 13% dos resíduos urbanos”. Dados estatísticos divulgados nesta mesma reportagem demonstram que a reciclagem é uma atividade rentável. Na União Européia a reciclagem do lixo gera 1% do PIB – Produto Interno Bruto, sendo reciclado anualmente 35% do lixo produzido. Os europeus estabeleceram uma meta de 50% de reciclagem do lixo até 2020.

A reciclagem tem sido matérias de emissoras de televisão e rádio no Brasil. Das reportagens realizadas no ano de 2010 podemos destacar a série jornalística produzida e divulgada pela Record “Os homens e o lixo”, exibida em setembro de 2010. A matéria jornalística relatou que cada brasileiro em 2010, produzia anualmente cerca de 300 quilos de lixo, sendo 90% produzido pelos 20% da população mais rica. “O rico produz, e o pobre trabalha com ele” (BAIRD, 2010), relata a realidade de muitos que sobrevivem das sobras dos poucos que têm condição de consumir e fazer girar a roda do capital.

Em pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública de Resíduos Especiais (Abrelpe), divulgada em 25/02/2013, o Brasil produz atualmente, por dia, 177. 995 toneladas de lixo, o que significa 1,097 Kg por habitante/dia. Diante do problema o Governo Federal criou a

Política Nacional de Resíduos Sólidos, em que a extinção dos lixões no país é uma das metas prioritárias para se cumprir até o ano de 2014.

A população da cidade de Belo Horizonte-MG, onde está localizada a Coopersoli, produz por habitante/dia aproximadamente 1,25 Kg de lixo. Segundo a Abrelpe, a coleta seletiva é realizada em apenas alguns bairros da capital mineira. O que poderá ser conferido também no site oficial da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Segundo a prefeitura, a coleta seletiva é realizada porta-a-porta em apenas 30 bairros da capital, atingindo uma população de 354 mil habitantes, no universo de 2.475 milhões de habitantes. Dos bairros que recebem a coleta seletiva estão:

Anchieta Anchieta (terça e sexta-feira, conforme mapa), Barreiro (só parte do bairro - quinta-feira), Barroca (só parte do bairro - sábado), Belvedere - (quinta-feira), Buritis (quarta e sexta-feira), Carmo (terça e sexta-feira), Cidade Jardim (quarta-feira), Cidade Nova (terça-feira), Comiteco (quinta e sexta-feira), Coração de Jesus (quarta-feira), Cruzeiro (terça e sexta-feira), Estoril (só parte do bairro - quarta-feira), Grajaú (só parte do bairro - sábado), Gutierrez (sábado), Lourdes (só parte do bairro - sexta-feira), Luxemburgo (quarta-feira), Mangabeiras (sexta-feira), Olhos D'água (só parte do bairro - quarta-feira), Região da Boa Viagem (quinta-feira). Santa Lúcia (quarta e sábado, conforme mapa), Santo Antônio (quarta e sexta-feira), São José (quarta-feira), São Lucas (só parte do bairro - terça-feira), São Luiz (só parte do bairro - quinta-feira), São Bento (sábado), São Pedro (sexta-feira), Savassi (quinta e sexta-feira), Serra (terça-feira), Sion (quinta-feira), Vila Paris (quarta-feira). (Coleta seletiva. Prefeitura de Belo Horizonte. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app> . Acesso em 23 março de 2013).

Esse número de pessoas que possuem coleta seletiva representa apenas 14% da população. Outras medidas paliativas são implementadas pelos gestores municipais por meio da Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte-SLU, fixando ponto de entrega voluntária. O objetivo é diminuir a quantidade de recicláveis que vão parar nos lixões. Nesses pontos são instalados contêineres preparados para receber os recicláveis. Parte deste lixo é enviado para as cooperativas da área de reciclagem, dentre elas a Coopersoli.

É dentro da cooperativa desenvolvendo seu trabalho que as (os) cooperadas (os) se sentem reconhecidas (os). É a partir dele que acreditam

demonstrar sua capacidade em fazer algo importante, que potencializa a reconstrução de suas vidas enquanto sujeitos. Vidas estas que por vezes foram ceifadas pela falta de oportunidades dentro do sistema capitalista vigente, que desagrega, usurpa tempo, juventude, sonhos, dignidade e ignora direitos fundamentais.<sup>20</sup> Diante disso, com o trabalho desenvolvido não se busca apenas a geração de renda, mas também a conversão da produção em aspirações de crescimento e construção de uma identidade própria. O impacto psicossocial é visto a “olhos nus” em meio a esse grupo que por anos foi oprimido, desacreditado, marginalizado. Isso poderá ser visto no trecho da entrevista abaixo:

[...] olha eu procurava emprego por todos os lados, eu tenho 57 anos, e todo lugar que eu ia falavam pra mim, seu currículo é muito bom mas a sua idade está avançada, é um absurdo né, porque as pessoas de mais idade precisam trabalhar, porque tem que sobreviver, então foi aqui que eu consegui apoio, consegui me sentir mais gente, porque eu estava me sentindo pra baixo, humilhada sabe, e aqui eu consegui me reviver, a minha auto estima subiu cem por cento. (Cleonice, cooperada Coopersoli)

O resultado do seu trabalho não está na retirada mensal apenas e sim na construção de sua história. É por meio do trabalho que as cooperadas (os) produzem também sua imagem positiva na sociedade, inclusive em meio seus familiares. Elas (es) deixaram de ocupar o lugar de vítima do sistema capitalista, assumindo um outro modo de ver e viver as relações de produção e reprodução da vida baseada nos princípios da economia popular solidária.

Falando em processo de trabalho não poderíamos esquecer-nos de falar da distribuição do resultado do trabalho. Segundo uma das cooperadas entrevistadas, na cooperativa não há acumulação. Todo o recurso mensalmente recebido, após ser retirada as despesas operacionais ( os valores para constituição dos fundos, inclusive o fundo de férias e décimo terceiro, o valor da manutenção da cooperativa) é distribuído entre as (os) cooperadas (os).

---

<sup>20</sup>Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

A forma como encontraram para fazer a distribuição é o rateio. Porém, dentro desse rateio seguem-se critérios como diz a entrevistada:

Nós fazemos um rateio, né nós dividimos só que assim nós primeiro agente tira vinte por cento...pra gente manter a nossa estrutura, tira descontado na minha retirada e o INSS que agente hoje paga, né tira um tanto que agente chama de poupança que no fim do ano é considerado décimo terceiro, e agente tem um organização também entre nós que agente pode tirar as férias, né e agente faz o rateio, porém agente tem critérios pra esse rateio, que a agente chama de primeiro, segunda e terceira porque agente sabe que cada um de nós dá conta, tem uns que dá conta duma produção boa, tem um que dá mais ou menos ou tem um que não consegue alcançar, mas é tudo, tem uns que já conseguiu alcançar que tava na primeira, já teve uns que tava na terceira e conseguiu alcançar a segunda, se agente coloca todo mundo num patamar, agente sabe que aqueles outros não consegue, então agente tem essa diretriz, mas porém é rateio, é dividido com todo mundo, porém tem critérios dentro desse rateio entendeu. (Silvana, cooperada Coopersoli)

A distribuição do resultado do trabalho mensal, o que é denominado como sendo as retiradas é feita considerando o que se produziu durante os trinta dias de trabalho. Na entrevista não foi citado casos práticos, mas, durante o trabalho de campo, foi percebido que o principal critério para o rateio é a quantidade de mercadoria produzida pelas equipes. O que fundamenta esta relação produção e retirada é o fato de que muitas (os) trabalhadoras (es) não produzem a mesma quantidade que as outras pelo fato de não querer trabalhar com a mesma intensidade e dedicação. Temos como exemplo uma cooperada que faz pausa para fumar a cada 20 minutos. Logicamente a sua produção será inferior a produção da cooperada que faz pausa nos horários de refeições e para ir ao banheiro.

Ao verificar tal situação foi questionada à coordenadora operacional porque se mantém a esta cooperada na cooperativa. A resposta foi:

“acreditamo que mesmo fazendo pouco ela contribui para o nosso crescimento, ela dá tudo que pode né, e isso é o que basta. Tamo aprendeno aceitar o meu colega. Isso num é fácil mais é preciso. Num vamo excluir ninguém, né, aqui tem lugar pra ela também.”

Portanto, a alternativa encontrada a princípio parece reproduzir uma das práticas capitalistas. O que dirá que esta prática se difere do capitalismo é o seu fundamento, a sua intenção. Por não achar justo deixar de incluir alguém

que por motivos diversos não consegue produzir da mesma forma, a opção é estabelecer um valor médio de retirada mensal acrescido de bônus para as equipes que conseguem produzir em maior quantidade. As cooperadas têm casos práticos de pessoas que de um mês a outro conseguiram sair da retirada mínima e passar para retirada máxima, por entender que isso dependerá da sua postura dentro do local de trabalho.

No entanto, as cooperadas sabem que o rateio baseado na produção, ainda não é a melhor forma de distribuição dos resultados de trabalho. Em uma das capacitações técnicas observadas surgiu a discussão entre as (os) cooperadas (os) com relação às retiradas. Nesta discussão uma das trabalhadoras enfatizou que será necessário superar este processo, pois, as vezes a pessoa não produz o que pensam ser o bastante para garantir o bônus por motivo de condição física, por exemplo: estão mais velhas e portanto, não têm a mesma habilidade que as demais. Deste modo, optar por este critério para regular as retiradas seria injusto. O fato de a habilidade influenciar diretamente no valor da mercadoria e nesse caso influencia na retirada mensal, foi percebida por Marx (1985):

Ao dizer que o valor de uma mercadoria é determinada pela quantidade de trabalho aplicado ou cristalizado nela, significamos a quantidade de trabalho necessário para a sua produção num dado estado da sociedade, em certas condições sociais e habilidade média do trabalho empregue. (MARX. Karl, Salário, preço e lucro. São Paulo: Moderna. 1985. p. 41)

Como a retirada mensal está atrelada à quantidade de mercadoria produzida e comercializada, o fato de incluir pessoas com menos habilidade que as outras, faz com que a equipe inclusiva produza numericamente menos que a outra e conseqüentemente terá uma retirada menor.

Outro problema exposto pelas (os) cooperadas (os) com relação ao critério da retirada baseado na produção, é a fragmentação da equipe, pois, promove a competição que tanto lutam para extinguir em suas relações. A produção muitas vezes motiva que os membros de uma equipe burlem o procedimento padrão para a produção das mercadorias durante o processo de trabalho. Para garantir uma produção maior fazem uma pré-seleção do lixo nas rampas e prejudicam a produção no geral, pois, além de tornar mais lento o

processo produtivo, ao selecionar os melhores materiais já na rampa, garantem uma maior produção do que a equipe que virá no dia seguinte. Em um desabafo durante um conflito entre cooperadas, ocasionado em uma das reuniões formativas, foi dito que “a produção é o nosso inferno e por isso temos que colocar a cabeça pra funcionar pra nos livrar dela”. Segundo Grimberg (1998, p.10) “Mudanças que parecem igualmente difíceis de serem operadas não estão no campo técnico, mas sim na transformação de valores. O maior desafio é o cultural”. Deste modo, percebe-se que utilizam este critério para distribuição do resultado do trabalho por desconhecerem outro. No entanto, o desafio posto é encontrar uma forma que torne equitativa esta distribuição, dentro dos princípios da colaboração e responsabilidade mútua.

Além de está vinculada à produção de mercadoria, a retirada mensal está intrinsecamente ligada à comercialização desta, o que torna importante analisar como acontece a venda das mercadorias pela Coopersoli.

Os materiais comercializados são alumínio, plástico, PET<sup>21</sup>, papel (puro, misto), papelão, cobre e ferro. O vidro é o material menos comercializado. A venda desses materiais está muito mais associada ao valor de mercado e ao crescimento de indústrias que trabalham com matéria-prima reciclada. Para atendimento às empresas é preciso ter condição de cumprirem três critérios: escala de produção e estocagem, regularidade no fornecimento dos recicláveis e qualidade dos materiais.

São condicionantes na variação dos preços dos materiais recicláveis: à distância entre a cidade geradora de material reciclável e a indústria. A qualidade do produto considerando inclusive o grau de impureza contida nos materiais, a sazonalidade dos produtos frente ao consumo e doação do lixo pela população e empresas parceiras, a capacidade de fornecer grande quantidade.

---

<sup>21</sup>Politereftalato de etileno, ou PET, é um polímero termoplástico, desenvolvido por dois químicos britânicos Whinfield e Dickson em 1941, formado pela reação entre o ácido tereftálico e o etileno glicol, originando um polímero, termoplástico. Utiliza-se principalmente na forma de fibras para tecelagem e de embalagens para bebidas. Possui propriedades termoplásticas, isto é, pode ser reprocessado diversas vezes pelo mesmo ou por outro processo de transformação. Quando aquecidos a temperaturas adequadas, esses plásticos amolecem, fundem e podem ser novamente moldados. As garrafas produzidas com este polímero só começaram a ser fabricadas na década de 70, após cuidadosa revisão dos aspectos de segurança e meio ambiente. Disponível: <http://reciclabrasil.net/pet.html>Acesso: 27 de abril de 2013.

Com objetivo de estabelecer uma negociação direta com as empresascompradoras (empresas que fazem a reciclagem), eliminando os atravessadores, a Coopersoli articula juntamente com outras doze cooperativas localizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, preços, negociações, meios de produção e capacitação para melhoria da qualidade da produção, por meio da REDESOL – Rede Solidária. Isso tem fortalecido as cooperativas que fazem parte da rede e impactado na melhoria de renda e dos meios de produção das trabalhadoras (es).

Os gargalos que ainda influenciam na comercialização dos produtos são: 1) o descaso com a coleta seletiva pela população, que desprezam os materiais recicláveis, misturados ao lixo, o que ocasiona menor produção de materiais recicláveis com valor de venda. 2) estrutura do galpão não contribui para que o processo de triagem seja melhor desenvolvido, por ter grande parte aberta os materiais ficam expostos às condições climáticas, que interferem no aproveitamento dos materiais recicláveis recebidos; 3) o valor de troca da produção não é determinada pela cooperativa, ela é regulada pelas flutuações do mercado.

Após reflexão acerca do processo de trabalho realizado pelas (os) cooperadas (os), foi possível perceber o quanto elas (es) acreditam que é possível realizar a mudança social, política e econômica a partir do trabalho. Recuar significaria sustentar a visão que a sociedade capitalista possui sobre elas (es) “ massa nivelada de miseráveis domesticados sem salvação” (MARX,1985, p.77). Além disso, é sabido que tanto os cooperados quanto as entidades representativas das quais fazem parte, não podem em tempo algum dedicar-se apenas a produção de sua subsistência dentro do sistema hegemônico. É fato que precisam sobreviver, porém suas lutas são por causas mais amplas, sempre sedimentadas na visão de que não basta criar estratégias para burlar ou resistir ao capitalismo. Não podem em hipótese alguma, limitar a sua luta apenas contra os efeitos do sistema econômico vigente é preciso transformá-lo. Suas ações têm sido a alavanca para ações maiores, com foco na emancipação das (os) trabalhadoras (es).

## 2.3 COOPERATIVISMO: SUPERAÇÃO OU ADAPTAÇÃO AO CAPITALISMO

O movimento cooperativista no Brasil tem retomado forças desde 1980. Desde então o cenário aponta para a existência de duas grandes categorias de cooperativa: as cooperativas de “fachada” e as cooperativas autênticas.

As cooperativas de fachada são as que utilizam as legislações trabalhistas e tributárias que regem as cooperativas para enganar os trabalhadores e as autoridades. Em geral, são constituídas pelas próprias empresas que antes empregavam os “cooperados” no regime celetista. Comumente as empresas capitalistas obrigam os trabalhadores a formar uma cooperativa, sob a ameaça de demissão. Estes trabalhadores formam a cooperativa, esta empresa a contrata e se exime de pagar todos os encargos trabalhistas e benefícios (vale transporte, plano de saúde, ticket alimentação) baixando seus custos operacionais. Os empregados, por sua vez, viraram cooperados têm sérios prejuízos, pois, perde o décimo terceiro salário, férias, aposentadoria, assistência médica, vale transporte e refeição.

Argumentando que o trabalhador será recompensado, a empresa capitalista oferece um acréscimo salarial ao “cooperado” e com isso cria nesse trabalhador a falsa ideia de que ele está no “lucro”. No entanto, esse “aumento” não custeia os benefícios que os trabalhadores perderam.

Nesse tipo de cooperativa, a “coopergato”, o objetivo é manter as regras ditadas pelo capitalismo. A gestão normalmente é realizada por diretores da empresa capitalista que propôs a constituição da cooperativa. Além disso, não há gestão participativa, os “cooperados” obedecem a ordens, não detêm o meio de produção e são reféns dos seus “ex e atuais” patrões. Até mesmo o estatuto da cooperativa é elaborado pela empresa capitalista.

Paralelo ao cenário apresentado existem as cooperativas que chamaremos aqui de autênticas. Sua existência está fundamentada nos princípios da economia popular solidária e no princípio da cooperação. São empreendimentos de trabalhadores que buscam produzir com formas democráticas de gestão, apresentando níveis diferenciados de praticar a autogestão. A organização do trabalho é realizada de forma autônoma, acabando com duas figuras predominantes nas relações de produção capitalista: patrões e empregados. A existência de um corpo jurídico diretor,

busca dinamizar a produção, negociações, consumo e comercialização. Além disso, conforme pode ser identificado na cooperativa pesquisada, em todo momento os cooperados e as cooperadas estão preocupados em criar formas cada vez mais democráticas e diretas de gestão.

Segundo Boaventura (2002) acerca das cooperativas:

Como prática econômica, o cooperativismo inspira-se nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade (Birchall, 1997: 65). Estes valores plasmam-se em um conjunto de sete princípios que tem guiado o funcionamento das cooperativas de todo o mundo desde que a sua versão inicial foi enunciada pelos primeiros cooperados contemporâneos, os pioneiros de Rochdale. Esses princípios são: o vínculo aberto e voluntário — as cooperativas estão sempre abertas a novos membros —; o controle democrático por parte dos membros — as decisões fundamentais são tomadas pelos cooperados de acordo com o princípio "um membro, um voto", ou seja, independentemente das contribuições de capital feitas por cada membro ou a sua função na cooperativa —; a participação econômica dos membros — tanto como proprietários solidários da cooperativa quanto como participantes eventuais nas decisões sobre a distribuição de proventos —; a autonomia e a independência em relação ao Estado e a outras organizações; o compromisso com a educação dos membros da cooperativa — para lhes facultar uma participação efetiva —; a cooperação entre cooperativas através de organizações locais, nacionais e mundiais; e a contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que esta localizada a cooperativa. (SANTOS, 2002, p.35).

Utilizaremos como exemplo a Coopersoli, cooperativa pesquisada neste trabalho. Na cooperativa todas as cooperadas e os cooperados buscam estratégias de discutir as questões da cooperativa em assembleias, elegeram um conselho para cuidar de questões práticas, realizam assembleias quinzenais e primam por uma gestão democrática direta, participativa. A eleição do conselho foi justamente para dinamizar os trabalhos realizados pela cooperativa, que segundo Boaventura (2002) tem sido um dos gargalos desse tipo de organização do trabalho frente às empresas capitalistas.

Por um lado, segundo esta opinião, correm o risco de fracassar porque a sua estrutura democrática as torna mais lentas na tomada de decisões do que as empresas capitalistas e porque o princípio "um membro, um voto" as impede de alcançar o móvel de capitalização e necessário para se expandir, porque os investidores — sejam eles membros ou pessoas externas a cooperativa — desejam ter uma intervenção nas decisões que seja proporcional a sua contribuição. (SANTOS, 2002, p. 36)

Na estrutura de gestão e no planejamento é garantido aos trabalhadores o poder de decisão, os meios de produção, e benefícios como:

- 1) Jornada alternada de trabalho (12 por 36 horas), sendo estudada a questão da jornada de trabalho de acordo com as necessidades das cooperadas. Segundo uma das cooperadas existiu um período em que ela não poderia trabalhar doze horas, pois, não tinha com quem deixar sua filha. Em assembléia foi deferido que ela trabalhasse no período de quatro horas.
- 2) Criaram um fundo de investimento e manutenção da cooperativa, um fundo de férias e um fundo de garantia do décimo terceiro salário.
- 3) São pagos mensalmente o INSS dos trabalhadores, o que impactará na aposentaria dos mesmos.
- 4) Captam recursos e parcerias para garantir a capacitação das cooperadas e dos cooperados e ainda, junto aos movimentos sociais inserem seus trabalhadores na educação formal, a saber, no EJA e educação técnica, como cursos de informática.

Durante o trabalho de campo, foi possível verificar os aspectos que diferenciam a Coopersoli das demais cooperativas e empresas capitalistas. Primeiramente o que essa diferenciação é permeada pela unicidade da cooperativa que é construído cotidianamente pela valorização dos saberes acumulados, das experiências de vida pessoal e profissional trazida por cada trabalhadora (or). Ao ler o texto de Larrosa (2005), *Notas sobre a experiência*, no período posterior ao trabalho de campo realizado, buscando compreender os dados obtidos com as entrevistas e com os depoimentos dos cooperados e o período de observação, a impressão que se tem é que a Coopersoli está localizada em tempo e espaço diferente, que os princípios adotados pela cooperativa, a saber, os princípios da Economia Popular Solidária, em alguns momentos possibilitam que esta outra forma de se fazer economia deixe de ser utópica e se transforma em realidade.

Com objetivo de trazer para a pesquisa o fato concreto, descreveremos abaixo o depoimento de uma das cooperadas, que ao citar sua trajetória na entrevista realizada no dia 03 de janeiro de 2013, revela como a experiência é fator primordial para a organicidade da cooperativa. Além disso, nos mostra como a dimensão humana é capaz de aprender e ensinar mudanças mesmo diante do atual cenário da modernidade.

Hoje eu sou uma das coordenadoras, mas eu iniciei na Coopersoli como triadora, iniciei catando na rua, fazendo todo o tipo de trabalho. No decorrer do tempo a Coopersoli descobriu que eu tinha é... potencial pra estar direcionando, né...os trabalhos, então aí eu fui escolhida pelas cooperadas como coordenadora.

(...)E a autogestão começa, pelo seguinte, é no coletivo mesmo. No começo agente tinha vários espaços, e agente perguntava, mas que gestão, como que é isso, né e foi nós mesmos que descobrimos essa receita, ninguém ensinou agente não, e foi no dia a dia mesmo, de trabalho, que agente aprendeu, foi um com o outro mesmo. A Neli no primeiro momento ela foi fez a capacitação na ASMARE,ela veio pra cá, no primeiro momento ela só ficava no galpão, né e ai agente começou, ela começou explicar pra gente, e fora os outros, né.. as outras pessoas que tinha facilidade, de entender. (Cooperada Silvana. Entrevista de nº10)

O depoimento da cooperada traz para a pesquisa outro conceito acerca da sua prática, a autogestão. Para elucidarmos um pouco mais, retomaremos o conceito de autogestão, pensado pela ANTEAG como sendo a gerencia do empreendimento realizada pelos trabalhadores, os quais deverão possuir um corpo diretivo e um conselho fiscal.

Verificamos na entrevista que as cooperadas e os cooperados, mesmo aquelas que não sabem conceituar o que venha seja autogestão, praticam cotidianamente. Ao ser questionada sobre a gestão da Coopersoli a cooperada Silvana relatou:

[...] É um trabalho muito difícil, porque você trabalhar no coletivo não é uma coisa muito fácil né..No primeiro momento agente sentia a gestão, todo mundo vai trabalhar numa cooperativa, então todos nós somos donos, porque antes de entrar aqui e foi chegando e todo nos íamos fazer parte desse galpão, agente teve que fazer uma capacitação pra tar entrando, pra entender o que que era uma cooperativa, o que era isso né..trabalhar no coletivo? Decidir no coletivo, como era isso,tinha que ter entender mesmo isso e lá agente entendeu que todo mundo era dono, então quando entramos aqui dentro um queria falar mais alto que o outro, porque nós achávamos que éramos o dono, porque se você é dono eu também sou dono, porque você vai falar mais alto que eu, porque você vai mandar em mim, entendeu? Então no primeiro momento era muita briga, né chegava a ponto de tirar a faca pro outro, era sério, os primeiros anos de trabalho da Coopersoli era sério. Né, agente tinha o problema de estranhar o outro né, essa questão pessoal mesmo, né agente não se dava então agente sentiu a necessidade de buscar ajuda, e ai agente tinha um problema também, as vezes agente ia para as capacitações, chegava lá e agente colocava o tumulto que era da gente no coletivo, nas capacitações aquilo virava uma confusão danada, começava a nossa briga , ao invés de estar avançando na capacitação, né. Com o tempo agente entendeu que o problema nosso, no coletivo era nosso, que nós tínhamos que separar isso, mas só que isso demorou um tempo pra gente entender isso, né eque lá fora agente tava lá pra aprender, pra melhorar esse grupo aqui, o que tava aqui era nós, e o

que era nosso e que nós que tinha que entender, um dia nós decidimos falar assim, porque precisávamos um interpessoal pra entender nosso colega, porque as vezes, eu vou falar um negócio com a Marli ou Andresa, aí ela começa chorar porque do jeito que eu falo, ela acha que estou agredindo ela, mas as vezes eu falo porque eu estou ajudando ela, então o jeito que as vezes eu to falando com ela não to sabendo falar, então eu tenho que melhorar, o meu jeito de falar... e ai agente foi mostrando, hoje agente tem a coordenação, hoje temos o conselho, ele tá deliberado por esse grupo, por esse coletivo, pra tá no primeiro momento, as decisões, ele pode ta tomando quando ele acha que ele não tem a autonomia suficiente para tomar as decisões, ele chama todo mundo, né mas esse coletivo deliberou que esse conselho pode tomar as decisões, porque muita das vezes não precisa ta parando pra ta encaminhando as coisas.

Quando o conselho mesmo acha necessário, pará todo mundo, porque hoje,nós entendemos que também agente não pode pará toda a produção né, porque tem que estar bem claro entre nós porque pará todo o processo, né, quando agente pára uma produção, e ai agente tem que tá consciente disso também, porque agente parando a produção é todo o processo que pára. Assim, é carro que não sai, é material que não tá sendo triado isso tudo agente tem que ter a concepção que de primeiro, para você ter ideia, agente fechava o galpão se fosse uma semana de capacitação,...nossa senhora....,agente ia pra essa capacitação, o galpão ficava aqui, caminhão entrava descarregava de qualquer jeito, e ai o material ficava aqui, agente não tinha essa percepção, e foi tudo agente aprendendo, hoje agente tem autonomia de falar assim, se o material chega, agente fala assim, não esse material não é viável pra gente, agente tem realmente autonomia sobre esse espaço né e no coletivo agente aprendeu que tem que respeitar outro, nas decisões, tem tumulto, não vou falar com cê que tudo é uma gracinha, porque não é não, entendeu, porque é o coletivo,e agente é muito diferente um do outro, é essa que é a questão né porque eu quero ser, eu não consigo é ...ver meu colega, né, eu quero ser diferenciado dele, né, isso e cria tumulto as vezes, né..mas na maioria das vezes agente consegue sentar e fazer uma assembleia, tem hora que tudo é muito tumultuado mas agente consegue, né, consegue ouvir o colega,consegue respeitar, as vezes eu tenho uma ideia que eu sei que vai ser bom pra todo mundo, mas minha ideia não passou, foi votada perdeu, todo mundo vai ter que ver, que aquela idéia, que a meu vê é um problema pra todo mundo foi que passou, aí e aí todo mundo vai ter que passar um processo pra ver, então há um respeito, e a gestão ela é modelada todos os dias, né todos os dias agente achava que o negócio não vai dar certo agente faz diferente, pra ta atendendo todo o mundo, ninguém e nada chega aqui e fala que tem que ser assim definitivo não, o bom da gestão é essa, que todo o dia agente pode mudar ela, ela é feita dum jeito, que costumamos dizer, é como um bolo gostoso que agente faz, cada dia você pode por um ingrediente melhor pra ele ficar mais gostoso e maior, então isso é mais ou menos assim.

[...] agente mesmo que gerencia o nosso negócio,né porque é uma cooperativa, mas se você for olhar, mas tem algumas coisas relacionadas a tipo uma empresa mesmo, então agente mesmo gerencia. Então agente mesmo decide as coisas, agente mesmo corre atrás, busca as coisas pra cooperativa,é..tipo assim.. não tem outra pessoa que vem aqui pra fazer o nosso trabalho é nos mesmo que fazemos, nós mesmos que pegamos e fazemos a nossas coisa, fazemos lançamento, fazemos o pagamento, fazemos tudo que tem

que fazer, eu acho que entendo assim, autogestão é agente mesmo, né, gerenciar o nosso negócio, o nosso trabalho. (Marli, 20 de janeiro de 2013)

Embora tenha em sua estrutura organizacional coordenadoras, a escolha das pessoas para assumir esta função se dá por meio de votação aberta e considerando a experiência que cada uma tem para dinamizar e orientar os demais cooperados. Além disso, sua função não determina o valor de sua retirada. A estrutura organizacional possui uma diretoria e um conselho fiscal eleitos em assembleia ordinária.

Segundo as entrevistadas (os) todas as decisões são votadas em assembleia e a administração da empresa no que se refere a assuntos rotineiros são delegados ao conselho fiscal, pelos motivos explicitados anteriormente, que quando se vê diante de algo que necessite da aprovação de todos, solicita uma assembleia extraordinária. Vale dizer que as assembleias ordinárias são realizadas quinzenalmente, com objetivo de explicitar e discutir junto aos cooperados toda a administração e gestão da cooperativa.

As cooperadas e cooperados se esforçam constantemente para tornar inexistente a competição entre si e também entre as cooperativas existentes. Durante as reuniões exercitam o saber ouvir e respeitar a opinião do colega.

Nestas reuniões também se articulam representações e demandas que quando necessárias são levadas para a REDESOL. Almejando o fortalecimento da cooperativa e primando pela prática da solidariedade, a cooperativa desenvolve ações em rede. As cooperadas e cooperados acreditam que “a primeira semente foi lançada” que ainda estão construindo um modo diferenciado de gestão e de pensar as relações de produção.

Acreditam em mudanças econômicas e sociais e dizem que todas as mudanças serão possíveis a partir do somatório de forças. Para tanto, precisam continuamente aprender a decidir e dialogar coletivamente. Mesmo enfrentando desafios e dificuldades, principalmente internamente, pois, o maior desafio é vencer a lógica da competição existente internamente dentro de cada pessoa. Esse movimento produz ações que estão ancoradas na forma reprodutiva das relações, com uma educação voltada para fortalecer processo

do qual experienciam no capitalismo. O que buscando vivenciar o princípio da cooperação.

Durante a observação das cooperadas em espaços políticos de formação é comum ouvir que elas não querem apenas mudar o sistema vigente e sim suplantá-lo. Enfatizam inclusive que não basta mudar apenas a rotina diária de cada um se não “puder plantar a sementinha da cooperação no meio em que vivem” e ocupar espaços que possibilitem a disseminação do conhecimento e o desejo de transformação socioeconômica.

Ao presenciar tais discussões nos faz refletir com relação à credibilidade de muitos estudiosos como Singer (2002) atribuem a esta forma de organização como alternativa ao desenvolvimento econômico, conforme dito pelo Boaventura (2004):

Face à comprovada inviabilidade e indesejabilidade das economias centralizadas, as cooperativas surgem como alternativas de produção factíveis e plausíveis, a partir de uma perspectiva progressista, porque estão organizadas de acordo com princípios e estruturas não capitalistas e, ao mesmo tempo, operam em uma economia de mercado. Em segundo lugar, as características das cooperativas de trabalhadores têm potencial para responder com eficiência às condições do mercado global contemporâneo, por duas razões. Por um lado, como demonstraram Bowles e Gintis (1998), as cooperativas de trabalhadores tendem a ser mais produtivas que as empresas capitalistas, porque os seus trabalhadores-proprietários têm maior incentivo econômico e moral para dedicar o seu tempo e esforço ao trabalho, e porque, uma vez que os trabalhadores beneficiam-se diretamente quando a cooperativa prospera, diminuem drasticamente os custos de supervisão, que, numa empresa capitalista, são altos porque a vigilância constante do desempenho dos empregados é necessária para assegurar a cooperação destes com a empresa. Por outro lado, as cooperativas de trabalhadores parecem ser especialmente adequadas para competir em um mercado fragmentado e volátil como aquele que caracteriza a economia global contemporânea. (BOAVENTURA, 2004, p. 68)

O que não foi enfatizado por Boaventura neste trecho selecionado de sua obra, porém visivelmente atribuído como característica peculiar da prática cooperativada autogestionária é o princípio da cooperação. Cooperar é operar, trabalhar juntos. O trabalho de campo possibilitou observar a atuação das cooperadas e cooperados dentro da cooperativa e também sua atuação política e social dentro da REDESOL. Ficou nítida a compreensão de que a cooperação é uma característica humana que precisa ser aprendida constantemente, estando fundamentada na equidade para cada indivíduo.

Todas as (os) trabalhadoras (es) da Coopersoli disseram que para trabalhar verdadeiramente unidos é necessário reconhecer a singularidade dos demais colegas e uma apreciação daquilo que têm para contribuir com o outro, que o esforço terá que ser coletivo.

Segundo Abdalla (2002), as experiências de organização cooperativas dentro dos princípios da economia popular solidária, portanto dentro dos princípios da cooperação anunciam

[..] é possível que esteja sendo gestada aí uma nova civilização, pois, cada vez mais a economia atual tem empurrado mais gente para esta forma de produção; os agentes de uma economia cooperativada garantem a sua existência através de uma prática de cooperação. Por isso o eixo fundamentador de uma possível nova racionalidade defendida aqui – que deve se tornar a manifestação para a nova essência humana – é o princípio da cooperação.(ABDALLA ,2002, p.100)

Este princípio tem sido demonstrado também na atuação em rede, como estratégia de fortalecimento das cooperativas de reciclagem e também de todos os empreendimentos econômicos solidários. Esta articulação contribui para que se tornem cada vez mais aptas para se manter dentro do mercado altamente segmentado e em transformação, tornando as capazes de se ajudarem mutuamente. O que se percebe é que esta rede tem contribuído para a permanência das doze cooperativas que dela fazem parte, como também tem despertado a todos os cooperados para as necessidades de transformação social e econômica, o que de acordo com suas discussões virá suplantando o sistema econômico vigente. A rede tem atuado de forma motivacional e propulsora para a participação ativa e inovadora dos trabalhadores no processo produtivo e nas relações de produção construídas dentro das cooperativas autogestionárias.

A inserção na REDESOL tem significado para a Coopersoli avanços econômicos e de ocupação de espaços políticos, educacionais e sociais.

[...] depois que ela tá fazendo parte da Redesol agente viu o quanto que melhorou nosso trabalho,né, no coletivo mesmo, porque antes ficava isolada, cada cooperativa no seu canto, né e as vezes, agente podia tá compartilhando várias coisas e não tinha esse vínculo, porque cada um tava no seu lugar, e depois que agente está em rede agente viu como que pode tá melhorando isso. (Entrevista de nº 10, cooperada Silvana)

No campo foi possível perceber como as articulações em rede contribuíram para o desenvolvimento da cooperativa. Por meio da Redesol a cooperativa adquiriu equipamentos, se capacitou e capacitou outras cooperativas menores. Participou ainda de outros movimentos sociais e de debates com políticos e gestores públicos, repensou sua atuação a partir da construção de planejamento para a rede.

Dentro do trabalho executado no espaço que chamamos de “chão da cooperativa” observa-se que todos os trabalhadores têm a oportunidade de aprender todas as etapas do trabalho. Todo o aprendizado é repassado de forma prática e diz respeito aos aprendizados necessários às atividades diárias. Por meio de reunião e discussões é trabalhado o pensar das cooperadas e dos cooperados. Como parte do processo formativo, cada um se encarrega de desenvolver a atividade que mais tem habilidade. Esse fato também foi visto ao presenciar como se dava a capacitação de uma cooperada que acabara de chegar no dia em que estivemos presente na cooperativa.

A cooperada (formadora) que realizou a capacitação da novata ensinou de forma prática, como é feita a triagem do material, explicando as características de cada um e as qualidades necessárias para o “enfardamento”. Todas as explicações aconteceram durante o desenvolvimento da sua atividade, utilizando o espaço do trabalho. A linguagem utilizada foi simples, aliada ao trabalho manual. A cooperada (formadora) ensinou a partir do conhecimento que a cooperada (novata) possuía. Diante das dificuldades apresentadas pela cooperada (novata), a cooperada (formadora) fazia as intervenções auxiliando de forma prática nos esclarecimentos de dúvidas. A formação foi realizada dentro de um período de aproximadamente quinze dias.

Assim, o princípio da cooperação deverá surgir a partir do reconhecimento de que trabalhando coletivamente pelo bem comum, beneficiam o coletivo, e conseqüentemente a todos que participam do processo. Ao ser questionada de qual foi o principal desafio no processo de constituição da cooperativa, a cooperada Silvana respondeu que foi o fato de que no início da cooperativa todos se achavam donos e por isso ninguém escutava o outro e também não reconheciam que o outro poderia contribuir para que todos ganhassem. Verificamos que o principal obstáculo era o desejo

de reproduzir o que aprenderam durante anos, desde que nasceram. Despir-se do orgulho e do sentimento de superioridade, aliados à competição, provavelmente foram os maiores desafios enfrentados dentro desta organização do trabalho.

No entanto, percebemos que desaprender os padrões de conduta, os hábitos ou às crenças do e no capital, *a priori* estabelecidos e incutidos, uma vez que se tornaram inerentes à constituição dos trabalhadores dentro do sistema vigente, requer vivência e capacidade de (re) pensar o cenário econômico e social atual. Portanto, a proposta desta cooperativa, que se estende aos movimentos sociais e na rede, aponta para a cooperação existente em variados níveis e por diversos motivos.

A princípio sua atuação estava intimamente ligada à geração de renda. Apresentando-se neste contexto fundamentada em interesses individuais que, por conseguinte transforma-se como coletivo. Vivenciar formas de organização de uma economia mais inclusiva, que propõe no cerne de sua existência a preservação da vida, tendo como princípio a cooperação é o que tem delineado o trabalho realizado pela Coopersoli.

Nesse sentido buscamos em Abdalla (2002) a compreensão do que seja as cooperativas frente ao entendimento de que elas são apenas fontes de geração de renda no sistema capitalista.

[...] as cooperativas autogestionárias não devem ser compreendidas apenas como alternativas de renda dentro da sociedade de mercado. Não se tratará de propor experiências para se resolver os problemas característicos da produção capitalista enquanto eles durarem. Até porque não é possível que as experiências tenham pleno sucesso em uma economia que privilegia as empresas privadas e a acumulação. (ABDALLA, 2002, p.119)

Esta afirmação reforça a possibilidade de praticar outra organização de economia e sociedade pensadas e experimentadas pelos socialistas que segundo a história foram denominados utópicos, dentre eles o Owen, Fourier e Proudhon.

Como a história não é linear, e o homem pertence ao seu tempo, torna-se relevante pensar que experiências como a da Coopersoli fazem parte de uma história permeada por lutas de classes, mudanças graduais, em que seus

atores buscam seu ideal de sociedade e sabem que no cenário atual, muito mais que quebrar máquinas<sup>22</sup>, todos precisam estar preparados para vencer a si mesmo, e ainda para ocupar espaços estratégicos e políticos e assim modificarem o seu presente e conseqüentemente o futuro.

Os relatórios do PNUD (2011)<sup>23</sup> há tempos nos mostram como as crises econômicas e ambientais têm crescido assustadoramente. Problemas como o desemprego estrutural, a degradação ambiental e a exclusão social, ameaçam populações no mundo inteiro de garantir seu sustento, sua sobrevivência.

As cooperativas, dentro dos princípios da economia popular solidária, tem sido uma experiência de sobrevivência por meio da prática da autogestão. Assim como a Coopersoli, milhões de trabalhadores, seja no campo ou na cidade, se organizam para a prática econômica solidária na forma de produção cooperativada<sup>24</sup> e autogestionária, buscando extinguir a relação de exploração entre empregador e empregados, retirando de sua estrutura as duas figuras predominantes no sistema capitalista: patrão e empregado. A proposta é que toda sua produção esteja a serviço da preservação da vida e a colaboração entre os “agentes ambientais” no caso da cooperativa de reciclagem, e nas demais áreas “agentes produtivos”.

Torna-se relevante apresentar aqui a discussão acerca da denominação “agentes ambientais” porque durante o trabalho de campo, essa terminologia foi usada e percebida pelos trabalhadores como sendo a criação de uma nomenclatura condizente com o serviço por eles prestados à sociedade. No entanto, Jonas de Oliveira Bertucci (2010) dirá que:

Para citar um exemplo, pode-se analisar a idealização do trabalho dos catadores de materiais recicláveis. É comum a afirmação de que os catadores deveriam ser considerados agentes ambientais pelo fato de prestarem um serviço à sociedade e por seu papel formativo neste processo. Contudo, é preciso lembrar que o trabalho de catador não

---

<sup>22</sup> Essa experiência de enfrentamento pelos trabalhadores no processo produtivo tem como referência o Ludismo. Essa experiência aconteceu na Inglaterra em 1811, pelos trabalhadores que eram contra a mecanização do trabalho. Para os operários as máquinas eram motivo pelo qual estavam em situação de exploração e de desemprego .

<sup>23</sup> Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil

<sup>24</sup> Termo utilizado por Abdalla (2004, p.101) para descrever as experiências fundamentadas no cooperativismo e nas práticas da autogestão. Segundo o autor, estas experiências renunciam a acumulação e a exploração da mais-valia, rompendo com a separação entre proprietários e trabalhadores.

se origina de um processo individual de conscientização, sendo um reflexo de uma sociedade extremamente desigual, que não oferece nenhuma outra perspectiva de vida digna para estes trabalhadores. A proposta de organização de catadores em cooperativas, embora louvável e mesmo produzindo resultados efetivos na redução da precariedade de seu trabalho e aumento de sua renda, constitui medida apenas de curto prazo ao valorizar uma profissão que, num quadro ideal, talvez nem mesmo devesse existir. Um projeto de tratamento de resíduos no longo prazo deve também ter como horizonte, por um lado, medidas de regulação dos processos de produção e consumo e, por outro, de realocação e readaptação do trabalho nestes setores, não medidas limitadas à sua manutenção precária. (BERTUCCI, 2010, p.53)

O trabalho de campo possibilitou corroborarmos com Jonas de Oliveira Bertucci com relação a inexistência da profissão, porém como a história não é linear e não nos permiti cogitar o “si” e nem “talvez”, o fato é que os catadores existem e têm prestado serviço à sociedade. Além disso, sua superação está em conseguir se organizar de forma coletiva, gerar renda, praticar a autogestão e ainda intervir diretamente nas políticas sociais e de trabalho pensadas para o reconhecimento de seu trabalho enquanto profissão.

Essas trabalhadoras e trabalhadores se reconhecem como pessoas ativas capazes de superar a vitimização que lhes são impostas. A precariedade do trabalho tem sido superada cotidianamente, o que faz com que ao serem questionadas se estão na cooperativa porque gostam e querem, todas as entrevistadas respondem que nesta atividade se encontraram e não querem fazer outra coisa.

Percebe-se que o trabalho na cooperativa restaurou a autoestima, incitou os ideais de lutas por uma sociedade melhor e como disse a Sra. Joalice:

[...] é muito difícil trabalhar numa empresa quando as pessoas, que .....trata agente como se não fosse nada, você não sabe de nada, eu que sei e aqui não quando você fala todo mundo te respeita...então aqui é como se sentisse gente, sabe...eu tenho muito que agradecer a Coopersoli, porque foi aqui que resgatei a minha vida, que eu tenho condições, hoje, sabe de dar um qualidade para minhas filha né e todo dia agradeço muito, eu sou uma pessoa que entro na cooperativa e assim, é uma vida pra mim, eu acho que esse jeito de trabalho é o jeito de reconhecer as pessoas de saber o valor de cada um, sabe, de respeito mesmo, e... eu queria dizer se sabe quando você sente que você faz alguma coisa que você é valorizado , não sei se consigo te explicar não, eu acho que foi só dentro dessa economia solidária que eu consegui sentir isso, ser reconhecido por cada um pelo seu jeitinho de trabalho, com seu valor, mas é um valor que eu

não sei explicar, mas é um valor... muito de cada um... eu não sei explicar.

Neste modelo de produção há a preocupação de não praticar a troca competitiva, que segundo Abdalla (2004, p. 52) é:

[...] uma troca interesseira e individualista, cujo fim não é a satisfação dos dois pólos envolvidos nela, mas a obtenção de vantagens para um dos lados. A troca competitiva deu um outro sentido às relações de troca, que possuíam anteriormente, a característica da complementação, tornando-as uma fonte de acumulação de riqueza.

Diante dos dados coletados, observamos que os cooperados e as cooperadas encontraram uma base para sedimentar a sua existência.

Durante a observação e as conversas informais com as trabalhadoras e trabalhadores foi possível verificar a preocupação do coletivo em gerar renda e mais do que isso, atuar na recuperação dos danos causados pelo consumismo em demasia, pela exploração humana e do meio ambiente.

As pesquisas de estudiosos e da OITS<sup>25</sup> nos revelam que no Brasil há muitas cooperativas capitalistas, no entanto, são diferentes das cooperativas que praticam a Economia Popular Solidária, principalmente por reproduzirem toda a lógica do mercado e da produção capitalista.

No que tange a discussão acerca da lógica capitalista é preciso retomar o que foi proposto no início deste capítulo, a saber, a discussão acerca da categoria trabalho como mercadoria. Segundo os estudos em Marx, a força de trabalho humano não gera valor. O valor está na nos fardos de materiais gerados pela força de trabalho. Relacionando os estudos realizados nesta bibliografia com a produção da cooperativa, foi possível identificar que o fato de se ter produção e critérios específicos para o rateio, critérios tais como: a quantidade de fardos produzidos por determinada equipe, interfere na quantidade de dinheiro percebida por uma equipe e não pela outra, fazendo com que percebamos a presença da lógica capitalista dentro da organicidade da cooperativa. “Via de regra” capitalista segundo Marx, é o trabalho a substância do valor, ou melhor, que o trabalho é o que gera o valor. Portanto, na troca de mercadorias, troca-se o trabalho existente nelas.

---

<sup>25</sup> Organização Internacional do Trabalho

“O produto de trabalho é em todas as situações sociais (ou seja, em todos os modos de produção) objeto de uso, porém uma época historicamente determinada (a época da sociedade burguesa moderna) de desenvolvimento – a qual apresenta o trabalho despendido na produção de um objeto de uso como sua propriedade ‘objetiva’, isto é, como seu valor – transforma o produto de trabalho em mercadoria” (MARX, 1988, p.63).

No entanto, o tempo gasto para que se formem fardos necessários para que a produção seja liberada para troca da mercadoria por outra mercadoria, nesse caso o dinheiro, é o mesmo diariamente. Os trabalhadores seguem seu ritmo de trabalho, perfazendo uma jornada de doze por trinta e seis horas, independente da quantidade que se tenha que produzir. A sua rotina comumente não é alterada em função da quantidade de fardos a ser produzidos. Não foi identificada durante a pesquisa a recorrência da alteração da escala de trabalho das equipes, em função da necessidade de aumento da produção. Porém, é fato que o trabalho foi transformado em mercadoria.

Deste modo, utilizaremos novamente o Boaventura para explicitar fatos fundamentais que denotam a superação da cooperativa estudada frente ao capitalismo:

(...) As cooperativas de trabalhadores ampliam a democracia participativa até o âmbito econômico e, com isso, estendem o princípio de cidadanias à gestão das empresas. Semelhante ampliação da democracia tem Efeitos emancipadores evidentes, por cumprir a promessa da eliminação da divisão que impera hoje entre a democracia política, de um lado, e o despotismo econômico (isto é, o império do proprietário sobre os trabalhadores no interior da empresa), do outro.(BOAVENTURA, 2005. p.3)

Cabe ressaltar que durante o acompanhamento da formação realizada pelo Ministério do Trabalho, por meio do projeto Cataforte<sup>26</sup>, percebe-se que a organização trazida pelo técnico visou muito mais fortalecer esta idéia de organização onde o trabalho é por sua vez transformado em mercadoria, do que dentro da formação realizada dos catadores pelos catadores. O técnico que lecionou o conteúdo de logística trouxe por diversas vezes a necessidade

---

<sup>26</sup>Projeto coordenado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária promove ações de formação e assessoria técnica para o setor de reciclagem dos resíduos sólidos.

de a cooperativa se adequar às exigências do mercado, no que se refere à organização e a produção. Durante a formação, por diversas vezes houve debate caloroso acerca destes dois itens, em que as cooperadas ressaltaram a necessidade desse processo formativo estar alinhado aos princípios que norteiam a estrutura organizacional da Coopersoli, que por vezes vão de encontro ao que o técnico propôs dentro da cultura capitalista da heterogestão.

Retomando a rotina do processo produtivo e de organização da cooperativa, a quantia da retirada das cooperadas e dos cooperados corresponde à mercadoria produzida no período de trinta dias. O valor da mercadoria depende muito mais da demanda da empresa capitalista compradora do produto e de quanto ela está disposta a pagar do que da própria força de trabalho utilizada no processo de produção.

Em uma formação que acompanhamos no campo, houve uma discussão entre as cooperadas e em um dado momento, uma delas disse “o nosso inferno é a produção, precisamos descobrir outro meio de rateio, mas ainda não sabemos fazer diferente”. É relevante perceber que embora as cooperadas pratiquem parte da lógica capitalista, por desconhecimento de outra forma para realizar o processo de produção e distribuição do resultado do trabalho, elas têm total consciência que será necessária superá-lo. Há o conflito da vivência de uma economia hegemônica (economia capitalista) com outra economia (economia popular solidária) que acreditam ser a melhor forma de viver.

Essa fala, com veemência trazida no tom de voz da cooperada, traz à luz desta pesquisa a possibilidade de acreditarmos no que Marx descreve no primeiro capítulo da obra *O Capital*:

“(...) a figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto de homens livremente socializados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado” (MARX, 1988, p. 76).

Entre permanências e tentativas de mudança percebida na cooperativa, sem demagogia ou romantismo, ficou nítido o desejo de se livrar da formação social capitalista, onde o processo de produção domina os homens. Aquela cooperada anseia e acredita na libertação das amarras que os prende.

No momento atual, diante dos dados coletados, foi possível observar a credibilidade peculiar das cooperadas e dos cooperados em viver a experiência de produção cooperativada. De acordo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, o cooperativismo é praticado por milhões de pessoas no mundo, o que afirma esta economia como alternativa ao capitalismo. Sua prática aos poucos se constrói e toma forma, dentro de um contexto coletivo, sendo moldada por milhões de mãos e cérebros.

### **3 A CONSTRUÇÃO DO SABER, TECENDO REDES DE CONSOLIDAÇÃO DAS PRÁTICAS AUTOGESTIONÁRIA.**

A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive, que experiências tem, em que trabalha, que desejos alimenta, como assume os dramas da vida e da morte e que esperanças o animam. Isso faz da compreensão sempre uma interpretação.(BOFF, 1997, p. 2).

A construção do saber aqui descrita se refere às experiências de aprendizagem vivenciadas pelas cooperadas da Coopersoli - Barreiro, identificadas por meio da observação participante, onde foi possível “observa [r] as pessoas que estão estudando para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas” (BECKER,1987). Esse método possibilitou maior aproximação com as trabalhadoras, que resultaram em conversas informais imprescindíveis para a construção da dissertação. Além disso, foram realizadas, entrevistas semi-estruturadas, nas quais havia duas perguntas acerca de como ensinam e aprendem as técnicas e a vivência de acordo com os princípios da economia popular solidaria.

Ao responder a pergunta “como foi o aprendizado desde o início da constituição da cooperativa” a cooperada Joana disse que o início da construção do conhecimento das cooperadas fundadoras deu-se por erro e acerto. Na busca de uma atividade que permitissem a geração de renda, Joana e Sueli iniciaram o processo de desfilar pet dentro do condomínio popular onde moravam. Conforme descrito em outros momentos nesta dissertação, a atividade não deu muito certo e diante disso, as fundadoras da cooperativa buscaram no gestor público de Belo Horizonte e na ASMARE, conhecimentos necessários para a estruturação e gestão da Coopersoli.

Embora a trabalhadora diga que todo o aprendizado se deu a partir da iniciativa de todos os membros da Coopersoli, por diversas vezes em seu discurso identificamos sujeitos e instituições que fizeram e fazem parte do processo formativo. O que a princípio foi resultado de erro e acerto, posteriormente caminhou em busca de assertividade. As trabalhadoras, nesse momento, ainda catadoras, participavam de formações realizadas pelo gestor público, nas quais puderam desvelar outra forma de organizar mundo do

trabalho, o cooperativismo. Temas como: o que era uma cooperativa, como funcionaria e o que as esperava no galpão cedido pela prefeitura, nortearam as formações, que segundo as cooperadas entrevistadas foram feitos por meio de encontros com as mulheres que posteriormente fundaram a coopersoli.

A explanação dos temas não foram muito claras, ou melhor, não foram suficiente para que as trabalhadoras pudessem gerir ou até mesmo pensar a dimensão de sua atividade. O fato de não terem sido capacitadas de forma adequada para gerir a cooperativa ficou muito evidente na fala da senhora Joana, sendo ela uma das mais antigas cooperadas.

Então assim vinha, agente entrou com o galpão de todos os espaço cheio , então agente ia fazer isso, é triar isso, mas agente não tinha uma capacitação de triagem, né..., e agente começou a fazer o trabalho, mas para agente era assim se desse conta de triar dois quilos seria o suficiente, três quilos seria suficiente, agente não tinha meta, agente não pensava que tinha que vender, agente não pensava que tinha quoser dividido entre nós, no primeiro momento era só pra fazer a triagem disso né??...

Nota-se, porém, que o que ecoou em seus pensamentos foi à possibilidade de empreender, e libertar-se das figuras: patrão e empregado. Deste modo, motivando a permanência das trabalhadoras na cooperativa que naquele momento estava sendo desenvolvida.

[...] aqui agentenão tem um patrão que fala que você vai fazer isso aqui, eu participo de todo o processo, né eu posso falar naquilo que eu acho que não vai dar certo, eu posso participar de todos, né eu posso tá contribuindo com o que eu sei fazer , então eu acho que é diferente, então eu acho que tá dentro dos princípios , né aqui não tem patrão, não tem ninguém mandando, eu decido dentro do coletivo, né eu é eu sei que essa casa é a minha casa [...]

[...] como se diz eu também sou patrão aqui né, não tem dono ,todo mundo é dono do empreendimento , eutô gostando daqui.

[...] aqui a gente é companhera, não tem patrão. Tudo é dicidido em assembléia.

[..] Aqui eu também sou patrão de mim mesma, aqui não tem dono.

Em busca pelas repostas surgidas a partir do momento em que se tinha o espaço, o material e a necessidade de produzir para obter o sustento de suas famílias as cooperadas buscaram na ASMARE, as informações básicas para a realização da triagem dos materiais recicláveis.

Relevante pensar que o aprendizado na cooperativa, desenvolveu-se também a partir de intercâmbio de conhecimento e formação de multiplicadoras.

[...] foi ai no coletivo que agente decidiu, que seis cooperados daqui sairia , e iria pra a Asmare pra se capacitar, seis cooperados foi lá aprendeu fazer a triagem, e trouxe essa capacitação para nós, e ensinou o resto , os outros né... e a gente foi e aprendeu.

A ASMARE foi a primeira cooperativa a despontar em Belo Horizonte – MG, como referência na inclusão de catadores. A iniciativa das cooperadas da Coopersoli Barreiro era obter o que havia de melhor em relação à técnica de operação da cooperativa para se capacitar. Era preciso recomeçar, retomar o sonho de viver, por meio de inserção em lugares ainda desconhecidos, ousando dar organicidade ao trabalho e a vida de forma diferente de tudo que conheceu. O trabalho foi ao mesmo tempo o motivo pelo qual se deu a exclusão e a inclusão das trabalhadoras como explicitou na tese sobre os moradores de rua em Belo Horizonte (MARTINS, 2002). Para tanto, foi preciso acreditar que “O que efetivamente conta não são as coisas que nos acontecem. Mas, sobretudo, a nossa reação frente a elas.” (BOFF, 1987. p.28) Isso ficou explícito quando dona Cleonice fala da importância da Coopersoli – Barreiro em sua vida.

[...] olha eu procurava emprego por todos os lados, eu tenho 57 anos, e todo lugar que eu ia falavam pra mim, seu currículo é muito bom mas a sua idade está avançada, é um absurdo né, porque as pessoas de mais idade precisam trabalhar, porque tem que sobreviver, então foi aqui que eu consegui apoio, consegui me sentir mais gente, porque eu estava me sentindo pra baixo, humilhada sabe, e aqui eu consegui me reviver , a minha auto estima subiu cem por cento.

Diante do exposto, aprender as técnicas para produzir o fardo de materiais recicláveis e ainda gerir a Coopersoli – Barreiro era um desafio, visto com olhos de quem precisava provar para o mundo e para si mesma, que tinha condição de adquirir seu sustento e que ainda era útil.

A Neli conseguiu aprender na ASMARE como realizar a triagem dos materiais e chegando na cooperativa ensinou de modo prático, no fazer diário a atividade para as colegas. Ainda assim outras demandas de aprendizagem

foram aparecendo, dentre elas estava inclusive aprender a lidar com os conflitos internos, a se relacionarem. Pois, esta habilidade estava diretamente ligada à gestão da cooperativa. Durante o aprendizado as cooperadas descobriram outras demandas e isso é explicado pela Dona Joana:

Bom...aprendendo a fazer a triagem...Aprendendo que tinha que fazer, agente aprendeu que tinha que ter gente na prensa,que tinha que ter gente pra descarregar os caminhão, aonde que ia colocar as empresa. Agente viu que não era interesse pra gente triar tudo junto, né..., cada empresa seria num lugar que agente teria que tá dando retorno pras empresa, o que foi aproveitado, o que agente triou, o que veio de material, né...

Agente teve a necessidade, que além disso, agente tinha que fazer prestação de conta, né... Agente tinha que ter os relatórios do material, e aí, agente foi descobrindo, dentro do grupo, isso aí, com o passar do tempo agente viu que cada pessoa sabia fazer uma coisa melhor...e foi aí que agente foi direcionando as pessoas. (Sra. Joana)

No entanto, a organização e a gestão do trabalho na cooperativa foi aprendido, segundo as necessidades surgidas no dia-a-dia. A prática foi de suma importância, além do conhecimento que vinha de fora da Coopersoli, seja por meio dos técnicos de formação externo (profissionais pertencentes à entidades parceiras e/ou gestores públicos), ou por meio de intercâmbio em cooperativas que já estavam mais avançadas quanto a autogestão.

Acredita-se que umas das ações que propiciaram maior assertividade das cooperadas em relação a autogestão, foi permitir que cada pessoa ocupasse a função que mais lhe convinha, ou que mais lhe atraísse, aquela para qual tivesse perfil. A exemplo disso tem-se o relato de uma das cooperadas mais antigas, que diz:

eu sei que no computador eu não vou dar conta de fazer isso né....porque eu não sei ficar parada, sentada em frente uma tela e vendo os caminhão chegando, a triagem tem que acontecer, a prensa tem que acontecer...E eu acho que eu vou contribuir mais lá embaixo do que aqui em cima, mas se precisar da minha ajuda né, eu vou saber,por exemplo, eu sei fazer um texto no papel, eu sou daquele tempo que agente não fazia nada no computador não. Eu sou daquele tempo que agente tinha agenda, que agente fazia no relatório, tinha nada na tela arquivado, não. Hoje em dia se tem que ler ou qualquer texto a gente tem que comunicar com as pessoas,é tudo digitado,né eu gosto é daquele negocio ...do boca a boca, é falar o olho no olho, eu gosto mais das coisa assim, sou mais a moda antiga.

A princípio parece falta de interesse em descobrir novos mundos, em se inserir tecnologicamente na atividade. No entanto, o depoimento revela uma capacidade de auto-avaliação e humildade em reconhecer que ainda não está pronta para desempenhar uma tarefa utilizando o computador. Revela ainda a possibilidade de escolha em desempenhar a atividade que fará de melhor para que a cooperativa cresça, o que acaba ampliando a possibilidade de inclusão de pessoas, cada uma com potencial diferente na atividade.

Por outro lado, quando a cooperada revela que sabe fazer o texto no papel e que não domina o computador, nota-se que um dos limites dentro da cooperativa em relação ao repasse do conhecimento está justamente nas atividades burocráticas, que exigem a utilização desta tecnologia. É preciso pensar que dentro do sistema capitalista vigente, o fato de saber ou não operar com as tecnologias é condição para inserção ou exclusão no mercado de trabalho. Dentro da proposta da economia popular solidária, aproveita-se o fato de saber redigir o texto e outra cooperada com habilidades necessárias para utilização do computador fará a digitação. A complementaridade das ações na cooperativa cria espaços para todas(os) as (os) trabalhadoras (es).

A capacitação das (es) catadoras (res) recém-chegadas (os) se dá por todas as catadoras que já dominam as técnicas de triagem do material reciclável. Dona Célia atua na triagem de materiais e quando chegou na Coopersoli recebeu informação das colegas de trabalho. A ser questionada: A senhora capacita outros catadores ou não? Ela responde: “Todos ajudam, né, todos em conjunto, a pessoa pergunta as dificuldades que vai tendo, vai perguntando, cada dia tria com um e ai, eu ajudo também, todos ajudam.”

Acompanhando as atividades dentro da cooperativa pudemos ver a capacitação de uma catadora, onde verificamos que em primeiro momento a catadora foi treinada na mesa de triagem do material. Ali ela recebeu informações quanto às especificidades de cada tipo de material encontrado naquele amontoado de “lixo”. Isso corrobora com as informações contidas nas entrevistas onde as trabalhadoras explicam como aprenderam. Nota-se que a atividade requer muita atenção e conhecimento específico acerca dos materiais.

As meninas que são minha companheira que me ensinaram, a triar pet, a triar éh..pet dessa cor, pet verde, pet branco que é de refrigerante, entendeu? Tem aqueles plásticos duros, que é branco com branco, colorido com colorido, manteiga com manteiga que é pp, e tem pp azul.

[...] É..ela me ensinou pp com pp, pet branco com pet branco, pet colorido com pet colorido, entendeu. Misto que é misto colorido, revista, com revista colorida, esses trem assim.Mas as revista tem que ser dividida, assim no meio, entendeu?! Tem que rasgar no meio.

[...] Muito, me ajudou muito, elas me ajudaram muito. Eu tive umas dificuldades, né, mais ai eu fui me acostumando com o serviço, fui acostumando..olhando elas fazer, entedeu, se elas andam depressa, eu também ando depressa, tem que ter intimidade, agilidade, entendeu.

Ficou explícito que não basta saber distinguir papel, plástico, alumínio, vidro e ferro. Ao contrário do que pensamos, a atividade requer maiores conhecimentos acerca dos tipos de plásticos e tipos de papéis por exemplo. São tais características que determinarão o produto e a venda final. Isso impacta diretamente no resultado econômico final.

Deste modo, a capacitação se dá de forma prática enquanto a cooperada que exerce a atividade de ensinar explica e mostra para a cooperada aprendiz, como fazer a triagem dos materiais, a aprendiz demonstra também na prática o que está apreendendo das informações repassadas.

Em todos os momentos de aprendizagem tanto a cooperada que capacita quanto a aprendiz aprendem trabalhando, para cada pessoa que ela passa o conhecimento ela retoma a técnica e aprimora, ficando mais eficiente e ainda, descobre o que poderá melhorar. Durante a atividade a aprendiz faz perguntas referente ao manuseio do material. O aprendizado nas mesas de triagem dura em torno de quinze dias. Após aprender a triar a aprendiz aprenderá a pesar o material e auxiliar a coordenadora de equipe na conclusão do relatório diário de produção. Posteriormente e apresentado a prensa onde os materiais são fardados. Por último a aprendiz é consultada quanto ao desejo de aprender a realizar as atividades administrativas da cooperativa (logística, contabilidade, arquivo etc...) poucas aceitam em virtude de não possuírem escolaridade e/ou insegurança quanto a sua capacidade.

Ao mesmo tempo em que as cooperadas formam ou capacitam pessoas, elas também são capacitadas. As mesmas pessoas são oficinairas e aprendizes. Na produção independente do grau de escolaridade desempenham e ensinam as atividades. A Sra. Joanice foi uma das cooperadas capacitadas

apouco tempo, atualmente está sendo preparada para o cargo de coordenadora operacional e já tem prática de ensino na área operacional da Coopersoli. Pedimos a ela que exemplificasse como aplica o que aprendeu e como realiza a formação de novas cooperadas. Primeiramente ela respondeu explicando a aplicabilidade do conhecimento e em seguida ela simulou como ensina:

Aplica em tudo, é. Trabalha na rampa, eles explicam como agente deve pegar o material na rampa, então agente aplica em tudo, agente trabalhar, semana passada agente aprendeu a trabalhar com bancada, no cirio, a trabalhar em conjunto, com a capacitação.

Por exemplo se eu fosse parar pra te ensinar?

Vou te ensinar como separar os materiais, abrir os bag, como você vai separar, fazer a separação de cada coisa, é isso aí...E depois? Depois trazer o material pra pesar, entendeu. Depois guardar o material, depois limpar o material que trabalhou, levar o rejeito pra fora, levar os vidros pra fora assim. Depois que aprender tudo então eu vou saber que você quer aprender as outras coisas aqui de cima [é a parte administrativa, burocrática e operacional], igual euto aprendendo aqui.

Ao relatar que posteriormente ensinaria “as coisas lá de cima”, referindo às práticas administrativas e operacionais, demonstra que a cooperada ao ensinar reproduz do mesmo modo como ela aprendeu. Com relação a formação à administração, logística e contabilidade é sabido que vieram essencialmente das formações realizadas por técnicos externos que dominam o assunto. Deste modo as cooperadas apropriam-se do conhecimento e os transmitem às outras cooperadas e cooperados inclusive de outras cooperativas. Todo o conhecimento oriundo dos técnicos externos é adaptado pelas formadoras para transmissão e troca do conhecimento, em virtude da linguagem e dos meios para ensino, considerando as especificidades do grupo.

Tem pessoas que só aprende com jeitinho, né..E as vezes muito de nos não sabemos nem ler, não tivemos essa oportunidade, de saber na escola...entendeu?!então a gente respeita esse lado nosso, e aí agente ensina do jeitinho que agente sabe, então agente aprendeu..outros companheiros aprendeu e agente passou isso pra frente, tem uns que não sabe ler, não sabe escrever, mas sabe fazer o papel melhor do que eu que sei ler sei escrever isso tem que respeitar então agente ensina pelo jeitinho mesmo da gente. (Sra. Joana).

As cooperadas estão em constante aprendizado. A atividade de ensinar é mais um motivador para que a solidariedade e a cooperação façam parte das relações estabelecidas pelas (as) trabalhadoras (es). Aquelas que atuam diretamente na triagem, contaram que quando chegaram à cooperativa receberam capacitação das colegas de trabalho. Ao ser questionada como aprendeu a trabalhar na cooperativa, com quem aprendeu e como foi a capacitação a Sra. Marta respondeu:

Foi a coordenação mesmo daqui de dentro, e os antigos, os triadores antigos né, cada um cooperava, explicava na medida do possível, eu ia perguntando também as dificuldades que eu tinha, perguntava pro pessoal da coordenação né, e mesmos os triadores.

Relataram com muita gratidão como cada uma aprendeu o processo de triagem, que a *olhos nus*, parece ter sido fácil. Para exemplificar utilizamos o trecho da entrevista da Sra. Joana:

Tudo que eu aprendi aqui foi graças a minha amiga Joaquina, ela me ensinou e me ensina. Eu aprendi a triar com ela, foi ela uma das cooperadas que aceito ir na ASMARE aprender e trazer pra gente o que era certo fazer. No início foi muito difícil, entende? A gente não sabia muito o que fazer. Eu sou muito agradecida. Ela até hoje me puxa a orelha pra mim aprende mais. Entende? Ela tem me mandado pras reuniões da Rede Sol, tem me levado pros encontros dos movimentos, hoje eu já represento a Coopersoli em vários lugares. Ela quer que a gente aprende tudo, porque ninguém é pra sempre, todo mundo tem que aprende porque só assim a gente ganha força pra acredita que a gente pode cada vez mais. Eu quero deixar aqui um beijo grande pra minha amiga.

No trabalho de campo foi possível assistir a capacitação de uma das catadoras que estava em processo de inserção na Coopersoli. Todas as cooperadas demonstraram interesse em ajudar na formação. Hoje todo o processo de formação/capacitação está bem organizado, seqüenciado sistematicamente, de acordo com a produção. É notável que as formadoras têm interesse que as colegas aprendam e compreendam todo o processo produtivo e ainda, a partir do conhecimento adquirido tenham condição de discutir nas assembleias melhorias no modo de fazer a gestão do empreendimento. Independente do cargo que ocupam ou da atividade que desenvolvem, todas as cooperadas foram unânimes em dizer que participam da gestão da cooperativa. Seja por meio das reuniões, seja operando na

produção ou na gestão. Embora haja definições de papéis, e vale lembrar que não são fixos e que são definidos primeiramente considerando a vontade da trabalhadora e posteriormente, em assembleias.

Percebe-se que a gestão participativa permitiu que as cooperadas apreendessem conhecimentos diversos, de modo que possam ocupar qualquer cargo dentro da Coopersoli e ainda, em outros espaços de articulação. A Sra. Joana está em processo de formação para a prática da articulação. Após passar por vários setores dentro da cooperativa, ela enfatizou que a área mais complicada é a articulação, pois, a gestão é realizada no dia-a-dia. Para gerir podem buscar conhecimento e informação em diversos profissionais tendo em vista que já conseguem discernir o que é usual para sua prática. Já a articulação não existe “receita” é preciso ver, acompanhar a companheira que já está na luta a mais tempo, para então apreender a prática.

A autogestão do empreendimento implica em gerir com consciência e deste modo, como a cooperativa é vista forma macro, havendo separação de funções apenas para fluir a produção, o desejo das cooperadas é que todas possam atuar em todos as áreas da Coopersoli Barreiro. Ao analisar as entrevistas e por meio da observação foi possível identificar neste grupo que o conhecimento se dá a partir da prática social, aliando teoria e prática.

### 3.1 O CONHECIMENTO COMO PRÁTICA SOCIAL

A aprendizagem deste grupo de mulheres foi e permanece alicerçada na responsabilização e na prática da cooperação entre si, para enfrentamento da realidade social econômica; a princípio, enquanto situação individual tomando proporções e estimulando o despertar para o cuidado de si, que segundo Foucault (1999,p. 50) resulta em prática social:

“o preceito segundo o qual convém ocupar-se consigo mesmo é em todo caso um imperativo que circula em numerosas doutrinas diferentes; ele também tomou a forma de atitudes, de uma maneira de se comportar, impregnou formas de viver; desenvolveu em procedimentos, em práticas e em receitas que eram refletidas, desenvolvidas, aperfeiçoadas e ensinadas; ele constitui assim uma prática social, dando lugar a relações interindividuais, a trocas e comunicações e até mesmo a instituições, ele proporcionou, enfim um certo modo de conhecimento e elaboração do saber.” (grifos nossos)

Tais práticas sociais subsidiaram o processo de ensino e aprendizagem das(os) e para as (os) trabalhadoras (es). Ao ser questionada, quanto a forma como a Sra. Joana capacita os outros catadores que chegam a Coopersoli, percebe-se que há um movimento de ir e vir no campo da aprendizagem:

Então... quemtava dentro desses seis que foi pra Asmare se capacitar é... só um deles continuou na Coopersoli que é a Neli, eu num primeiro momento eu não fui, porque eu fiquei na Coopersoli, quem foi a Neli. Hoje quem me ensinou a fazer o que eu faço hoje foi a Neli, né. É..e ela que me capacitou, eu estou capacitando os outros,né, os meus colegas de trabalho, né quando as pessoas entram aqui, no primeiro momento, aí eu ensino aquilo que eu sei, aquele que eu sei que ele faz melhor o que ele faz, eu peço para ensinar aquele pra frente, eu sempre tou delegando, eu não prendo as coisas sá pra mim, eu acho que isso é no coletivo, assim que agente tá ensinando, e ensinando aquele que sabe a fazer melhor ensinando o outro,sabe.

A trabalhadora ocupa dois espaços no processo de capacitação ou formação, ora como aprendiz, ora como educadora/formadora. Durante o trabalho de campo, ficou mais evidente que o primeiro processo de ensino-aprendizagem na cooperativa faz parte da modalidade educativa não formal. Suas atividades são organizadas por grupos de trabalhadoras de escolaridade baixa, sendo muitas semialfabetizadas. O aprendizado acontece mediante suas necessidades diárias de trabalho e nas relações sociais estabelecidas no grupo.

O espaço de trabalho também é o local do aprender e da disseminação do conhecimento. É o mesmo espaço em que se vê o aprendizado para a cidadania. Neste espaço, se discute técnicas para o desenvolvimento profissional, faz-se análise com relação aos políticos que aparecem apenas quando querem o voto das trabalhadoras, discute-se que tipo de trabalho irão prestar, quais melhorias precisam buscar e ainda; separam as empresas e pessoas que somam forças em busca da efetivação dos seus sonhos e aquelas que apenas desejam tirar proveito dos sonhos alheios em benefício próprio.

Certa vez, acompanhando uma reunião de formação das(os) trabalhadoras(es) fui surpreendida ao ouvir que a empresa Coca-Cola ofereceu recursos financeiros para a Cooperativa investir em maquinários e as

cooperadas recusaram; curiosa por saber os motivos, perguntei à dona Maria qual a razão da recusa e recebi a seguinte resposta:

“ A Coca-Cola é uma empresa capitalista. Multinacional que mais coloca risco ao meio ambiente. O governo agora tem obrigado as empresas poluidoras a retirarem do meio ambiente o lixo que elas produzem. Assim o que é uma esteira e uma prensa para a Coca-Cola, diante do mundaréu de lixo que ela põe na rua ,, A gente aceita o maquinário e em troca ela contabiliza junto do governo as toneladas de pet que vendemos, sem ao menos querer saber se eles fazem parte dos produtos dela, além disso, fica mais barato ela leva a informação pronta sem gastar nada com recolhimento do lixo, pagamento de pessoal transporte para acabar com a lixaiada que ela fabrica. A gente não pode contribuir com isso.”

Depois de tal conversa podemos perceber que tivemos uma aula de logística reversa. Trata-se de

“instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, de outra destinação. A Lei nº 12.305/2010, que define a política nacional de resíduos sólidos, dedicou especial atenção à Logística Reserva e definiu três diferentes instrumentos que poderão ser usados para a sua implantação regulamento, acordo setorial e termo de compromisso.”<sup>27</sup>

Fazendo uma análise mais precisa da resposta de Dona Maria, sua fala retrata o “Acordo Setorial previsto na Lei 15.305 de 2010 que prevê efetivação de contrato de pactuação de responsabilidade entre gestores públicos e fabricantes, neste caso a Coca-Cola.

Algumas cooperadas mais antigas da Coopersoli já superaram o medo do fazer a parte burocrática necessária ao andamento econômico da cooperativa. O grande dificultador da aprendizagem neste caso é a insegurança que possuem por não terem escolaridade e se sentirem incapazes de aprender conteúdos presentes nos currículos escolares formais. Elas acreditam que já estão com idade avançada para voltar à escola, ou que não têm mais paciência para recomeçar a estudar em escola formal. As avaliações destas pessoas apresentam-se como uma grande contradição no grupo, uma

---

<sup>27</sup> Decreto 7404/2010 que regulamenta a LEI Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências.

vez que, embora as pessoas que lá estão inseridas sejam fortes o suficiente para romper com a exploração e situação de exclusão a que estiveram expostas, recuam quando o desafio é aprender o que não aprenderam em idade escolar.

O que facilita a superação deste desafio são as parcerias estabelecidas com o poder público e entidades de apoio, através da Redesol, onde buscam resolver as crises sociais e problema técnicos por meio de participação em projetos de formação técnica. Tais formações têm se mostrado positiva em alguns aspectos e em outros nem tanto conforme veremos a seguir.

Acredita-se que, como principal objetivo das (os) trabalhadoras (es) foi criar condições de sobrevivência frente à total falta de recursos financeiros, o aprender, significava enfrentar à exclusão social a que estavam expostas, libertar-se dos grilhões do patrão e sair da extrema pobreza. Daí aceitaram os desafios com relação a gestão do empreendimento.

### 3.20 APRENDIZADO A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO EM REDE

Participar dos espaços de fortalecimento das cooperativas do seguimento de recicláveis, a saber, movimento social dos catadores de materiais recicláveis, fóruns de economia popular solidária, reuniões de entidades representativas da área, a exemplo temos a UNISOL<sup>28</sup> e tantos outros que permitem a inserção das (os) trabalhadoras (es) nas discussões políticas, sociais e econômicas que permeiam suas vidas, como por exemplo, a REDESOL.

---

<sup>28</sup>A UNISOL Brasil - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários é uma associação civil com fins não econômicos, de âmbito nacional, de natureza democrática, cujos fundamentos são o compromisso com a defesa dos reais interesses da classe trabalhadora, a melhoria das condições de vida e de trabalho das pessoas, a eficiência econômica e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira com base nos valores da democracia e da justiça social. São representados os empreendimentos autogestionários que tem como base de atuação os princípios da Economia Solidária e que são filiados a UNISOL Brasil. A entidade, que está representada nos 27 estados nacionais, contempla atualmente um total de 10 setoriais, são eles: metalurgia/polímeros, alimentação, construção civil/habitação, confecção e têxtil, cooperativas sociais, reciclagem, artesanato, agricultura familiar, apicultura e fruticultura.

Enfatizamos sua participação das cooperadas da Coopersoli, por ser um espaço utilizado rotineiramente, cuja articulação se dá em nível estadual. É neste espaço, são encaminhadas pautas de articulação do seguimento para com as outras entidades de apoio, cooperativas, fóruns, gestores públicos e outros parceiros. Também são tratados assuntos de cunho político, formação, educação, viabilidade e consolidação econômica e desenvolvimento social.

No período de acompanhamento da Coopersoli-Barreiro às reuniões da REDESOL, foi possível perceber os motivos pelos quais as cooperadas disseram que lá é um dos espaços formativos. As reuniões são realizadas com duração de quatro horas aproximadamente, semanalmente com regularidade. As pautas são definidas por meio de demandas apresentadas pelas cooperativas filiadas à REDE.

Durante os encontros observamos que estiveram presentes as(os) trabalhadoras(es) representando as cooperativas, duas entidades de apoio<sup>29</sup>. Das entidades de apoio, uma acompanha a Coopersoli desde o início, pois, a outra entidade tem atuado em parceria com a rede em projetos de formação com vistas à proporcionar conhecimento técnico acerca de logística utilizada no transporte do material reciclável, do ponto de coleta até à sede da Coopersoli e ainda, na busca de melhores preços para a venda dos materiais. A outra entidade estava mais preocupada em auxiliar as (os) cooperado (os) na avaliação da Rede frente aos parceiros que possui.

A dinâmica da reunião aproxima-se dos momentos de formação realizados na cooperativa, pois, ali enquanto discutem aprendem na teoria e na prática operar seus empreendimentos dentro das diretrizes da autogestão, participação popular e economia popular solidária.

Das reuniões que participamos, podemos citar as pautas de quatro reuniões, realizadas nos meses de agosto e setembro de 2012, que trouxeram assuntos que ajudam a discutir os limites e desafios dos formadores em economia solidária e ainda trazem exemplo de como a REDESOL se apresenta enquanto espaço formativo. Este espaço tem sido onde os catadores se articulam politicamente e estruturalmente.

---

<sup>29</sup> Neste caso optamos não citar o nome das entidades de apoio, pois, não tivemos autorização dos técnicos presentes.

Primeiramente gostaríamos de relatar que nas primeiras reuniões não foi autorizado a pesquisa no período integral, por determinação da própria rede. O argumento utilizado pela presidente é de que estavam em processo de organização interna e que as discussões não contribuiriam para pesquisa. Meu trabalho enquanto pesquisadora foi observar e anotar o que todas as discussões dentro das reuniões e, a partir delas buscar meios para o desenvolvimento do segundo passo para o trabalho de campo, a saber, acompanhamento das atividades de formação da rede junto aos empreendimentos dentro da cooperativa - Coopersoli.

Neste primeiro momento observamos que a Rede possui vários campos de formação e parcerias. As formações se dão por meio de desenvolvimento de projetos de formação em parceria com o Banco do Brasil, o INSEA – Instituto de Desenvolvimento Sustentável. O projeto de formação que acompanhamos foi CATAFORTE. A escolha por este projeto se deu porque ele está sendo estruturado e realizado no período do trabalho de campo.

Retomando as reuniões de segunda-feira, observei que as pautas discorrem entre as demandas das cooperativas que fazem parte da REDESOL num âmbito amplo. Nas reuniões que participamos foram discutidos em pauta os seguintes assuntos: Organização das cooperativas, questões tributárias e notas fiscais, resolução de conflitos entre formador/técnico e catadores das cooperativas, reuniões de planejamento de atuação, resolução de questionários de pesquisas de instituições parceiras, bolsa reciclagem, documentação de associação para recebimento de benefícios e comercialização de produtos, agendamento das formações do CATAFORTE II que iniciaria em outubro de 2012, participação em eventos políticos que tem como finalidade aferição de propostas dos futuros governantes dentro das reivindicações dos catadores, mobilização para regulamentação da profissão dos catadores, avaliação dos projetos de formação e ainda avaliação das ações da Rede, pensando nas vantagens e desvantagens existentes nas parcerias firmadas. Participaram das reuniões de segunda-feira representantes dos seguintes empreendimentos econômicos solidários: COMARP, COOPERSOLI, COOPESOL LESTE, COOPESOL NOROESTE, ASSOCIRECICLE, COOPESOL VENDA NOVA, RECICLANDO.

Durante a reunião ficou bem explícita que uma das funções das pessoas que compõem a rede é a articulação da comercialização, pois, tivemos a oportunidade de presenciar a discussão sobre uma empresa que buscou a rede para a comercialização de plástico, nesta reunião, os catadores da rede colocaram que acordaria venda dos plásticos observando os valores que beneficiem todas as cooperativas que compõem a rede, inclusive aquelas que comercializarão menor volume de plástico.

Outro fato observado na Rede é que para desenvolver a metodologia de formação os catadores participam de formações com técnicos e também buscam exemplos em outras cooperativas. Em uma das reuniões os catadores estavam discutindo a experiência de Itabira e foi avaliada por um dos participantes que Itabira não tem cooperativa e sim a prefeitura é quem atua na organização do trabalho que é realizado, inclusive de palestras referente a organização dos catadores deste município.

A primeira foi a avaliação dos projetos de formação resultantes de parceria entre a Rede e entidades de apoio e fomento e avaliação do trabalho da Rede focando as parcerias firmadas, vantagens e desvantagens em prosseguir com os parceiros. Durante as discussões, sempre apareciam a palavra autogestão, como palavra de ordem para o desenvolvimento de todas as atividades propostas.

Quanto à autogestão todos os entendimentos vão ao encontro da idéia de gestão participativa, economicamente e humanamente viável, devendo ser a prática de todos os empreendimentos econômicos solidários. O conceito adotado pelos participantes da reunião é o atribuído pela ANTEAG "(...) gestão exercida democraticamente pelos trabalhadores."<sup>30</sup> Pensando nesta como prática social percebemos a semelhança conceitual atribuída por Albuquerque (2003, p. 20):

Por autogestão, em sentido *lato*, entende-se o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um "coletivo". É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais.

---

<sup>30</sup> Projeto de lei apresentado pela ANTEAG.

As atividades da Rede estão voltadas para assessorar os empreendimentos do seguimento da reciclagem, no processo de tornar-se autogestionários e viáveis economicamente. Para tanto, atuam na apresentação de propostas de captação de recursos para aquisição de maquinários, meio de transporte dos materiais recicláveis, capacitação dos cooperados e ainda formação política dos cooperados.

Quanto aos projetos de formação foram realizadas reflexões a respeito do que as cooperativas precisam aprender e o que as entidades de apoio têm ofertado. Além disso, discutiram os perfis dos profissionais que se propõem a lecionar, dentro das cooperativas. Neste sentido, foi avaliado um dos projetos de formação, cujos formadores são técnicos da entidade de apoio (com formação superior nas áreas de logística, administração, psicologia) e trabalhadores das cooperativas da área de reciclagem (com acúmulo nas áreas de formação do projeto). Aqui chamaremos apenas de Projeto formativo, para não expor a entidade e os seus técnicos.

As perguntas realizadas pelos trabalhadores e formadores/cooperados (aqueles que realizam formações e ao mesmo tempo são trabalhadores em cooperativas) foram: Como tem andado o Projeto Formativo em relação ao cumprimento das metas estabelecidas? Quais são os gargalos existentes e os seus motivos? Estamos perdendo o foco da proposta da Rede em detrimento das ações deste projeto?

Especificamente a este Projeto formativo, a assembleia decidiu que era preciso rever as ações do projeto em virtude das suas metas, que não estavam sendo cumpridas e que provavelmente não teriam tempo hábil para executá-la. Além disso, foram enfáticos em dizer que era preciso avaliar o papel do técnico de assessoria e aqueles que propõem realizar as formações, uma vez que um dos técnicos apresentava dificuldade de interação e comunicação com as cooperativas que ele foi designado para lecionar. Quanto ao Projeto formativo trataremos a seguir especificamente deste item, por ser imprescindível para pesquisa proposta. As perguntas apresentadas mostram que as cooperativas estão conscientes de seu papel e sabem exatamente o que querem.

A discussão acerca das ações da Rede e as parcerias firmadas foram subsidiadas por uma técnica externa que utilizou como metodologia a FOFA.

## Segundo o ITEIA<sup>31</sup> a FOFA é

A Matriz FOFA é um instrumento metodológico para análise de projetos, organizações ou de ator social que se propõe a planejar, diagnosticando sua situação e preparando propostas de ações estratégicas. Este instrumento tem sido utilizado com êxito por organizações de pequeno porte (associações, sindicatos, igrejas etc), projetos de médio alcance, movimentos sociais diversos e agências multilaterais. Recomenda-se que seja conduzido por um moderador e pode ser utilizado em grupos de vários tamanhos em diferentes situações de análise e decisão. Também é recomendável, quando possível, que seja utilizado como ferramenta num processo de planejamento estratégico situacional mais amplo, uma vez que pela sua simplicidade, não permite uma análise profunda dos problemas detectados pelo ator que planeja, gerando uma matriz situacional superficial e uma matriz normativa de ações a serem executadas pelo ator que planeja. A vantagem desta ferramenta está em sua simplicidade para gerar critérios que norteiam a tomada de decisões e sistematizam o planejamento de ações.

A Matriz FOFA é realizada em dois momentos distintos e subsequentes. No primeiro momento analisando a situação e no segundo momento gerando propostas de intervenção sobre os fatores identificados. 1º Passo: Deve estar claro quem é o ator que planeja, ou o projeto que está sendo analisado, seus objetivos e sua missão. 2º Passo: Identificar os fatores positivos e negativos que interferem nos objetivos ou na missão do ator que planeja, classificando-os em internos e externos. Essa identificação deve ser catalogada numa matriz 4 por 4, de modo que seja visualizada facilmente por quem está planejando. Os fatores internos são classificados como Fortalezas e Fraquezas. São aqueles fatores controláveis pelo ator que planeja, estando sob sua responsabilidade. Os fatores externos são classificados como Oportunidades e Ameaças. São aqueles decorrentes do ambiente ou de outros atores sociais, não estando sob responsabilidade do ator que planeja. É muito importante compreender a diferença entre fatores internos e externos, pois todo diagnóstico objetiva um bom planejamento, e fatores internos podem ser fortalecidos ou eliminados e fatores externos podem ser aproveitados ou evitados. Concluída esse momento inicial de análise da situação, deve-se então preparar o Plano de Ação com as propostas de ações que incidirão sobre os

---

<sup>31</sup> O ITEIA é uma Rede Independente de Cultura e Cidadania, idealizada pelo Instituto InterCidadania (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e desenvolvida em parceria com patrocinadores e organizações governamentais e não governamentais, em sintonia com o Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura. É um arrojado sistema on-line de gerenciamento, difusão e intercâmbio de conteúdos culturais digitalizados, com amplo suporte tecnológico e integrado com outras redes digitais e não digitais. A idéia é servir de base de interligação com outros projetos com objetivos similares, formando uma Teia de interação cultural na internet. O ITEIA é um projeto sem fins lucrativos, gerenciado de forma colaborativa, que promove o software livre, a diversidade cultural e visa desenvolver formas democráticas de expressão e acesso livre a conteúdos artísticos, respeitando os direitos do autor. O ITEIA adotou o Creative Commons como referência de licenciamento de conteúdos e se propõe a pesquisar e debater permanentemente formas alternativas de fortalecer a cultura livre e promover a geração de modelos solidários de produção e comercialização de produtos culturais. O projeto envolve, de forma colaborativa, vídeos, músicas, textos, fotos, notícias, dados de produtores e autores, além de outras informações culturais. Também prevê canais de orientação e capacitação; de divulgação de projetos culturais e ambientes de aproximação entre artistas, produtores, patrocinadores e público (que poderá promover rankings de melhores conteúdos, votando no seus links preferidos).

fatores identificados. 3º Passo: Preparar uma matriz de ações a serem empreendidas, considerando-se que:

As FORTALEZAS devem ser fortalecidas, usadas, maximizadas. As FRAQUEZAS devem ser eliminadas ou compensadas. As OPORTUNIDADES devem ser aproveitadas. As AMEAÇAS devem ser evitadas ou seus efeitos devem ser minimizados. 4º Passo: Preparar um organograma/cronograma definindo prazos e responsáveis pelas ações identificadas na matriz de ação, num sistema de gerenciamento do Plano de ações. Por fim, se for o caso, definir o sistema de organização do grupo. (ITEIA. **Construindo a Matriz FOFA no planejamento.** Disponível em: <http://www.iteia.org.br/construindo-a-matriz-fofa-no-planejamento>. Acessado em: 28 de setembro de 2012).

Não foi possível acompanhar todo o processo, até mesmo para não causar interferência no processo, considerando que alguém pudesse deixar de falar por medo de aparecer na pesquisa. Porém, o que foi presenciado já demonstrou a capacidade avaliativa destes empreendimentos. De início já apontaram as vantagens das entidades parceiras e gestores públicos em tê-los como parceiras e ainda as demandas existentes para a consolidação de suas ações de acordo com os princípios da autogestão e economia popular solidária. A apresentação foi precisa, identificando primeiramente as articulações já firmadas considerando a área de atuação do parceiro e nível de articulação (político e com as esferas governamentais).

Em seguida foi aferido em cada instituição as vantagens implícitas na relação de parceria. Para demonstrar o processo, elencaremos abaixo as vantagens apontadas, sem identificar as entidades parceiras e gestores públicos, com o objetivo de preservar as identidades:

#### PARCEIRO 1:

- Vantagens: apoio técnico, articulação política entre as prefeituras (mediador), captação de recursos e elaboração de projetos para melhoria das associações e cooperativas, ampliação das capacitações (formações).
- O que o Parceiro 1 ganha com a parceria?
  - Se não tiver demanda o parceiro não terá como apresentar projetos para a capacitação dos empreendimentos, o que implica no cumprimento de sua missão. Deste modo, a parceria fortalece a missão do parceiro.
  - Aumento de conhecimento. O parceiro sabe o que a escola traz, mas, a especificidade dos empreendimentos e o acúmulo que eles possuem é

imprescindível para que os técnicos externos consigam replicar a tecnologia social existente.

- Aumento de credibilidade frente aos órgãos financiadores do Parceiro 1, tendo em vista que a Rede Sol já possui ações bem sucedidas de formação e captação de recursos junto entidades de fomento.
- Riscos apresentados:
  - A Rede acostumar com o parceiro e estabelecer relações de dependência, portanto, é preciso sair da zona de conforto.
  - Caso não aproveitem os serviços prestados pelo Parceiro 1 correm o risco de morrerem na ausência deste.
  - Perda da autonomia e identidade em detrimento de o parceiro agir de acordo com a sua vontade, muitas vezes sem considerar o que a Rede propõe. Portanto, é preciso retomar as rédeas da situação.

### **Parceiro 2:**

Relação estabelecida: Convênio de cooperação técnica.

- Vantagens para a Rede: Assessoria na elaboração de projetos e captação de recursos, subsídios para passagens, assessoria à equipe executiva (estruturação da parte da Web e tecnologia da informação), doação de equipamentos, assessoria na gestão da Rede.
- Vantagens para o Parceiro 2: Aumento de credibilidade/confiança. Fortalecimento de sua missão. Aumento de conhecimento do parceiro, pois, possibilita acúmulo de conhecimento e informações. Marketing, uma vez que a Rede já é conhecida como referência dentro do movimento de catadores e também da economia popular solidária.
- Riscos: Como a parceria é informal, correm o risco de perder a assessoria prestada pelo parceiro. Portanto, será necessário pensar em um projeto específico para ação deste parceiro.

### **Parceiro 3:**

- Vantagens para a Rede: Visibilidade, fortalecimento político, articulação estratégica de projetos.

- Vantagens para o Parceiro: Visibilidade, participação política e acúmulo de experiências na área de cooperativa dentro dos princípios da Economia Popular Solidária.

Embora existam outros parceiros, acompanhamos apenas a avaliação dos três apresentados, o que não prejudicou em nada a pesquisa porque por meio das avaliações foi possível verificar que o conhecimento das pessoas que fazem parte deste movimento de reestruturação das relações de trabalho e, por conseguinte das práticas solidárias e autogestionárias, se dá em vários espaços. Além disso, observa-se que o conteúdo que não aprenderam nos bancos escolares, por falta de oportunidade, encontra na vida, porque, é ensinado e aprendido com perspicácia no meio em que vivem e, por isso, é preciso estar a um passo a frente nas situações e, até mesmo, nas relações de parceria.

Após participar da avaliação na Rede, percebemos que na reunião da Cooperativa, a avaliação também veio como caminho para encontrar soluções de enfrentamento aos obstáculos na produção e também na gestão do empreendimento. O modo de pensar das pessoas que representam a Coopersoli Barreiro na Rede, exposto na entrevista que fizemos demonstra claramente isso. As repostas não estão diretamente associadas as vantagens e desvantagens nas parcerias, mas, retratam a capacidade de avaliarem o trabalho que desenvolvem enquanto cooperadas e as melhorias necessárias para alcançar os resultados almejados.

### **3.2.1 A organização de processos formativos na REDESOL**

Quanto à organização das formações, participam os catadores da Rede e os técnicos do projeto CATAFORTE. Os oficinairos que estão atuando junto as bases são os catadores que compõem a REDESOL representando as suas cooperativas nas reuniões. Quanto aos técnicos são os coordenados pelo Ministério do Trabalho, através pelo projeto CATAFORTE em parceria com a Fundação UNITRABALHO.

A proposta da formação explicitada pelo coordenador do projeto foi que a formação fosse realizada agrupando as cooperativas por região. Para tanto,

foi solicitado pelo técnico do MTE que a rede mobilize as cooperativas para escolherem as melhores datas para a realização das oficinas de formação nas bases (na própria cooperativa).

Segundo o coordenador do MTE os técnicos são responsáveis por organizar as formações, discutindo as demandas apresentadas pelas cooperativas e fazerem o planejamento das formações.

Uma das cooperadas que participa da Rede colocou sua preocupação junto aos processos de realização dos projetos de formação: “Quem faz muito projeto não participa de nenhum direito”. Uma das cooperadas colocou a necessidade de buscar a real disponibilidade das pessoas que participarão das formações para que isso não aconteça.

Foram apresentados durante as reuniões alguns pontos que segundo os catadores os formadores/técnicos precisam compreender quanto à organização política dos catadores da rede. A principal delas é o processo pelo qual se formaliza a participação e a forma de colocar suas propostas junto aos gestores públicos. Os catadores, ao colocar sua fala em qualquer reunião, primeiramente, discutem nas bases, em seus grupos, alinham seu discurso junto à Rede e depois discutem com os órgãos públicos. Isso evidencia o caminhar da Rede de cooperativas para o fortalecimento do pensamento e da atuação coletiva que eles se propõem.

Como desafio dos formadores/técnicos está à adequação da linguagem acadêmica e comunicação junto para facilitação do entendimento dos catadores em sua base. O que foi exposto em uma das reuniões em que estive presente foi o conflito existente entre a postura e falas de técnico que não são compreendidas pelos participantes das formações. Ficou evidenciado que esse processo é mais evidente no momento de assessoria aos grupos. Evidencia-se na REDE as seguintes falas:

“a comunicação entre o técnico e catadores não circula, o técnico tem dificuldade de interagir. Muitas vezes nós temos que assumir a posição dele pra explicar o que ele quer falar, ele sabe, mas não dá conta de passar para o grupo.” “Existem poucos técnicos prontos para atuar junto aos catadores, muitos têm bagagem teórica e não conseguem atuar na prática, junto ao coletivo”.

A mesma catadora que colocou estas falas complementou dizendo “sabemos que ele (o técnico em questão) é bom pra articular junto à Prefeitura, mas infelizmente pra trabalhar no grupo está difícil”.

O entendimento do técnico quanto assessor é: “Ele está pra auxiliar e na para executar as atividades dos empreendimentos”. Neste projeto de formação, o CATAFORTE, participaram aproximadamente 06 técnicos e 06 oficinairos/catadores.

A orientação de um dos técnicos presentes foi que todos os formadores ficassem atentos ao processo formativo, uma que “as vezes a conversa do almoço é mais proveitosa que a aula em sala de aula”. Alertou ainda para o desafio de trabalharem com muitas demandas diferentes, uma vez que são grupos de realidades diversas, onde as demandas surgem no coletivo.

Durante as reuniões as (os) cooperadas (os) que compõem a Rede apresentaram ao coordenador dos técnicos a dificuldade vivenciada pelas cooperativas com uma dos técnicos que participa do projeto: “ 1) dificuldade com linguagem e entendimento com a transmissão das informações passadas pelo técnico. 2) no coletivo é preciso saber escutar e saber ouvir, ele não sabe.”

Foi colocada pela Rede que a relação formador e base é uma relação de construção conjunta.

### **3.3 PROJETOS DE FORMAÇÃO EXTERNOS CONTRIBUIÇÕES E LIMITES**

Durante o trabalho de campo foi possível participar de dois encontros de capacitação realizado por técnicos de uma das entidades parceiras, na cooperativa e quatro encontros na Redesol que também tiveram a formação realizada por técnicos da mesma entidade.

As capacitações dentro da cooperativa realizada pelo técnico (externo)<sup>32</sup> trataram de dois assuntos: a construção de redes e a utilização de um veículo, doado pelo poder público à Coopersoli, por meio de edital de seleção de projeto de captação de recursos, com o objetivo de facilitar a coleta de

---

<sup>32</sup> As cooperadas chamam de técnicos externos os profissionais que fazem a formação dos empreendimentos econômicos solidários, que não fazem parte do quadro de cooperados.

materiais junto às empresas e condomínios residenciais doadores de materiais recicláveis.

Algumas observações acerca da formação valem a pena serem ditas. Primeiramente quanto ao uso de recursos didáticos pelo técnico (formador): slides e filmes (apresentados no *data show*) e uma apostila contendo o conteúdo desenvolvido durante a aula. A apostila foi distribuída aos participantes.

A projeção dos slides e filmes foi realizada em um espaço da cooperativa não muito apropriado, onde a luz e o barulho da prensa não contribuíram para o aproveitamento da aula. Os slides foram muito bem formatados e traziam informações relevantes acerca dos temas. Porém, por diversas vezes foi percebido que muitos participantes não conseguiam ler o que estava exposto. Os slides, portanto, auxiliavam o formador, no entanto, não tinham qualquer utilidade para os participantes da formação.

Outro fator visto no processo formativo foi a recusa pelas (os) cooperadas (os) do uso das apostilas levadas pelo técnico durante a formação. Embora não tenha sido intencional, as (os) cooperadas (os) não fizeram uso da apostila, pela dificuldade de leitura do material, lembrando que em sua maioria, as cooperadas possuem baixa escolaridade.

O filme utilizado também era importante para a formação, porém, foi pouco aproveitado em virtude da falta de condição de espaço físico adequado para sua utilização.

Deste modo, percebemos que o trabalho realizado anteriormente à formação, ou seja, o planejamento do processo formativo esteve distante do público alvo, pois, não considerou a pouca escolaridade da(o) maioria das trabalhadoras (es).

Mesmo diante deste cenário, as cooperadas (os) participavam verbalmente da capacitação questionavam as informações e, a todo o momento, traziam o que estava sendo dito pelo técnico para sua prática diária. Neste caso, o técnico foi eficiente e didático em sua explicação, possuía uma linguagem inteligível e cativou a atenção dos participantes.

A participação das cooperadas era intensa e todos os trabalhadores tinham uma interpretação crítica para o conteúdo ministrado. Como exemplo do contexto, podemos citar o momento em que o técnico enfatiza a importância do

caminhão novo para o trabalho das cooperadas. De acordo com o técnico, o caminhão que utilizavam estava muito velho e não comportava a quantidade de materiais que as (os) trabalhadoras (es) precisam transportar. O cooperado (motorista) reconheceu a utilidade do caminhão, porém, alertou as demais cooperadas do risco que corriam com a utilização do veículo novo, pois, o consumo de combustível do caminhão era proporcionalmente maior do que o benefício que ele trará.

Outro ponto de discussão foi a burocracia exigida pelo governo para uso do caminhão. A exigência de assinatura de um termo de responsabilidade pela cooperativa, que fora obrigada a delegar apenas a um de seus motoristas a função de dirigir o caminhão, inviabiliza a coleta do material, uma vez que na falta deste, o outro motorista não poderá dirigir o veículo.

Ao final da discussão, as cooperadas (os) retiraram uma comissão para avaliar os benefícios e os custos em se usar o caminhão que embora “dado” pelo poder público, por meio de projeto captação de recurso, mas que continuava “tutelado” ao Estado. O grupo ficou encarregado de buscar maiores informações para que em assembleia decidissem quanto à utilização ou devolução do caminhão.

Diante do exposto é possível afirmar que o processo educativo das (os) trabalhadoras (es)

[...] é contínuo, cotidiano, onde o grupo vai fazendo, vai aprendendo vai conquistando vitórias.[...] Vai conquistado a parte que lhe cabe, que ele tem direito de possuir, mas que até hoje está em outras mãos. E com isso vai se organizando (FALKEMBACH , 1987, p.30)

Ainda com relação à prática do técnico, foi possível verificar que sua comunicação verbal com as (os) cooperadas (os) foi tão clara que trouxe discussões mais profundas, do que a logística e utilização do caminhão.

A apreensão conhecimento no período de formação foi percebida no cotidiano dos trabalhadores que posteriormente discutiram com seus pares diversos assuntos apresentados no dia da formação.

No entanto, esta não é sempre a realidade apresentada. De acordo com o acompanhamento às reuniões da Coopersoli, da Rede e também durante as entrevistas, identificamos a necessidade de melhorias com relação

ao trabalho do formador que atuam nas cooperativas e configuram como prestadores de serviços de entidades de apoio e fomento à economia solidária e também de gestores públicos. Tendo como objetivo escutar das cooperadas uma avaliação do processo formativo utilizado pelo técnico, na entrevista semi-estruturada fizemos a seguinte pergunta para as cooperadas: Com relação à capacitação realizada pelos técnicos que vêm de fora para capacitar vocês, o que a senhora acha que poderá ser melhorado?

Diante das respostas obtidas a que mais representa as falas do grupo foi:

Eu acho assim que quando eles vem fazer a capacitação é mais com palavra né eu acho que devia ter assim já que vem fazer o curso a capacitação pra gente, tá fazendo, eles devia colocar a mão na massa, a forma como é feito né porque nada é de palavra né, porque é igual agente tá conversando aqui se a pessoa tivesse ali fazendo o trabalho junto com gente e tal, eu acho que a capacitação seria melhor . Porque ai ele vê realmente como é que faz o procedimento, porque só de falar a pessoa que tá lá..eu sei como é que eu to fazendo o trabalho lá encima da bancada, e a pessoa que tá só falando não tá sabendo o que eu to fazendo . Eu penso assim.

Porém, quando são questionadas com relação ao proveito que tiram das capacitações a maioria reconhece que poderiam aprender mais, se os técnicos aliassem a teoria com a prática diria das (os) cooperadas (as). Enfatizaram que, sempre ficam aprendizados importantes para a vida profissional e organização das atividades. Nas respostas do grupo observamos que das capacitações realizadas pelos técnicos o ponto mais positivo foi o reconhecimento das cooperadas quanto a contribuição das formações para a melhoria da relação interpessoal.

Quando vem igual psicólogos, vem essas pessoas assim que conversa com agente, a eu acho que assim, pra mim né, eu não sei pros outros porque cada um tem uma cabeça, pra mim, assim ajuda muito, porque as vezes uma coisa que você as vezes, aprende ou tem vontade de falar cê não fica com medo de falar , mas a partir do curso já fala entendeu? Eu aproveito mais nessas partes ai, porque igual euto te falando , quando ensinam alguma coisa do nosso trabalho, não é muito bom, porque ensina mais com palavra né, porque eu não vejo ninguém colocando a mão na massa igual agente coloca pra ver como é que é feito a capacitação. (21 de janeiro de 2013)

Com objetivo de verificar o que as cooperadas (os) que participam do projeto de formação pensam acerca das capacitações realizadas pelos técnicos externos dos projetos de formação em especial aos projetos que tivemos oportunidade de acompanhar parte do desenvolvimento<sup>33</sup>, participamos da reunião de avaliação de projetos dentro da REDESOL<sup>34</sup>. Durante as avaliações foram apresentados os seguintes pontos:

- Dificuldade do formador (técnico) em se fazer entender no processo da formação (não se aplica a todos).
- Não só neste projeto, mas, em outros em que parceria com entidades de fomento e gestores, há a incidência de agendamento de capacitação sem considerar a disponibilidade dos catadores.
- É preciso aprender os conhecimentos propostos para replicá-los por meio dos formadores (pertencentes á cooperativas ) para que não haja dependência do técnico , uma vez que ele está no empreendimento de passagem.
- Ficar em alerta para não perderem a identidade em função da pratica proposta pelos parceiros. Deste modo, terem a capacidade de discernir entre o que precisam apreender a partir dos projetos de formação das propostas por parceiros e que tipo de informação e conhecimento não caberá a prática do empreendimento autogestionário.
- “Temos que usar o projeto como suporte pra gente e não perder a nossa autonomia . Não podemos esquecer que vestimos a camisa da Ecosol “e portanto, temos nosso modo de pensar e fazer a nosso modo de pensar e fazer a nossa gestão.”(Sra. Joana).

Diante do exposto, podemos apontar que existem vários limites e desafios no processo formativo tanto para os formadores ou técnicos externos, quanto

---

<sup>33</sup> Projeto Cata Forte II - Logística Solidária é desenvolvido pela Fundação Banco do Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego, BNDES e Petrobrás e cujo objetivo é desenvolver ações voltadas ao fortalecimento da infraestrutura de logística das cooperativas e associações, preferencialmente organizadas em rede, por meio da aquisição de veículos, capacitação de catadores e de lideranças, possibilitando a melhoria da capacidade operacional de coleta, transporte e comercialização.

<sup>34</sup> Buscamos a Rede Sol porque ela é composta por 12 E.E.S que fazem parte do projeto como publico alvo e como formadores das capacitações realizadas pelos técnicos externos, especificamente neste caso em que podemos acompanhar, participamos da reunião de avaliação do projeto , dentro da Rede Sol.

para os formadores internos (dentro da cooperativa). Primeiramente aprender a desaprender para aprender aquilo que se propõe ensinar aos catadores, ou seja, o bom formador precisa sair do mundo acadêmico e começar a conhecer o mundo prático de acordo com a realidade do público em ele precisa atuar. O desafio é tão grande que nem todos os formadores conseguem êxito.

Além disso, lecionar em meios diversos, seja dentro de sala de aula ou no escritório da cooperativa, em meio à barulhos e condições impróprias para tal, faz com que os formadores tenham necessidade de aprender e adaptar a tais condições.

É preciso pensar ainda que a formação realizada dentro da cooperativa é em horário de trabalho e portanto, os técnicos precisam adequar aos horários que as trabalhadoras têm disponibilidade, o que quase sempre é possível aos sábados.

Não obstante o tempo, o horário, o espaço e o dia existem outro fator primordial, que faz com que o formador tenha dificuldade em administrar a formação teórica e prática em um único universo, a falta de escolaridade da maioria das cooperadas e o despreparo que possuem para trata. Ensinar logística, direito tributário, aspectos contábeis, estudo de viabilidade econômica, venda, entre outros; poderá ser complicado para uma turma de alunos que freqüentam a escola formal. Para pessoas que não possuem escolaridade o desafio ainda é maior. Percebe-se que o mais difícil tem sido se fazer entender, diante das especificidades dos grupos.

O formador interno já possui outro agravante no processo formativo, convencer o grupo de que vale a pena parar a produção para se qualificar. Muitas vezes as cooperadas mais antigas, em conversas informais e também em reuniões apontaram como desafio despertar o desejo da base em estar presente nas formações.

Os projetos formativos contribuem para a continuidade da capacitação das (os) trabalhadoras (es). Mesmo diante dos desafios e limites apresentados, são a partir deles que se abrem discussões importantes para se pensar a autogestão e a melhoria do processo de trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da pesquisa podemos concluir que as formações contribuem para a continuidade dos empreendimentos econômicos solidários e em especial para a Coopersoli. Identificamos que a escolarização e a formação são instrumentos propulsores para a consolidação de formas autogestionárias de organização, gestão do trabalho e geração de renda. Durante a pesquisa percebemos que o aprender e o fazer no dia-a-dia das (os) cooperadas (os) estão interligados e ainda, que o processo de ensino-aprendizado não está para os cooperados da mesma forma que está para as cooperadas. Característica desafiadora tanto para os formadores externos (técnicos) quanto internos (cooperadas).

No contexto apresentado pela Coopersoli - Barreiro, um dos desafios encontrado pelos formadores externos é a necessidade de articular modelos diferentes de gestão (heterogestão e autogestão) para conseguir contribuir com as(os) trabalhadoras (es) com técnicas necessárias para a sobrevivência de um empreendimento “híbrido”. Estamos utilizando esta denominação, pois, vimos que internamente a produção da cooperativa está pautada nos princípios do cooperativismo, no entanto, ao realizar a troca, se deparam com uma realidade essencialmente capitalista.

Trata-se de promover uma formação capaz de instrumentalizar as (as) cooperadas (os) para realizarem a produção em um processo de comercialização que dê o retorno necessário a satisfação das necessidades materiais das (os) trabalhadoras (es) e seus familiares e, ao mesmo instante, fomentar a lógica da cooperação, seja entre os sujeitos envolvidos no trabalho ou entre outros empreendimentos, como por exemplo, a rede.

Além disso, as formações deverão acompanhar a organicidade do processo de trabalho das (os) cooperados (as), o que a princípio trata-se da superação da divisão entre trabalho manual e intelectual, entre os que produzem, bem como os que coordenam e gerenciam o empreendimento. Diante disso, observamos que há pessoas que conseguiram absorver este processo, mas, muitas outras cooperadas se recusaram a desenvolver o

trabalho intelectual por se considerarem inaptas ao desenvolvimento das técnicas.

Deste modo, sabemos que o reconhecer-se pronta ao desenvolver as atividades é consequência da falta de escolaridade. Sendo imprescindível estabelecer medidas, mais efetivas do que convencê-las a retornarem à escola, e nesse contexto, o formador fica limitado em apenas incentivá-las a buscar o que lhes fora negado ainda quando crianças. A inclusão destas trabalhadoras nas escolas é dever do Estado.

É necessário que o Estado repense o modelo de educação institucionalizado voltado para trabalhadoras (es), dando-lhes oportunidade para que possam ter assiduidade à escola, ofertando-lhes horários condizentes com sua disponibilidade e ainda, reformulando os currículos escolares, de forma que atendam suas demandas.

Não obstante a peculiaridade que reflete a necessidade recuperação quanto à escolaridade percebemos outros fatores durante a pesquisa, que valem a pena ressaltarmos. A cooperativa é composta por um número muito pequeno de homens, em um universo de quarenta e duas pessoas, há cinco cooperados e trinta e sete cooperadas. Eles não apresentam interesse em assumir cargos de direção, contentam-se com o manuseio das máquinas, com a realização da coleta, e dirigir o caminhão. Por outro lado, as mulheres não se manifestaram desejosas por dirigir um caminhão, porém, possuem habilidades para desenvolver todas as outras atividades realizadas pelos homens. Na falta dos cooperados, as cooperadas desenvolvem com maestria, as que são comumente realizadas por eles.

Durante o trabalho de campo, verificamos ainda que as mulheres estão e participam dos espaços de articulação política e econômica. As reuniões de articulação que acompanhamos, vimos apenas à presença de cooperadas. Em conversa com uma delas, nos foi informado que em todos os anos de existência, a cooperativa é representada por mulheres, nestes espaços.

Considerando que estes espaços são espaços de formação percebemos que os homens, buscam menos aprender do que as mulheres. Ainda com relação ao aprendizado, identificamos que até mesmo durante as capacitações internas a participação masculina é bem menos. Das capacitações que acompanhamos, apenas um homem participou em todas. Já as mulheres

tiveram maior assiduidade e participação. Durante as aulas, elas solicitavam ao formador (técnico externo) maiores esclarecimentos, se pronunciavam quando não concordavam com os apontamentos do formador, faziam intervenções e ainda faziam adaptações à linguagem utilizada pelo formador, para facilitar o aprendizado das demais. O cooperado presente mostrou-se interessado a participar, quando o assunto discutido foi o custo/benefício com relação à utilização do caminhão recém-adquirido pela Coopersoli-Barreiro.

Deste modo, é possível afirmarmos que as mulheres são pessoas mais dinâmicas, politizadas e arrimo da cooperativa. São elas que encabeçam o empreendimento, buscam expansão para as atividades realizadas, analisam as oportunidades de comercialização e captação de recursos e buscam formações. Comumente, elas são mais propositivas e conseguem ter mais visibilidade com relação ao presente e futuro do empreendimento.

Ainda enquanto desafio para os formadores externos, está sua própria formação. Os empreendedores econômicos solidários exigem muito mais do que conhecimento. É necessário que os formadores façam o trabalho de envolvimento, recuperação da autoestima e desenvolvimento de habilidades, que nem sempre estão capacitados para oferecer. Comumente são exímios profissionais, extremamente qualificados para o mercado de trabalho formal. No entanto, possuem dificuldade de adequação à didática de ensino às especificidades do público para o qual leciona. O que aprendera em sala de aula não se aplica à formação no “chão da cooperativa”. Esse distanciamento entre a teoria e a prática deste profissional provoca um esvaziamento do rico conteúdo que possui frente às necessidades de aprendizagem das (os) cooperadas (os).

Deste modo, os formadores externos (técnicos) necessitam da presença de um formador interno (que poderá ser da própria cooperativa ou da REDESOL) em suas aulas. Durante os encontros formativos, os formadores internos são facilitadores e traduzem a linguagem utilizada nas formações técnicas, para que haja melhor comunicação entre cooperadas e formadores, possibilitando maior compreensão sobre os temas trabalhados. Isso ficou explícito durante as formações.

Em todas as formações em que estivemos presentes na Cooperativa, os formadores trabalharam com exposição de conteúdos utilizando como

instrumento data Show e apostila. O primeiro desafio encontrado para esta metodologia de aula é que a maioria das participantes era semianalfabetas e, portanto, não viam sentido em receber uma apostila para acompanhar a exposição do conteúdo. O segundo desafio existente foi a exibição de filme em um espaço onde a claridade e o barulho influenciavam diretamente na absorção do conhecimento, impedindo que os participantes pudessem ouvir e ver nitidamente o que estava sendo exposto.

Deste modo, pudemos compreender a fala de uma das cooperadas que nos convidou aprender com elas, formar ou capacitar com a “mão na massa”. A dinâmica do encontro formativo evidenciou que os formadores que se propõem lecionar para as trabalhadoras, precisam (re) visitar e (re) significar suas práticas, para que tenham aporte e consigam formar cooperados para a prática da autogestão.

O que poderá ser útil neste processo de (re)significação é que os formadores técnicos se proponham a complementar seu aprendizado a partir da observação da rotina de trabalho das cooperadas, para que possam adequar suas aulas. Assim, adquirirão condição de inferir no processo de trabalho e organização dos empreendimentos com mais propriedade, baseado nas fragilidades encontradas neste processo e no acúmulo das cooperadas.

Na perspectiva de formação das trabalhadoras para as trabalhadoras, percebe-se maior aproveitamento no processo de ensino-aprendizado. As formadoras conseguem articular o acúmulo adquirido ao longo da sua prática, com as técnicas adquiridas nas capacitações e nos intercâmbios que participam. Como metodologia de ensino, as formadoras internas optam por ensinar durante o trabalho, o que denominam de: ensinar com “a mão na massa”. Ou seja, fazem junto, ensinam com base na atividade diária das trabalhadoras.

A prática mostrou que, o que chamam de “ensinar com a mão na massa” é utilização da experimentação e da escuta como método de desenvolvimento do processo de ensino-aprendizado. Este método tem sido eficaz para a capacitação dentro do processo de trabalho das trabalhadoras pelas trabalhadoras. Com ele, a linguagem utilizada faz com que as trabalhadoras encontrem sentido para a aplicabilidade do que estão aprendendo.

Além disso, a experimentação consiste também em possibilitar a cooperada ter uma pessoa por trinta dias para responder as suas dúvidas e acompanhá-la em todos os processos de trabalho. Os resultados são bons. O método tem sido capaz de garantir um aprendizado duradouro e provocado reflexão das cooperadas (tanto em formação quanto as formadoras), quanto sua inserção em espaços sociais e políticos e ainda acerca das necessidades de melhorias no processo de trabalho, nas trocas, de forma que garantam a produtividade sem perderem a direção que fundamenta suas práticas: os princípios do cooperativismo e da EPS.

O intercâmbio com outros empreendimentos do segmento de materiais recicláveis também tem agregado conhecimento às cooperadas e contribuído para o desenvolvimento de suas habilidades enquanto formadoras. É neste processo que são realizadas trocas de experiências e tentativas de construir um processo de trabalho cada vez menos alienante. Nos intercâmbios, além de absorverem conhecimentos, as cooperadas conseguem perceber as fragilidades na organização do processo de trabalho e buscam alternativas para fortalecimento da autogestão como uma gestão que empodera o sujeito e alimenta as práticas alternativas de geração de renda.

A exemplo disso podemos citar que em um dos encontros formativos, uma cooperada disse que “o nosso inferno é a produção”. Dentro das reuniões da rede, pudemos presenciar diversas discussões entre os empreendimentos do segmento de materiais recicláveis, diálogos em que apontavam a necessidade de encontrar outra forma de retirada justa sem considerar a produção. Sabem que o ponto nevrálgico do problema está, sobretudo na troca, que não conseguiram superar o modelo vigente.

Por fim, torna-se relevante ressaltar que os desafios dos formadores também estão no âmbito conceitual e metodológico. Verifica-se uma mistura entre os conceitos de formação, educação e capacitação, quando atribuídos ao processo de ensino-aprendizagem em Economia Popular Solidária. Os mesmos são apresentados em diversos documentos que traçam diretrizes para a prática da educação, com mesmo sentido, sendo vistos como instrumento de consolidação da EPS.

Além disso, o próprio conceito de Economia Popular Solidária ainda é discutido por estudiosos em no mínimo três modalidades, conforme pudemos

evidenciar na pesquisa. Mas diante da análise das categorias: trabalho e autogestão observamos que embora haja fortes indicadores apontando para o desejo de criação de um sistema econômico que supere o capitalismo, as práticas existentes para a produção e permanência da cooperativa no mercado, ainda estão permeadas por reproduções do sistema capitalista.

De acordo com o estudo realizado o que podemos dizer é que na prática das cooperadas existe um processo embrionário de organização social do trabalho menos alienante, com distribuição de renda mais justa do que a realizada no capitalismo, com um processo inclusivo muito mais eficiente e com diálogos que permitem refletir a sociedade capitalista seus valores e possibilidades de atuação, construção e transformação da realidade. Principalmente discutem o fato de que a economia popular solidária ainda não deu conta de resolver o problema da troca, o que impacta diretamente na organização dos empreendimentos.

Pelo exposto identificamos que os êxitos do empreendimento analisado acerca do processo de ensino-aprendizagem no âmbito profissional, social e político estão intimamente atrelados à junção da teoria e da prática. O desenvolvimento das habilidades dos sujeitos está internamente ancorado à prática do fazer diário.

Deste modo, podemos afirmar que é inegável o fato de que é por meio das formações que as (os) cooperadas (os) abrem discussões importantes para se pensar a autogestão e a melhoria do processo de trabalho. E ainda, que a permanência e os avanços quanto à prática da autogestão pelas cooperadas da Coopersoli-Barreiro são resultados deste processo que tem como fundamento os princípios da economia popular solidária.

Por fim, cabe destacar que as formações praticadas pelas formadoras da Coopersoli, podem ser um modelo metodológico em sua totalidade replicado em outros empreendimentos econômicos solidários, para o desenvolvimento de técnico, político e de gestão.

## REFERENCIAS

ABDALLA, Maurício. **O Princípio da Cooperação**: em busca de uma nova racionalidade. São Paulo: Paulus, 2002

ARRUDA, Marcos. [12/1996, revisto em 99], Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizada pelo Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social. In: ARRUDA, Marcos; BOFF, Leonardo.

**Globalização**: desafios socioeconômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do Sul. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 49-102.

ARRUDA, Marcos; QUINTELA, Sandra. Economia a partir do coração. In: SINGER Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p. 317-332.

AUTOGESTÃO e Economia Solidária. **Revista de Economia Solidária**, Projeto SENAES, Secretaria Nacional de Economia Solidária, Fundação do Banco do Brasil, 2005, p. 8-10. BECKER, H. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Hucitec, 1987. P

BENSAID. Daniel. A Atualidade do Manifesto Comunista. In: LOWY. Michael; BENSAID. Daniel. **Marxismo Modernidade Utopia**. São Paulo: Xamã. 2000. P. 137-147.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**: a metáfora da condição humana. 40 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **Introdução a uma sociologia reflexiva**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 56 - 101.

BRASIL. **Decreto 7404/2010**. Disponível em: [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/DEC%207.404-2010](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%207.404-2010), Acesso em: 01 de maio de 2013.

BRASIL. Lei 5764/1971. Disponível em: [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/DEC%207.404-2010](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%207.404-2010), Acesso em: 01 de maio de 2012.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - 1988. Disponível em: [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/DEC%207.404-2010](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%207.404-2010), Acesso em: 10 de maio de 2012.

BUBER, Martin. **O socialismo utópico**. São Paulo: Perspectiva, 1945.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. **Anais...** Belém, ANPEC, v. 3, p. 2059-2074, 1999.

CASTRO. Paulo de. **Rosa Luxemburgo: Socialismo e Liberdade.** Rio de Janeiro: Forum Editôra. 1968.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. *Dimensões da luta política nas práticas de economia solidária.*In: SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcante; DAKUZAKU, Regina Yoneko. **Uma outra economia é possível.** São Paulo: Contexto, 2003.p.45-101.

FALKEMBACH, Elza M. F.Planejamento Participativo e movimentos sociais. Ijuí:Livraria Ed. Unijui, 1987.

FÓRUM BRASILEIRO de Economia Solidária. Disponível em: <[www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br)>. Acesso em: 10 jan. 2006.

GAIGER, L. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: GAIGER, L. (Org.) **Formas de combate e de resistência à pobreza.** São Leopoldo: UNISINOS, 1996, p. 101-126.

GAIGER, Luis Inácio. *A economia popular solidária no horizonte do terceiro setor.* In: DUBLIN: ITR'S FOURTH INTERNATIONAL CONFERENCE, julho 2000.

GAIGER, Luis Inácio. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000,

GAIGER, Luiz Inácio, Grupo de Pesquisa em Economia Solidária. **PPG, Ciências Sociais Aplicadas**, 01 de setembro de 2004. Colaboradores do grupo EPS Minas (Mensagem pessoal). Mensagem recebida por ariadneccoelho@yahoo.com.br 20 ago. 2006.

GRIMBERG, E., BLAUTH, P. (Org.) **Coleta Seletiva: Reciclando materiais, reciclando valores.** São Paulo, Pólis, 1998.

HOBBSAWN. Eric. **Como mudar o mundo: Marx e o Marxismo.** São Paulo: Companhia das Letras. 2011.

JESUS, Ronaldo Pereira de. História e historiografia dos fenômenos associativo no Brasil Monárquico (1860-1887). In: ALMEIDA, Cláudia Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (org). **Nome e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social.** Juiz de Fora: EdUFJF, 2006, p. 285-304.

LAVILLE, Jean-Louis; ROUSTANG, Guy. L'enjeu d'un partenariat entre État et société civile. In: DEFOURNY et al. **Economie social au Nord et au Sud.**

Bruxelles: Deboeck, 1999. p. 217-238. Tradução de Ana Maria Castro. (Apostila de formação usada pela Inspetoria Madre Mazarello, 2004).

LEGASPE, R. Luciano. Reciclagem: A fantasia do ecocapitalismo. São Paulo, 1996. Dissertação. Faculdade de Geografia. Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1996.

LISBOA, Armando de Melo. **A crítica de Karl Polanyi à utopia do mercado.** (Mensagem pessoal). Mensagem recebida por alisboa@mbox1.ufsc.br em 1 ago. 2006.

LISBOA, Armando de Melo. Desafios da Economia Popular Solidária. **Cadernos do CEAS**, n. 189, p. 51-67, set./out. 2000.

LOWY. Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen:** Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento. Tradução de Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Lewy. São Paulo: Busca Vida, 1987.

LOWY. Michael; BENSÁID. Daniel. Marxismo Modernidade Utopia. São Paulo: Xamã. 2000.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** Tradução de Livio Xavier. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular. 2010.

MAGERA, Márcio. **Empresários do Lixo:** um paradoxo da modernidade. 1ª ed. São Paulo: Átomo, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **A ideologia alemã.** Tradução de Conceição e Eduardo Nogueira. Lisboa: Presença/Martins Fontes. 1976. 2 V.

MARX, Karl. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. **Contribuição para a crítica da economia política.** Lisboa: Estampa, 1973.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política.** 30ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. v.I

\_\_\_\_\_. Salário, Preço e Lucro. São Paulo: Moderna. 1985. p. 11

MANCINI, E. A. **A revolução das redes:** a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

MANETTI, Dione. Autogestão. **Revista da Economia**, p. 8, 2005. MARTINS, Maria de Fátima A. A CAMINHO DA RUA: o encontro com as redes de assistência e a formação de laços sociais entre moradores de rua em Belo Horizonte. 2002. **Tese de doutorado.** Programa de Pós-Graduação - Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2002.

NETO, Antonio Júlio de Menezes. **Trabalho e Educação no Projeto de Formação Profissional do MST.** Artigo disponível no site:

WWW.senac.br/informativo/BTS/261/boltec261e.htm.s.d. Acesso em: 08 de abril de 2012.

OS PRINCÍPIOS do cooperativismo no Brasil. Disponível em: <[www.ocemg.org.br](http://www.ocemg.org.br)>. Acesso em: 10 jan. 2006.

PEDROSA, José Geraldo. **Conceitos para pensar o capital e seu apêndice: o trabalho**. Revista Educação e Tecnologia. CEFET/MG. Disponível em: [http://www.revista.cefetmg.br/galerias/arquivos\\_download/Volume\\_14\\_n3\\_09.pdf](http://www.revista.cefetmg.br/galerias/arquivos_download/Volume_14_n3_09.pdf) . Acesso em 20 de julho de 2013.

POLÍTICAS Alternativas para o Cone Sul (PACS). In: ENCONTRO LATINO DE CULTURA E SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIAS. **Carta de Princípios**. Porto Alegre, 1998. Disponível em: <<http://www.alternex.com.br/~pacs/index.html>>. Acesso em: 20 jan. 2007.

PROJETO ESPERANÇA / cooperação e a construção da econômica solidária no Brasil. **Cáritas Brasileira**, 2006. Porto Alegre: Cáritas Brasileira, 2006.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIERREZ, F. (Org.). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

SANTOS, Boaventura.de [org.]. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, Roberto Marinho Alves da; BERTUCCI, Ademar de Andrade. *20 anos de Economia Popular Solidária*. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

SINGER, Paul, **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, André Ricardo de. Economia Solidária: **Um movimento nascente da crise do trabalho**. In: SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcante; DAKUZAKU, Regina Yoneko. Uma outra economia é possível. São Paulo: Contexto, 2003. p. 13.

TESCH, Walter. Identidade e desenvolvimento da economia social: fortalecimento da autogestão e da cidadania. In: DAL RI, Neusa (Org.). **Economia Solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho**. São Paulo: Artes e Ciência, 1999.

QUINTANEIRO, Tânia. BARBOSA, Maria Ligia de O. OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos: Marx, Dürkheim e Weber**. 2ª ed. Ver. Amp., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.